



ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

A447a Almeida, Adriana Alves de
Antropologia filosófica. / Adriana Alves de Almeida; Mariana de
Lazzari Gomes (rev.). – Belo Horizonte: FAMINAS, 2024.
116p.

1. Antropologia filosófica. I. Almeida, Adriana Alves de. II.
Gomes, Mariana de Lazzari (rev.). III. Título.

CDD: 128

Sumário

UNIDADE I	8
ATITUDE FILOSÓFICA.....	8
OBJETIVO	9
A FILOSOFIA COMO ATITUDE.....	9
O “espanto” e o “estranhamento” como primeiro momento do filosofar	10
PARA REFLETIR	11
A atitude filosófica	11
A reflexão filosófica	12
Formas de conhecer o olhar o mundo	12
O filosofar e a filosofia como necessários	13
INDICAÇÃO DE VÍDEO	15
A antropologia filosófica	16
PARA REFLETIR	18
RESUMO DA UNIDADE.....	18
UNIDADE II	19
FILOSOFIA CLÁSSICA E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	19
OBJETIVOS.....	20
FILOSOFIA CLÁSSICA E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	20
Primeiro período: A cosmologia e os filósofos pré-socráticos.....	20
PARA REFLETIR	23
LEITURA COMPLEMENTAR	23
Os sofistas e Sócrates	24
PARA SABER	25
O conhecimento de si é o verdadeiro conhecimento	25
O método socrático: “conhece-te a te mesmo” e “só sei que nada sei”	26
PARA SABER	27
INDICAÇÃO DE VÍDEO	27

Platão e o mundo supracensível ou mundo das ideias	28
A dicotomia platônica e a dialética como instrumento para o conhecimento e o bem	29
O mito ou alegoria da caverna: ilustrando a teoria do	30
INDICAÇÃO DE VÍDEO	31
Aristóteles: A metafísica, os modos de ser e a divisão do conhecimento	32
A metafísica: os modos e a causalidade do ser	33
INDICAÇÃO DE VÍDEO	34
A metafísica: o conhecimento	35
PARA REFLETIR	36
UNIDADE III	37
FILOSOFIA CRISTÃ E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	37
OBJETIVOS	38
FILOSOFIA CRISTÃ E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	38
Terceiro período: helenístico	38
INDICAÇÃO DE FILME	40
PARA SABER	41
Escolas representantes do período helenístico: estoicismo e epicurismo	41
PARA REFLETIR	42
O neoplatonismo como transição para a filosofia cristã medieval	43
A filosofia cristã medieval	44
A patrística de santo agostinho	45
A escolástica de são tomás de aquino	47
LEITURA COMPLEMENTAR	49
RESUMO DA UNIDADE	50
UNIDADE IV	51
FILOSOFIA HUMANISTA E EXISTENCIAL E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	51
OBJETIVOS	52
FILOSOFIA HUMANISTA E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	52
O humanismo artístico e cultural	55

INDICAÇÃO DE VÍDEO	56
A filosofia humanista: continuidade e rupturas	56
PARA REFLETIR	59
A CRÍTICA À HERANÇA HUMANISTA.....	59
INDICAÇÃO DE VÍDEO	61
Filosofia existencial e a concepção de homem.....	61
Percussores da filosofia existencial.....	63
PARA SABER	65
A analítica existencial de Martin Heidegger (1889 – 1976).....	67
PARA SABER	67
A LIBERDADE E A EXISTÊNCIA DO OUTRO EM JEAN PAUL SATRE.....	69
A PROVA FENOMENOLÓGICA DO OUTRO	69
INDICAÇÃO DE VÍDEO	70
LEITURA COMPLEMENTAR	73
RESUMO DA UNIDADE.....	73
UNIDADE V.....	74
FILOSOFIA POLÍTICA E AS CONCEPÇÕES SOBRE INDIVÍDUO, SOCIEDADE E ESTADO	74
OBJETIVOS.....	75
O ILUMINISMO, A FILOSOFIA DA ILUSTRAÇÃO E A CONCEPÇÃO DE HOMEM	75
O racionalismo do século XVII	75
Ideias e concepções do homem ilustrado.....	76
INDICAÇÃO DE VÍDEO	77
A filosofia política moderna: concepções sobre as relações indivíduo, sociedade e estado	78
Filosofia política moderna e seu contexto.....	79
Alguns conceitos para compreender a filosofia a filosofias modernas.....	79
PARA REFLETIR	80
O contratualismo moderno	82
Thomas Hobbes (1588 – 1679).....	84

PARA SABER	85
Jhon Locke.....	86
Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778)	87
PARA SABER	89
INDICAÇÃO DE VÍDEO	90
LEITURA COMPLEMENTAR	90
RESUMO DA UNIDADE.....	90
UNIDADE VI.....	91
ANTROPOLOGIA DO SÉCULO XXI: AS QUESTÕES DO HOMEM CONTEMPORÂNEO .	91
OBJETIVOS.....	92
DA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA À ANTROPOLOGIA DO SÉCULO XXI: AS QUESTÕES DO HOMEM CONTEMPORÂNEO.	92
PARA REFLETIR	93
Modernidade e Ambivalência	94
INDICAÇÃO DE VÍDEO	95
Os desafios da Antropologia no século XXI.....	95
PARA SABER	97
Áreas da Antropologia Contemporânea.....	97
A antropologia da globalização	97
PARA REFLETIR	97
LEITURA COMPLETAMENTAR.....	99
Antropologia Feminista.....	99
INDICAÇÃO DE FILME	100
PARA SABER	101
PARA REFLETIR	102
Antropologia das rede sociais e internet.....	103
PARA REFLETIR	104
RESUMO DA UNIDADE.....	105
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	106



A person is sitting on a ledge, looking out towards a background filled with large, out-of-focus light circles (bokeh). The scene is dimly lit, with a large, faint 'V' shape visible in the background. The overall mood is contemplative and philosophical.

UNIDADE I

ATITUDE FILOSÓFICA



OBJETIVO

- Compreender a Filosofia como uma atitude diante do cotidiano;
- Conhecer as características de uma atitude filosófica;
- Identificar algumas formas de conhecer e explicar a realidade;
- Identificar o que é a Filosofia como campo do conhecimento transversal;
- Identificar o objeto de estudo da Antropologia filosófica.

A FILOSOFIA COMO ATITUDE

Quando falamos em Filosofia o que vem à sua mente? Um sábio que contempla a vida?



Figura 1 Fonte: <https://www.ex-isto.com/2017/07/ciencia-Filosofia-diferenca.html>

Um especialista que pretende explicar e compreender todas as dimensões do universo?

Existem, acerca dessas questões e do que seja a própria Filosofia, uma variedade de possibilidades no imaginário social. A expressão Filosofia pode ser utilizada de inúmeras formas, desde indicação nas prateleiras de livrarias, associada à sabedoria de vida e estilo literário de “autoajuda”. Se, por um lado, essas ideias confundem sobre o objeto desse campo do conhecimento, por outro, a Filosofia nunca esteve tão próxima do cotidiano (OLIVEIRA, 2018).

A literatura de best-sellers que aborda temas filosóficos por meio de personagens de ficção e os Cafés Filosóficos, presenciais ou virtuais, que expandem seu público e alcance, são exemplos apontados por Oliveira (2018) de como a Filosofia tem se aproximado do dia a dia das pessoas. Esse contexto retrata, por um lado, o esforço dos filósofos para divulgar o saber filosófico e, por outro, como o público leigo tem demonstrado interesse em compreender o que seja a Filosofia e a que ela se dedica.

Paralelamente a esse fluxo de atração em relação à Filosofia, Oliveira (2018) também aponta um movimento de repulsão que ainda associa a Filosofia a um campo de saber inacessível e sem proveito cotidiano, compondo, assim, uma dualidade acerca do imaginário filosófico.

O “espanto” e o “estranhamento” como primeiro momento do filosofar

Para compreendermos o que seja a Filosofia e qual sua função, vamos seguir algumas indagações e afirmações acerca de nossa vida cotidiana e as respectivas crenças associadas e aceitas para cada situação, como proposta por Chauí (2000) e sintetizada no quadro abaixo

INDAGAÇÕES OU AFIRMAÇÕES	RESPOSTAS	CRENÇA ASSOCIADA
Que horas são?	São 18 horas e 25 minutos	O tempo passa e pode ser medido
Quem é a mais bonita da família?	A filha mais nova	Pessoas, fatos ou situações podem ser comparados, avaliados e julgados
Ele está dizendo a verdade!		Existe diferença entre a verdade e a mentira e há na mentira uma decisão de falsear a realidade
Ele é muito subjetivo ao defender a namorada.		Objetividade e subjetividade existem e a subjetividade deforma a realidade.

A partir do descrito no quadro, podemos, em linhas gerais, compor uma definição inicial da Filosofia como uma construção que se contrapõe às respostas e às crenças cotidianas aceitas como evidentes ou óbvias. Segundo Chauí (2000, p. 9),

uma primeira resposta à pergunta “O que é Filosofia?” poderia ser: a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido.

A Filosofia parte de uma posição de estranhamento, de distância da vida cotidiana para interrogar as crenças que sustentam nossas experiências e existência. Assim, interessa à Filosofia questionar: o “que é o tempo?”, “o que é o belo?”, “o que é a verdade?” A Filosofia serviria, nesse sentido, como recurso que possibilita a não aceitação previa de situações ou fatos, posicionando-se diante dos contextos com espanto ao invés da familiaridade do já conhecido.

Essas perguntas filosóficas colocam a utilidade da Filosofia distantes dos parâmetros sociais comumente atrelados às ideias de eficácia, prestígio e poder. Entender a utilidade da Filosofia passa por abandonar as ideias dominantes e pré-estabelecidas de mundo, de cultura, de história, de experiência humana, para buscar a compreensão de seus significados e sentidos por meio de um processo criterioso, sistemático e racional (CHAUI, 2000).



PARA REFLETIR

Pense no seu cotidiano...

Tente transformar algum questionamento, alguma situação do seu dia a dia em uma pergunta filosófica.

A atitude filosófica

Interrogar a realidade cotidiana, refletir e desejar conhecer por que pensamos o que pensamos, por que sentimos o que sentimos não é atitude apenas do filósofo especialista. Também podemos nos posicionar com mais distância de nós mesmos e das situações, tentando compreender, de forma mais ampliada, os acontecimentos tanto pessoais como sociais. Quando adotamos essa postura nos aproximamos de uma **atitude filosófica**.

A atitude filosófica, segundo Chauí (2000), caracteriza-se por dois movimentos que resultam em atitude como pensamento crítico. O primeiro movimento da atitude filosófica em relação ao mundo e à experiência cotidiana é negar todos os pré-conceitos e pré-juízos instalados. O segundo movimento, nomeado de positivo, consiste em interrogar fatos, coisas e processos que envolvem a compreensão do mundo e dos seres humanos.

Negar, admitindo que nada sabe sobre a vida e a existência, para, em seguida, lançar questionamentos de espanto, admiração e surpresa diante da realidade, tal como a máxima do filósofo grego Sócrates, que dizia “só sei que nada sei”.

O ato de indagar da atitude filosófica está voltado para o mundo e para as relações que mantemos com a realidade. Independentemente do que será interrogado, as perguntas são:

- a) O que é a realidade, a essência ou a natureza de alguma coisa?
- b) Como é a estrutura e as relações que constituem tal coisa?
- c) Por que tal fato ou situação existem? Qual sua origem?

A reflexão filosófica

Além desse movimento voltado para o fora de si, realizado em atitude filosófica, a Filosofia empreende também um movimento de **reflexão filosófica**, que “significa movimento de volta sobre si mesmo ou movimento de retorno a si mesmo. A reflexão é o movimento pelo qual o pensamento volta-se para si mesmo, interrogando a si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p. 12).

A reflexão filosófica averigua acerca do próprio pensamento e se ocupa de três questões principais:

- a) Por quê? Qual a capacidade do pensamento?
- b) O quê? Qual a finalidade do pensamento?
- c) Para quê? Qual a relação do conhecimento e a ação?

Formas de conhecer o olhar o mundo

Ao longo da história da humanidade, verificam-se várias formas de conhecer e explicar a realidade. Cada momento histórico privilegiou alguns desses tipos de conhecimento. É importante considerar que esses saberes puderam e podem conviver simultaneamente, com mais ou menos força, ao longo dos tempos e contextos.

Para compreender melhor a abordagem filosófica sobre a realidade e o humano, vamos realizar um breve panorama sobre alguns tipos de conhecimentos. Lakatos (2021) sistematiza quatro tipos principais de conhecimento e aponta suas principais características.

O conhecimento de tipo popular se caracteriza por ser valorativo, pois as crenças, as tradições e os valores pessoais ou culturais determinam o conhecimento da realidade.

Embora possa ser também reflexivo, está restrito à primeira característica, já que seu alcance é a familiaridade com o objeto ou realidade interpretada. É um conhecimento assistemático, que não objetiva uma formulação genérica sobre a realidade observada. É considerado verificável, pois pode ser experimentado no cotidiano. E, por fim, é um saber falível e inexato, já que não busca testar ou formular hipóteses sobre as experiências.

O conhecimento religioso ou teológico, indica-nos Lakatos (2021), é também valorativo, mas de forma mais específica. Sua especificidade valorativa consiste em valores sagrados e sobrenaturais, sendo, portanto, infalível e incontestável. Por ser incontestável, não pode ser verificado.

O conhecimento filosófico é valorativo à medida que parte dele surge também da experiência e vivência de mundo, aspectos que o fazem um conhecimento não verificável. É racional e sistemático, pois consiste em um conjunto de enunciados lógicos que visam representar coerentemente uma dada realidade. Finalmente, o conhecimento filosófico se caracteriza por ser infalível e exato, visto que não pode ser submetido à experimentação objetiva.

O conhecimento científico se fundamenta em fatos e fenômenos perceptíveis à observação dos sentidos, portanto caracteriza-se por ser de tipo factual e não valorativo. É um conhecimento sistemático e verificável, pois se estrutura como saber ordenado de ideias que podem ser verificadas e testadas por meio da experimentação. Outra característica é ser um conhecimento falível e de exatidão relativa, na medida em que não é definitivo e pode ser modificado pelo desenvolvimento e pelo avanço dos próprios métodos científicos.

Os tipos de conhecimentos e suas características podem convergir, embora possam contemplar respostas discordantes para compreensão de um mesmo objeto ou realidade, conforme adverte Lakatos (2021).

Um contexto ou situação pode ser avaliado do ponto de vista do senso comum do conhecimento popular, da experimentação e testagem do conhecimento científico, do questionamento quanto à origem e destino no conhecimento filosófico e, ainda, da perspectiva dos registros sagrados do conhecimento religioso.



O filosofar e a filosofia como necessários

Neste momento, já estamos em condições de realizar uma definição mais específica do saber filosófico, para diferenciar sua particularidade em relação à forma científica de conhecer o mundo e abordar o homem. Chauí (2000), visando demarcar o que é a Filosofia, inicia apontando o que ela não é.

A Filosofia não é visão de mundo, valores e costumes de determinado grupo ou coletividade, pois uma definição tão genérica e ampla iguala a Filosofia ao campo da cultura de um povo.

A Filosofia não é sabedoria de vida, pois assim se dá enfoque apenas à contemplação da realidade e se corre o risco de a identificamos com a percepção individual da vida moral.

A Filosofia não é o esforço racional para conceber o Universo como uma totalidade ordenada, pois essa ideia pode aproximá-la de outros conhecimentos que também explicam a realidade como, por exemplo, a ciência. Para Chauí (2000, p. 15) “a própria Filosofia já não admite que seja possível um sistema de pensamento único que ofereça uma única explicação para o todo da realidade”.

Tendo afastado possíveis confusões sobre o que é a Filosofia, vamos à definição desse campo do conhecimento, lendo um fragmento do livro Convite à Filosofia de Marilena Chauí (2000, p.15-17):

A Filosofia, cada vez mais, ocupa-se com as condições e os princípios do conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro; com a origem, a forma e o conteúdo dos valores éticos, políticos, artísticos e culturais; com a compreensão das causas e das formas da ilusão e do preconceito no plano individual e coletivo; com as transformações históricas dos conceitos, das ideias e dos valores.

A Filosofia volta-se, também, para o estudo da consciência em suas várias modalidades: percepção, imaginação, memória, linguagem, inteligência, experiência, reflexão, comportamento, vontade, desejo e paixões, procurando descrever as formas e os conteúdos dessas modalidades de relação entre o ser humano e o mundo, do ser humano consigo mesmo e com os outros. Finalmente, a Filosofia visa ao estudo e à interpretação de ideias ou significações gerais como: realidade, mundo, natureza, cultura, história, subjetividade, objetividade, diferença, repetição, semelhança, conflito, contradição, mudança etc.

Sem abandonar as questões sobre a essência da realidade, a Filosofia procura diferenciar-se das ciências e das artes, dirigindo a investigação sobre o mundo natural e o mundo histórico (ou humano) num momento muito preciso: quando perdemos nossas certezas cotidianas e quando as ciências e as artes ainda não ofereceram outras certezas para substituir as que perdemos.

Em outras palavras, a Filosofia se interessa por aquele instante em que a realidade natural (o mundo das coisas) e a histórica (o mundo dos homens) tornam-se estranhas, espantosas, incompreensíveis e enigmáticas, quando o senso comum já não sabe o que pensar e dizer e as ciências e as artes ainda não sabem o que pensar e dizer. Esta última descrição da atividade filosófica capta a Filosofia como análise (das condições da ciência, da religião, da arte, da moral), como reflexão (isto é, volta da consciência para si mesma para conhecer-se enquanto capacidade para o conhecimento, o sentimento e a ação) e como crítica (das ilusões e dos preconceitos individuais e coletivos, das teorias e práticas científicas, políticas e artísticas), essas três atividades (análise, reflexão e crítica) estando orientadas pela elaboração filosófica de significações gerais sobre a realidade e os seres humanos.

Além de análise, reflexão e crítica, a Filosofia é a busca do fundamento e do sentido da realidade em suas múltiplas formas indagando o que são, qual sua permanência e qual a necessidade interna que as transforma em outras. O que é o ser e o aparecer-desaparecer dos seres? A Filosofia não é ciência: é uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos científicos.

Não é religião: é uma reflexão crítica sobre as origens e formas das crenças religiosas. Não é arte: é uma interpretação crítica dos conteúdos, das formas, das significações das obras de arte e do trabalho artístico. Não é sociologia nem psicologia, mas a interpretação e avaliação crítica dos conceitos e métodos da sociologia e da psicologia. Não é política, mas interpretação, compreensão e reflexão sobre a origem, a natureza e as formas do poder. Não é história, mas interpretação do sentido dos acontecimentos enquanto inseridos no tempo e compreensão do que seja o próprio tempo. Conhecimento do conhecimento e da ação humanos, conhecimento da transformação temporal dos princípios do saber e do agir, conhecimento da mudança das formas do real ou dos seres, a Filosofia sabe que está na História e que possui uma história.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Para que serve a Filosofia? Nesse vídeo, o filósofo Mauricio Marsola problematiza a utilidade da Filosofia e indica a transversalidade dela em relação a todos os conhecimentos e saberes.

<https://www.youtube.com/watch?v=1yuL7jcxMzg>

A antropologia filosófica

O QUE É O HOMEM?

Muitas possibilidades poderiam ser lançadas para essa arguição. Poderíamos responder, sob o ponto de vista religioso-cristão, que homem é uma criação divina à imagem e semelhança do criador. Sob o ponto de vista biológico, argumentaríamos que o homem é o resultado de um longo processo evolutivo e, sob o ponto de vista sociológico, afirmaríamos que o homem é um indivíduo que se constitui por meio da socialização e pertencimento cultural.

Como vemos, muitas são as áreas do conhecimento que se dedicam, cada uma a seu modo, a compreender a realidade humana.

A pergunta que abre nossa unidade - “O que é o Homem?” – faz parte da cultura ocidental, conforme registra Vaz (1998), desde, aproximadamente, o século VIII a.C, na Grécia. Mas será no século XVIII d.C, por meio do filósofo Immanuel Kant, e com o crescimento das chamadas ciências do homem e das ciências da vida, que essa interrogação constitui também parte da construção do conhecimento em vários saberes científicos.

Conforme Vaz (1998), na Filosofia ocidental, as quatro questões kantianas são:

- O que posso saber? Relativa à teoria do conhecimento chamada de epistemologia;
- O que devo saber? Localizada na ética e na moralidade;
- O que me é permitido saber? Ligada à religião;
- O que é o homem? Objeto da Antropologia filosófica.



O conhecimento e as possibilidades de conhecer marcaram a Filosofia moderna do alemão.

Immanuel Kant (1724-1804).

Figura 2 O conhecimento e as possibilidades de conhecer marcaram a Filosofia moderna do alemão Immanuel Kant (1724-1804).

A recolocação do questionamento no contexto do desenvolvimento científico do século XVIII é atribuída ao filósofo Immanuel Kant como central e convergente para a compreensão do

humano, seja no âmbito da Antropologia, seja na Filosofia. Para Serrão (2018), o fato de enunciar, mas não responder ao “O que é o Homem?” indica o lugar crítico da pergunta kantiana que, conforme Serrão (2018, p. 33),

convida a uma leitura retrospectiva e transversal do projecto crítico, descortinando o lugar do humano sob o plano da razão, interpretando os elementos que a humanizam: “O que posso saber?": a afecção da sensibilidade como limite à capacidade de conhecer para além da experiência possível. O que devo fazer?": o plano das inclinações sensíveis determinando que a lei moral fale à consciência com a voz imperativa do “tu deves”. “O que me é lícito esperar?", nela se incluindo os postulados da razão prática e a doutrina do mal radical.

Dentre as muitas áreas de pesquisa existentes na Antropologia, a **Antropologia Filosófica** é a área que pesquisa na trajetória do pensamento filosófico a história das concepções do humano. O percurso histórico da Filosofia pode ser retomado cronologicamente para, indiretamente, recolher, nos textos filosóficos clássicos, as respostas a essa indagação fundamental: o que é o homem e o que constitui sua humanidade? A pesquisa da Antropologia Filosófica ainda pode se interessar por recolher, em momentos específicos da história, permanências e transformações acerca dessas perguntas. Além de investigar o que é o homem para o conhecimento filosófico ao longo dos tempos, a Antropologia Filosófica compõe um conjunto de reflexões que incidem, especialmente, a partir do século XVIII, pois será nesse momento que o interesse pelo “homem” se delineia para além do conhecimento metafísico ou teológico (SERRÃO, 2018).

Podemos dizer, então, que a Antropologia Filosófica investiga esse “O que é o Homem?” na dimensão filosófica que também compõe a Antropologia. E por que estudar a Antropologia Filosófica?

Conhecer o passado de como homens de outros tempos pensaram suas realidades e pensaram a si mesmos não é um simples aprendizado histórico. O passado – presente – futuro não são uma continuidade apenas cronológica ou automática quando se trata das questões humanas em experiências sociais contextualizadas. Passado – presente – futuro estão articulados; o passado não está apenas no passado, pois parte dele promoveu e promove as condições do presente.

Compreender como as indagações acerca do humano se constituíram ao longo da história, quais forças fizeram prevalecer uma vertente ou outra são fundamentais para entendermos o desenvolvimento do conhecimento científico no século XVIII e tudo o que se desdobrou desse acontecimento. Além disso, esse interesse, inaugurado pela Filosofia com a pergunta “O que

é o Homem?”, torna-se importante para análise crítica da apreensão do homem de nosso tempo, das relações que estabelecemos uns com os outros, dos valores que permaneceram do passado, dos que se transformam e outros em vias de construção.



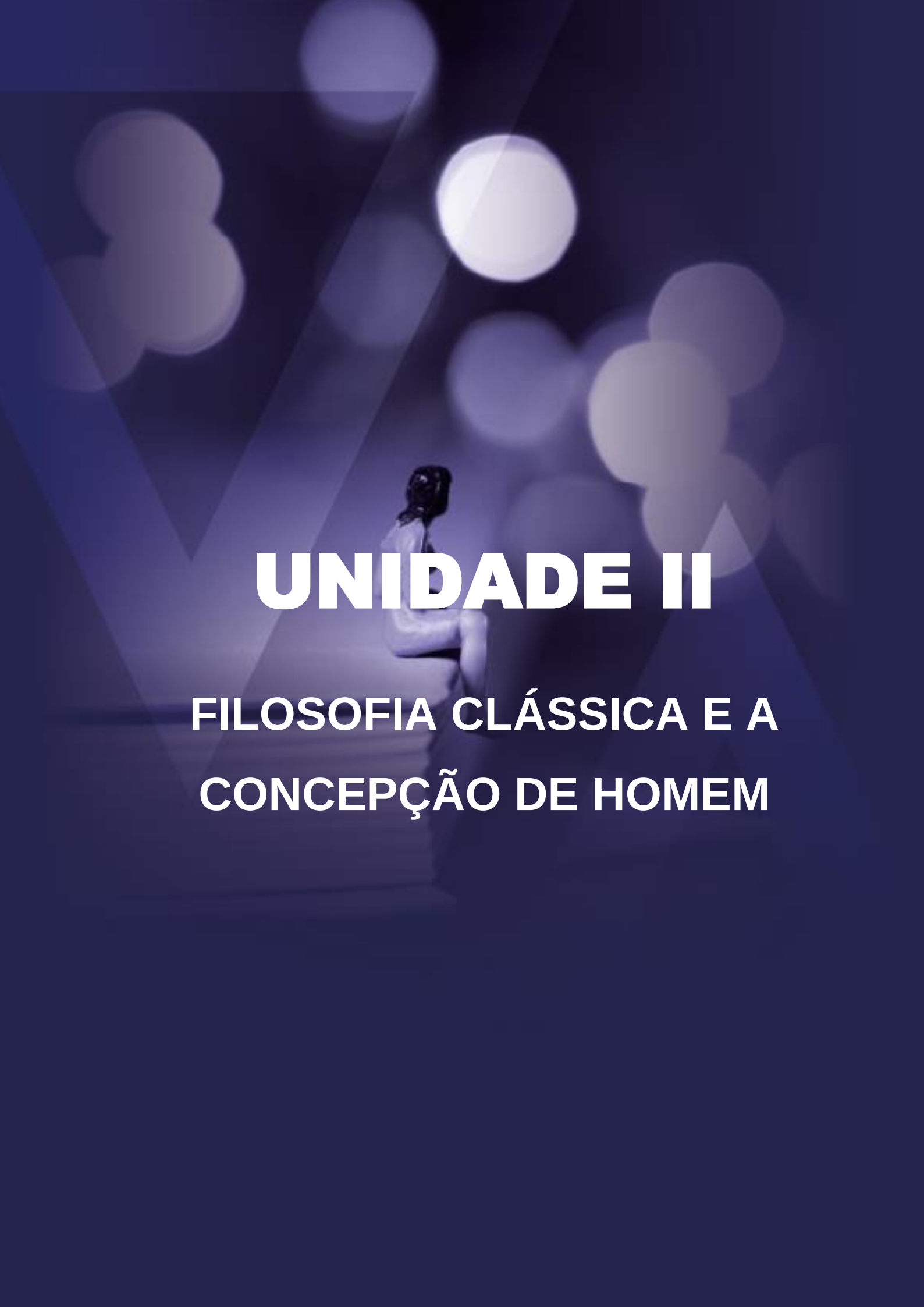
PARA REFLETIR

Muitas são as áreas do conhecimento e disciplinas que estudam o homem. Pense e reflita: como a abordagem do humano para além do conhecimento metafísico e teológico repercutiu na configuração do objeto de estudo de sua área e curso de formação?



RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade, compreendemos como o termo Filosofia pode ser utilizado de variadas formas, identificamos a diferença entre atitude e reflexão filosóficas, discutimos a importância do questionamento e estranhamento diante da vida e compreendemos a pertinência do pensamento filosófico para diversos campos da ciência.

A person is sitting on a ledge in a dark, bokeh-lit environment. The person is seen from the back, looking towards the right. The background is filled with out-of-focus light circles in shades of purple and blue. The overall mood is contemplative and artistic.

UNIDADE II

**FILOSOFIA CLÁSSICA E A
CONCEPÇÃO DE HOMEM**



OBJETIVOS

- Compreender as concepções de homem ao longo da história;
- Conhecer pensamento filosófico desde os pré-socráticos, passando por Sócrates, Platão e Aristóteles;
- Identificar as características da sofística grega;
- Identificar os principais elementos do pensamento dos filósofos clássicos;

FILOSOFIA CLÁSSICA E A CONCEPÇÃO DE HOMEM

Tendo na unidade de ensino anterior contextualizado a Antropologia Filosófica, vamos proceder a uma descrição cronológica das concepções sobre o homem, identificando ao longo da história da filosofia ocidental perspectivas à pergunta “O que é o Homem?”

Para a compreensão necessária à esta disciplina, utilizaremos a organização dos períodos propostos pela historiografia filosófica, a saber: período pré-socrático ou cosmológico, período antropológico ou socrático e período helenístico romano. (CHAUI, 2002) O período helenístico romano será assunto da próxima unidade de ensino.

Primeiro período: A cosmologia e os filósofos pré-socráticos

A filosofia nasce como uma cosmologia. E o que significa isso?

O nascimento da filosofia, com Tales de Mileto, surge como uma cosmologia, onde o termo o cosmo indica uma ordem da natureza e do mundo. Há na cosmologia uma tentativa racional de explicar a realidade. O estranhamento e indagações dos primeiros filósofos, também chamados de físicos, pois tinham interesse pelos aspectos físicos da realidade, tais como a água e o fogo, era sobre a estabilidade e o movimento da natureza e do mundo. (CHAUI, 2002)

Naquele momento histórico, a filosofia buscava um princípio organizador e absoluto, um princípio universal que pudesse explicar todas as coisas denominado de **ARKHÉ ou PYSYS**. Os filósofos pré-socráticos estão interessados na origem da natureza, por isso também foram chamados de filósofos da natureza. Estavam também interessados na permanência e na transformação do corpo e da alma. Estas diferenciações irão compor posteriormente as distinções entre os conhecimentos da alma e conhecimentos da natureza.

No quadro abaixo destacamos alguns filósofos da natureza, o ARKHÉ ou PYSYS orientador de seus pensamentos, argumentos e contribuições principais: Os filósofos pré-socráticos ou da natureza

Filósofo	ARKHÉ ou PYSYS	Argumentos norteadores	Principais contribuições
Tales de Mileto (cerca de 610/597 ou 548 a.C.)	A água está diretamente ligada a vida e se apresenta sob as mais variadas formas: solido, líquido e gasoso.	A água é o princípio ordenador do cosmo e de transformação da vida. Explica a natureza por causas que são internas a ela	A importância da observação empírica (prática) e da análise conceitual para explicar tudo que é vivo.
Pitágoras (cerca de 580/78-497/6 a.C)	Os números e a linguagem matemática	O universo tem uma base numérica; A natureza é ordenada por proporções matemáticas e os números demonstram a harmonia e ordem do universo	Estudos de matemática, geometria e estruturas musicais
Heráclito (cerca de 540-470 a.C.)	O fogo é o elemento que provoca mudança	Pensamento paradoxal: a única coisa constante no universo é a transformação A mudança vem da tensão entre elementos opostos e complementares O mundo como devir eterno. "Não podemos entrar duas vezes no mesmo rio."	Contribuições à filosofia existencialista
Parmênides (cerca de 530-460 a.C.)	Busca a essência das coisas	O movimento e a mudança são ilusões O Ser é eterno e imutável	Princípio de identidade da Lógica
Anaxágoras (cerca de 500-428 a.C.)	Não existe um único elemento responsável pela origem das coisas	A diversidade dos elementos se combina para originar a realidade e existe relação entre todas as coisas do universo A distribuição e a combinação dos elementos ocorrem de forma mecânica.	
Demócrito (cerca de 460-370 a.C.)	Os átomos não obedecem a uma lei superior e única	É possível dividir a matéria em pequenos pedaços até chegar a um ponto em que não é possível dividir mais. Todo o universo seria composto por átomos em movimento de diferentes formas e tamanhos.	Sistematização inicial da teoria atomista Deixou a herança para o futuro de três doutrinas: mecanicismo,

		Existem átomos do corpo e átomos da alma.	reducionismo e determinismo.
--	--	---	------------------------------



PARA REFLETIR

A partir desse panorama sobre os filósofos pré-socráticos, qual deles, você pensa estar mais próximo às questões, conceitos e objetos de estudo de sua área e curso de formação? Por quê?

Este primeiro período, momento no qual a Filosofia trata da origem do mundo, das causas de permanências e de transformações na natureza é demarcado do final do século VII a.C ao final do século V a.C. (CHAUI, 2002)

Os filósofos da natureza não são assunto do passado ou de curiosidade histórica. Suas visões são arcabouços iniciais tanto de argumentos filosóficos como científicos que se desenvolveram posteriormente até a atualidade. A pesquisa atual em filosofia realizada por Polito e Filho (2013) destaca a estreita relação entre o pensamento dos pré-socráticos com as concepções científicas na Idade Moderna.



LEITURA COMPLEMENTAR

Para ampliar sua compreensão dos princípios do pensamento pré-socrático e de sua atualidade leia o artigo A filosofia da natureza dos Pré-Socráticos, em <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2013v30n2p323>

Nos filósofos pré-socráticos inicia-se uma linha de transição sobre a concepção de homem que para Vaz (1998) tem as seguintes características: a) a equivalência do olhar humano e a ordem do cosmos, b) a ideia do homem como estrutura corporal-espiritual, c) a ênfase da educação grega (*paideia*) da qual os sofistas irão participar ativamente. “Ao longo do séc. V a.C., o problema antropológico sobrepõe-se pouco a pouco ao problema cosmológico como centro teórico de interesse na filosofia grega.” (VAZ, 1998, p. 31)

Segundo período: antropológico ou socrático

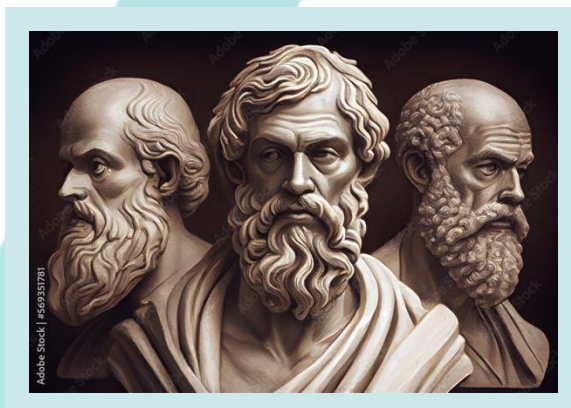


Figura 3 Sócrates, Platão e Aristóteles

Os sofistas e Sócrates

O segundo período da filosofia grega ocorre em uma Atenas urbana, de comércio e artesanato, aristocrática e fundiária. Utilizava o trabalho escravo e reservava os direitos e educação para o desenvolvimento do corpo e da alma dos jovens nobres para engrandecer a arte da guerra.

Esses princípios que orientavam a cultura grega serão estremecidos por um contexto histórico de transformações em muitos âmbitos da vida social, conforme sublinha Chauí (2002, p. 157)

“Sem dúvida, a cidade precisa de guerreiros belos e bons, mas precisa, antes de tudo e acima de tudo, de bons cidadãos. Para o cidadão da democracia, a *areté* aristocrática é inaceitável, pois fundada nos privilégios do sangue e das linhagens. Para formá-lo, uma nova *paideia* com uma nova *areté* tomara-se necessária.”

Assim, se observa em toda a Grécia, e especialmente em Atenas, novos valores que vão enfrentar os privilégios da nobreza para estabelecer por meio da racionalidade a democracia grega. No novo contexto da política ateniense, a educação dos cidadãos vai ter o propósito de formar e educar para a direção, gestão e participação na vida de uma *polis* (cidade) que deve orientar-se pelo bem comum. É uma educação política, ética e moral. CHAUI (2002)

Os sofistas eram estrangeiros em Atenas e foram os primeiros professores pagos na educação. Ensinavam arte, cultura, política e retórica, sempre com foco na utilidade e funcionalidade do saber.

Embora houvesse diversidade de saberes e técnicas utilizadas, “todos os sofistas, porém, eram peritos numa arte necessária aos membros de uma democracia, a arte da palavra; e

cobravam para ensiná-la.” (CHAUI, 2002, p. 162). Ensinavam a arte de persuadir nos debates. Para um sofista a verdade seria sempre relativa a depender da capacidade de convencer do orador.

Os sofistas foram severamente criticados pela aristocracia que temia que outras classes sociais desenvolvessem habilidades de conversação e pudessem disputar o poder nas assembleias e tribunais.

Foram também criticados por socráticos, mas a crítica de Sócrates e seus discípulos aos sofistas se dava em outro ponto: a educação sofística era mais para a arte da oratória que para o desenvolvimento da racionalidade. Sócrates reage ao relativismo do ensinamento dos sofistas, pois era baseado em *doxas* e estavam comprometidos pelas exigências e interesses daqueles que pagavam pelas aulas. (CHAUI, 2002).



PARA SABER

Doxa é um termo grego utilizado pela Lógica e que significa a opinião ligada à crença, sem necessidade de qualquer fundamento científico ou lógico. Sendo assim, as pessoas podem ter opiniões absurdas e descompromissadas sobre qualquer assunto, ainda que evidências científicas mostrem o contrário.

O conhecimento de si é o verdadeiro conhecimento

A historiografia filosófica nos conta que Sócrates teria nascido em Atenas e vivido entre os anos de 470-399 a.C. O próprio filósofo não registrou seu pensamento. A reconstituição de sua vida e de seu ensinamento vieram dos depoimentos de seus contemporâneos, posteriormente a sua morte. Os registros do ensino socrático vieram ainda de forma mais sistematizada por meio de seus discípulos.

Nesse sentido, destaca-se Platão e, especialmente, a obra *Diálogos*, que são transcrições aproximadas das conversas de Platão com o seu mestre.

Assim, são de Platão os registros principais que marcaram a cultura grega e definiram toda herança que Sócrates deixou ao ocidente e para o desenvolvimento e estruturação do conhecimento científico. O Sócrates retratado nesses registros é o filósofo maduro em sua missão de dialogar para despertar nos homens o conhecimento de si mesmos para conhecerem também a realidade que os cercam visando desenvolverem a virtude necessária para vida de justiça na cidade. (CHAUI, 2000).

O método socrático: “conhece-te a ti mesmo” e “só sei que nada sei”

O celebre princípio do método socrático - "conhece-te a ti mesmo" e seu complemento "só sei que nada sei" intencionava que cada pessoa descobrisse por si próprio, por meio de sua razão aquilo que visava conhecer.

Para Sócrates a busca do conhecimento e da verdade não é externa ao homem, e portanto, não deve ser procurada fora do próprio homem. Chaui (2002) destaca do ensinamento socrático seu pilar:

“Se não conseguimos contemplar a verdade na natureza é porque fomos buscá-la no lugar errado: não está fora de nós, mas dentro de nós. Por que sabemos que a verdade existe e está em nós, em nossa alma, nossa *psykhé*? Se não contemplamos a verdade em parte alguma do mundo, de onde vem que saibamos que certas coisas são falsas e outras são verdadeiras? De onde provém a noção de verdade? Sócrates trabalha de tal maneira que o interlocutor possa responder: vem de nós mesmos, isto é, dos juízos que fazemos sobre as coisas. Se temos dificuldade para encontrá-la é porque vivemos como autômatos que obedecem cegamente a ordens externas, isto é, porque aceitamos passivamente os preconceitos estabelecidos. O pensamento desloca-se, portanto, da contemplação exterior à contemplação interior.” (CHAUÍ, 2002, p.190)

Sócrates estabelece um método de construção do conhecimento chamado de maiêutica, composto de quatro momentos:

- a) Exortação: consiste num convite para que o interlocutor apresente uma questão a examinar.
- b) Indagação: consiste numa série de perguntas ao interlocutor para que este deixe de pensar como *doxa*.
- c) Ironia: “Só sei que nada sei”. Consiste em refutação, desestruturação do saber pré estabelecido que possa levar a dissolução das imagens, sensações, ideias e julgamentos preconcebidos sobre o assunto.
- d) Maiêutica: consiste no caminho que produza um saber verdadeiro sobre o que se investiga.



PARA SABER

Maiêutica (do gr. maieutiké: arte do parto) 1. No Teeteto, Platão mostra Sócrates definindo sua tarefa filosófica por analogia à de uma parteira (profissão de sua mãe), sendo que ao invés de dar à luz crianças, o filósofo dá à luz ideias. O filósofo deveria, portanto, segundo Sócrates, provocar nos indivíduos o desenvolvimento de seu pensamento de modo que estes viessem a superar sua própria ignorância, mas através da descoberta, por si próprios, com o auxílio do "parteiro", da verdade que trazem em si.

(JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001)

Sócrates foi considerado uma ameaça política à democracia ateniense, além de acusado de ser um perigo aos jovens. Foi denunciado e julgado por uma extensa assembleia que propôs a ele que renunciasse a filosofia em troca da absolvição, o que Sócrates não considerou. Não fugiu, compareceu ao julgamento e foi condenado a tomar um veneno chamado cicuta. Em seu discurso antes da morte Sócrates reitera seu amor pela filosofia e prática seu método questionando os presentes:

“Com efeito, atenienses, temer a morte não é senão acreditar-se sábio quando não se é, pois é acreditar que se sabe o que não se sabe. Ninguém sabe o que é a morte e se não seria, para os homens, o supremo bem; mas quem a teme julga conhecê-la e está seguro de que é o maior dos males. Não é isto a verdadeira e condenável ignorância: crer que se sabe o que não se sabe? Talvez seja por isso, juízes, que sou diferente da maioria dos homens [...] temo os males que conheço, mas as coisas que não sei se são boas ou não, jamais as temerei nem delas fugirei [...]”

Transcrição de Platão em *Apologia*

Há no pensamento de Sócrates uma virada fundamental onde o conhecer não é algo que vem de fora, da natureza e seus elementos, mas sobretudo, vem do próprio homem por meio de seu pensamento. Ele inaugura uma perspectiva antropológica do mundo.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Compreenda melhor o percurso de Sócrates para inaugurar a filosofia clássica assistindo ao vídeo Sócrates: o filósofo das perguntas | Andrei Venturini

<https://www.youtube.com/watch?v=Hdnx5SpQddY>

Platão e o mundo suprassensível ou mundo das ideias

Quando você desliza seus dedos no *smartphone* para acompanhar alguma rede social aparecem uma vastidão de imagens, frases, sons e informações. Você considera confiável tudo que seus olhos veem e leem, tudo que seus ouvidos ouvem e tudo o que seus demais sentidos te ofertam?

O filósofo Platão não sendo nosso contemporâneo não vivenciou a realidade virtual das redes sociais, mas há mais de vinte e cinco séculos atrás estava interessado em problematizar como nossos sentidos podem nos confundir a interpretar os acontecimentos e o mundo.

Platão pertenceu a uma família de prestígio aristocrático e viveu entre 428 a.C e 347 a.C. Conheceu uma Atenas de expansão econômica e cultural e o auge dos princípios da política grega cidadã, mas também vivenciou uma Atenas abatida por batalhas, abrandada filosoficamente e decadente em relação a *pólis* democrática. (CHAUI, 2002).



A ACADEMIA DE PLATÃO foi o primeiro instituto de investigação filosófica do Ocidente. Em vez de transmitir valores éticos e políticos, a Academia ensinava a criá-los, isto é, a propô-los a partir da reflexão e da teoria. Nela prevaleceu o espírito socrático: a discussão oral e o desenvolvimento do vigor intelectual do estudante eram mais importantes do que as exposições escritas. (CHAUI, 2002, p. 226)

Platão é um filósofo lido, refutado, interpretado desde o início de seu pensamento e até os dias de hoje seus comentadores recolhem de temas éticos a teológicos, de física a política, de linguagem a psicologia. Conforme indica Chaui (2002) os pesquisadores da sua obra se dividem em argumentar que a política foi o tema central de sua filosofia, enquanto outros apontam as questões do ser e não ser e da teoria do conhecimento como eixos de seu ensino. “A obra platônica são os escritos de Platão, motivados pelas questões teóricas e práticas de seu tempo, e a posteridade filosófica que seus escritos tiveram a força para suscitar.” (p. 244)

Sendo o discípulo mais brilhante de Sócrates herdou a manutenção do diálogo e debate para promover a verdade. Platão compartilhava também do argumento que o conhecimento vinha

do próprio homem. Platão foi além das contribuições socráticas e fez avançar os fundamentos da filosofia, a teorização dos conceitos e construção de critérios para o caminho do conhecimento e da verdade. (MARCONDES, 2008).

Como o conhecimento é construído? Essa foi uma das perguntas que Platão dedicou se a responder e que será a vertente destacada no conteúdo da disciplina.

A dicotomia platônica e a dialética como instrumento para o conhecimento e o bem

Em Platão o termo dialética vem etimologicamente do verbo dialogar, ou seja, está relacionada a uma interlocução. Para Japiassú e Marcondes (2001, p. 36), “uma pedagogia científica do diálogo graças ao qual o aprendiz de filósofo, tendo conseguido dominar suas pulsões corporais e vencer a crença nos dados do mundo sensível, utiliza sistematicamente o discurso para chegar à percepção das essências, isto é, à ordem da verdade.”

A filosofia de Platão buscou explicar o processo por meio do qual nos distanciamos das opiniões ou *doxas* do mundo para o campo do verdadeiro conhecimento. Esse procedimento é o **método da dialética platônica** demonstrado especialmente nas obras *Carta Sétima* e *República*. Essa metodologia visa o exame crítico das ações e atividades cognitivas desenvolvidas por aquele que busca conhecer algo. Ao proceder a esse exame com seu método, Platão apresenta o caminho para o conhecimento. (CHAUI, 2002).

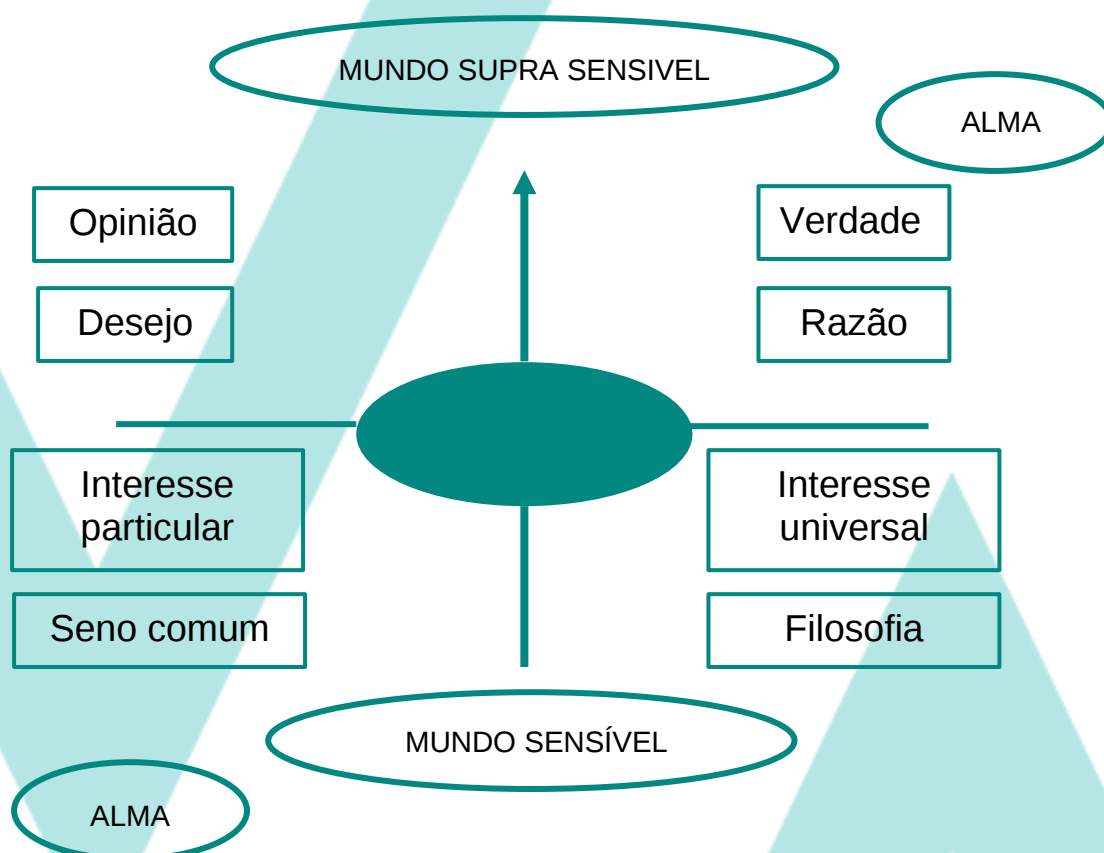
A dialética como método de argumentação e debate de ideias opostas e antagônicas, considera que as contradições do pensamento são recursos fundamentais para o alcance do conhecimento legítimo sobre alguma coisa ou algo. Nesse aspecto, se observa um retorno de Platão a parte do pensamento de Heráclito. (MARCONDES, 2008).

As incoerências e contraditórios dos argumentos na interlocução são admitidos desde que temporariamente, para que depois possam se radicalizar até encontrar a essência da verdade.

A dicotomia em Platão pode ser colocada nos seguintes pares antagônicos (MARCONDES, 2008):

- OPINIÃO X VERDADE
- DESEJO X RAZÃO
- INTERESSE PARTICULAR X INTERESSE UNIVERSAL
- SENSO COMUM X FILOSOFIA

Essas dicotomias fazem parte, as da direita do mundo sensível relativo ao corpo e as aparências das *doxas*, enquanto as da esquerda são referentes ao mundo supra sensível



(além das sensações) ou mundo das ideias (mundo do conhecimento) sendo o lugar da verdade legítima e do Bem para uma vida justa em sociedade. No quadrante abaixo vemos um esquema da teoria platônica:

O procedimento dialético de acessar o mundo das ideias parte de um nível inferior a um nível de conhecimento mais complexo da realidade, pressupondo uma hierarquia dos conhecimentos. Platão rompe com o mundo sensível, mas não o nega pois todo o exame crítico do método se dá a partir da realidade sensível, apreendida pelas sensações. (MARCONDES, 2008).

O mito ou alegoria da caverna: ilustrando a teoria do

Um mito é narrativa que por meio da linguagem simbólica, da metáfora, oferece uma explicação sobre algo. Uma alegoria pode ser tomada como uma representação do mito, uma imagem, um ícone da história metafórica.

Sócrates haveria tido com Glauco um diálogo no qual tentava explicar ao seu interlocutor como o homem deixa o senso comum e as opiniões e alcança a verdade, a justiça e o Bem. Para tal, constrói uma narrativa sobre a trajetória de um prisioneiro que tendo podido deixar a caverna e conhecer a realidade externa e desfrutar de muitas coisas, retorna para esclarecer e indicar o caminho os demais presos da caverna.

Platão descreve esse Mito da Caverna, diálogo entre Sócrates e Glauco no texto *A República*, livro VII para ilustrar sua teoria do conhecimento. Trata-se de um dos textos mais conhecidos e reproduzidos do pensamento platônico. (MARCONDES, 2008).



INDICAÇÃO DE VÍDEO

O Mito da Caverna de Platão

<https://www.youtube.com/watch?v=d2GCPsl-7LU>

O vídeo retoma de forma breve a trajetória de Platão, narra esta alegoria para por meio da comparação ilustrar a teorização sobre a verdade. Além disso faz provocações e reflexões acerca de possíveis relações com a atualidade.



Segundo Marcondes (2008)

“A obra de Platão se caracteriza como a síntese de uma preocupação com a ciência (o conhecimento verdadeiro e legítimo), com a moral e a política. Envolve assim um reconhecimento da função pedagógica e política da questão do conhecimento. Sua conclusão é que o conhecimento em seu sentido mais elevado identifica-se com a visão do Bem.” (MARCONDES, 2008, P. 54).

O método platônico não é apenas uma metodologia que ficou presa no tempo de sua época. Além de sistematizar a própria filosofia, o método de Platão é a base que vai amparar o método científico e marcar a diferença entre o senso comum e o conhecimento da ciência.

Aristóteles: A metafísica, os modos de ser e a divisão do conhecimento

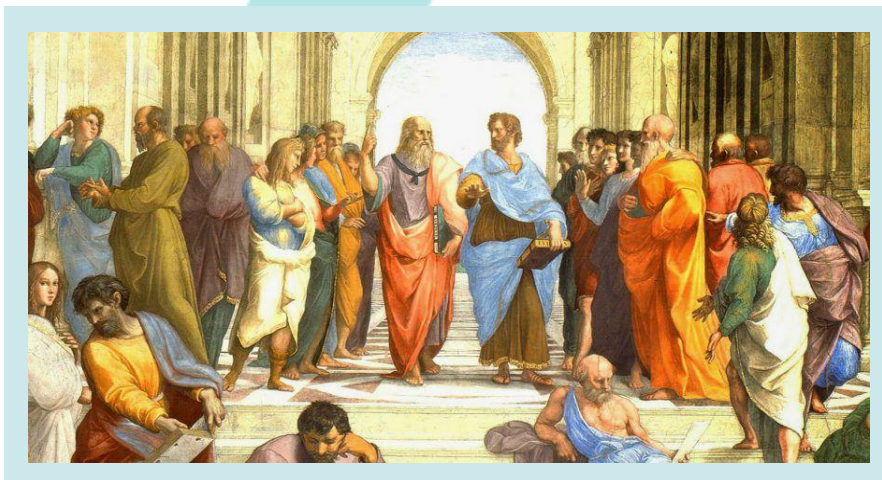


Figura 4 - Fonte: <https://comunidadeculturaearte.com/a-heranca-de-platao-e-aristoteles>

A imagem acima “A Escola de Atenas” é uma pintura do século XVI do italiano Rafael Sanzio. Na obra, ao centro aparecem Platão de toga vermelha ao lado de Aristóteles de toga azul. Porém há no quadro uma distinção mais significativa do que as cores: a mão de Platão que indica para o mundo das ideias e a mão de Aristóteles que para o chão dá ênfase a materialidade da realidade. Esta e outras discordâncias do pensamento aristotélico em relação ao platônico, abordaremos neste tópico.

Você se lembra que na unidade I a filosofia é inicialmente caracterizada como a ação de estranhamento e surpresa diante do mundo? Lembra ainda que a filosofia também não é um saber que consiste em ter uma utilidade? Pois então, essas definições foram concebidas por Aristóteles.

Aristóteles nasceu em 384 a.C. em Estágira, na Macedônia. Foi o mais brilhante discípulo de Platão, mas posteriormente fundou sua própria escola de filosofia, o Liceu, e construiu sua teoria a partir das críticas tanto à filosofia pré socrática como a filosofia platônica. (MARCONDES, 2008).

Aristóteles tem dois principais pontos de crítica ao pensamento de Platão. O primeiro foi em relação ao dualismo corpo e mente, e aos demais elementos dicotômicos relativos ao sensível e ao suprassensível.

A segunda crítica relacionada a primeira diz respeito a inconsistência da teoria platônica das ideias pois em seus argumentos não explica a origem das coisas, não desenvolve um conhecimento universal e necessário da realidade suficientes para acessar o mundo. Trata-se de uma crítica epistemológica, ou seja, a maneira mesma pela qual Platão construiu a explicação entre as dicotomias do mundo sensível e do mundo supra-sensível (da alma). Chauí (2002) sintetiza a censura à Platão no trecho abaixo:

O mundo das Ideias é, no fim das contas, um mero duplo verbal do mundo sensível, uma duplicação irreal, desnecessária e perigosa, pois torna o nosso mundo e a nossa vida sem sentido. Aristóteles se esforçará para mostrar que o inteligível está no sensível, que é possível uma ciência verdadeira do sensível, isto é, um conhecimento universal e necessário das coisas sensíveis. (CHAUI, 2002, p. 355).

A metafísica: os modos e a causalidade do ser

A metafísica é a nomeação que Andronico de Rodes, organizador da obra de Aristóteles dá ao conjunto de textos que se seguiam ao tratado de física. Assim, significa após a física ou além da física. Na tradição clássica e escolástica metafísica seria uma filosofia primeira, o ponto de partida de todo sistema filosófico, relativa aos pressupostos que examinam os princípios e as causas primeiras. Nesse sentido, é uma doutrina que se pretende universal do ser e das coisas em geral, incluindo ainda a doutrina do Ser Divino e do Ser Supremo. (JAPIASSÚ E MARCONDES, 2001)

Destacaremos da Metafísica aristotélica aspectos centrais da teoria do Ser e da construção do Conhecimento.

O sistema filosófico de Aristóteles visa superar os paradoxos sem solução da relação mundo sensível e mundo das ideias de Platão. O ponto de partida para escapar ao dualismo seria tomar a realidade composta por indivíduos materiais concretos, que possuem matéria e forma indissociáveis. (MARCONDES, 2008).

Na Teoria do Ser, Marcondes (2008, p. 80) realça que em Aristóteles “É o intelecto humano que, pela abstração, separa matéria de forma no processo de conhecimento da realidade, relacionando os objetos que possuem a mesma forma e fazendo abstração de sua matéria, de suas características particulares.”

Para construir a Teoria do Ser, Aristóteles demarca algumas distinções fundamentais que levam a responder o que causa o Ser? O que é responsável pelas modificações do Ser?

Essência e acidente são características do ser, onde essência é aquilo que subjaz, que constitui o ser, a própria substância do ser, sendo, portanto, permanente ao ser. O acidente diz respeito às características mutáveis, mas que não afetam a substância do ser das coisas. Aristóteles dá o seguinte exemplo: “Sócrates é um ser humano”, o que designa sua essência, e “Sócrates é calvo”, o que descreve uma característica accidental.

Necessidade e contingência devem ser pensadas como correspondentes às características anteriores. Assim, “As características essenciais são necessárias, ou seja, a coisa não pode deixar de tê-las, caso contrário deixaria de ser o que é, ao passo que os contingentes são variáveis e mutáveis. (MARCONDES, 2008, p. 81).

Ato e potência são o terceiro par de características do ser e também elucidam a mudança e a transformação. Aqui temos o clássico exemplo da semente e árvore, onde uma semente é, em ato, semente, enquanto a árvore é ao mesmo tempo ato em árvore e potência em ser lenha.

Sobre o problema da causalidade do ser não resolvido pelas filosofias anteriores a teoria aristotélica distingue quatro dimensões da causalidade, conforme comentada por Marcondes (2008):

- 1. Causa formal:** é o modelo ou formato que faz com que a coisa seja o que é. É o que dá forma a uma estátua, exemplo de Aristóteles.
- 2. Causa material:** é o material da qual a coisa é feita, que constitui a coisa. A estátua poderia ser de bronze, ou mármore, etc.
- 3. Causa eficiente:** é o motor, o agente que promove a transformação da coisa. O que fez com que a estátua viesse a ser estatua? Nessa situação seria o artesão.
- 4. Causa final:** é a finalidade, o propósito da coisa. Para que serve a estátua? A estátua poderia ter finalidade decorativa ou prestar uma homenagem. (MARCONDES, 2008)



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Para revisar e ampliar as informações sobre a Teoria do ser, e conhecer mais assista conheça a *história e as ideias de Aristoteles*

<https://www.youtube.com/watch?v=vWYGduYnt8Q>

A metafísica: o conhecimento

Aristóteles abre sua metafísica com a afirmação celebre: “*Todos os homens por natureza desejam saber*”. A partir de então indica a visão como dimensão sensorial privilegiada às demais, diferencia as sensações dos animais das sensações humanas, adverte a peculiaridade da memória humana para promover experiências, caracteriza a experiência, a arte (ou técnica) e o conhecimento (ou ciência) e as hierarquiza nessa sequência. Ou seja, segundo Chaui (2002) atrela o conhecimento a: discriminar, diferenciar, distinguir e reunir, indicando a visão teórica e intelectual como a forma mais alta de conhecimento, cabendo a filosofia conhecer todas as formas do ser já que participa da totalidade dos saberes.

No sistema aristotélico de conhecimento a ciência é o saber teórico sobre a realidade, composto de áreas específicas tais como ciência do mundo natural, a matemática e a filosofia. No mundo natural estão a física e astronomia, as ciências da vida biológica e a psicologia. A psicologia ficaria a cargo de examinar as diferentes funções da alma e do intelecto além da memória e das sensações. (MARCONDES, 2008)

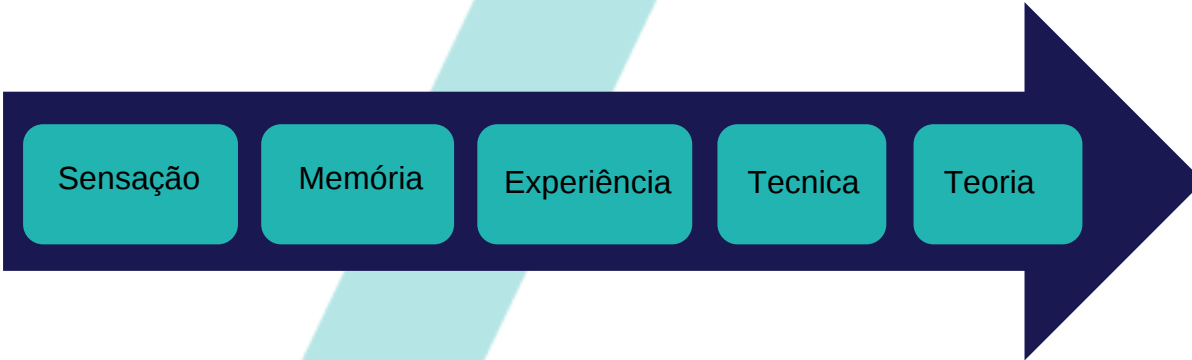
Quanto ao saber prático, este se refere a ética e a política. Seu campo de ação é o das normas que asseguram ações corretas e eficazes. A política se articula com a ética pois a ação virtuosa é aquela orientada aos outros, para a vida social na *polis*. Já o saber produtivo articula as artes produtivas ou criativas.

Aristóteles concebe o processo de conhecer como processual, linear e feito de etapas cumulativas. O início desse processo ocorre por meio das sensações e sentidos que captam a realidade. Ao contrário de Platão que considerava os sentidos como relativo as sombras, Aristóteles valoriza o mundo sensorial. (MARCONDES, 2008).

As percepções sensoriais precisam de memória para retenção das informações que captadas. Da soma de sensações com a memória forma-se a experiência e será a partir da experiência acumulada que pode se estabelecer relações dos dados sensoriais. Esses aspectos são do conhecimento prático.

O estágio seguinte é o da técnica ou da arte, é um saber aplicado no qual existe um campo de regras que produzem resultados. A técnica é superior a prática pois apenas com a prática não se sabe o que faz e de que modo realiza.

Na última etapa está o conhecimento teórico, abstrato e genérico que não tem objetivos práticos ou finalidade imediata. Dentre os conhecimentos teóricos a filosofia seria o tipo mais elevado por ser ainda mais contemplativa e sem funcionalidade imediata. Marcondes (2008) indica um esquema proveitoso a compreensão:



Sensação

Memória

Experiência

Técnica

Teoria



PARA REFLETIR

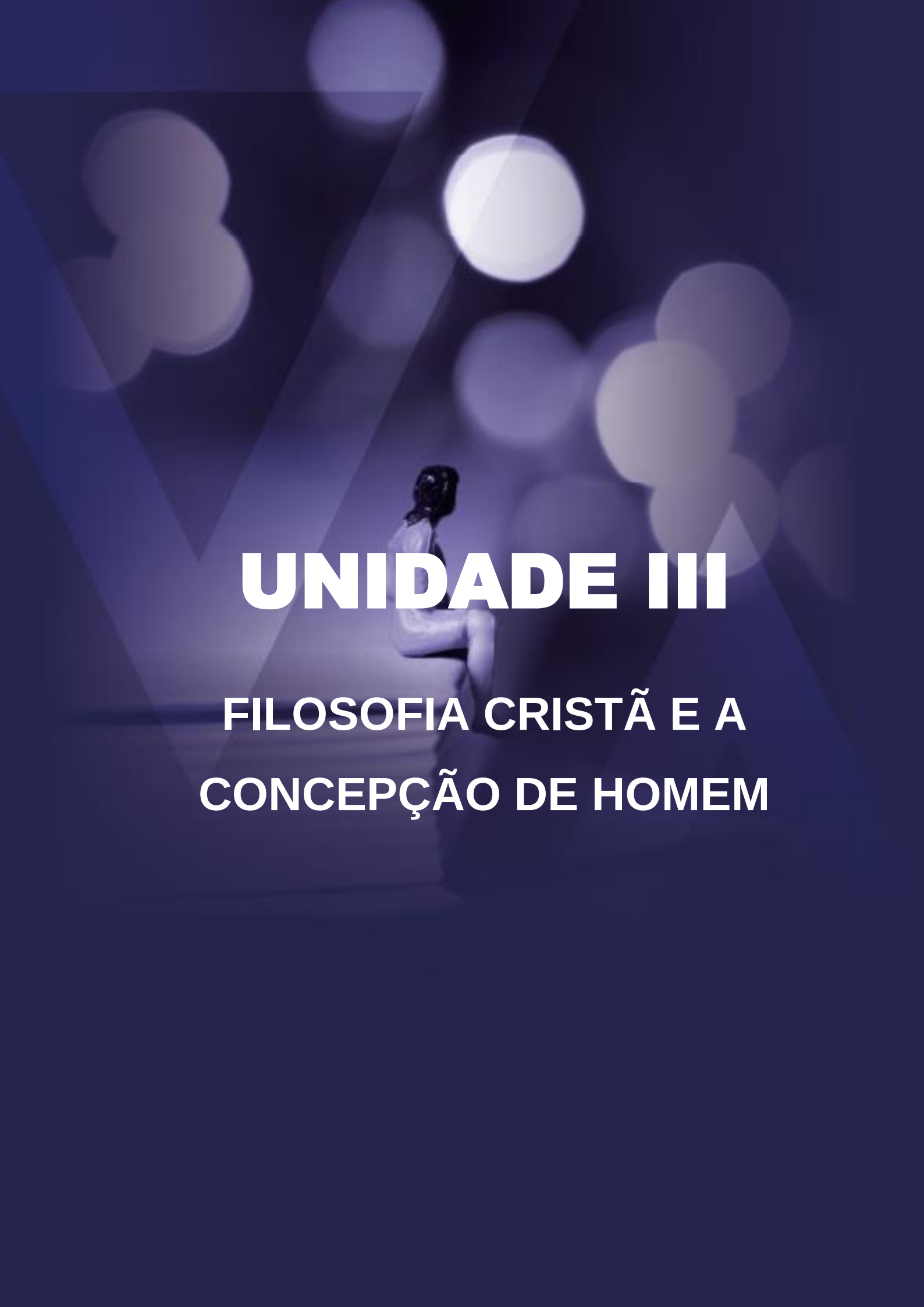
Quais críticas poderiam ser feitas a essa concepção hierarquizada do conhecimento? Essa concepção ainda vigora na ciência atual?

Quais seus impactos em termos das diferenciações e desigualdades sociais?

Verificamos que no percurso de Aristóteles podemos extrair de suas obras elementos que vieram a compor a história do pensamento psicológico e posteriormente questões que são referência para a psicologia como ciência. Nesse sentido, destaca-se a sistematização aristotélica do conhecimento que aloca a psicologia no campo das ciências da natureza e antecipa mesmo alguns objetos de sua pesquisa. Muitos aspectos do fluxo do conhecimento em Aristóteles configuram o que chama-se na psicologia de processos psicológicos básicos: sensação, percepção, memória, linguagem e inteligência.

As concepções antropológicas podem ser recolhidas da filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles. Vaz (1998) nos indica que sendo Sócrates o fundador da filosofia moral pode ser considerado também o fundador da Antropologia Filosófica, onde a noção de “alma” seria a marca que identifica a ideia socrática de homem. O autor destaca ainda outras três características da concepção de homem socrática: o argumento do bem como via de acesso para a compreensão do mundo e do homem, a valorização ética do indivíduo no preceito “conhece-te a ti mesmo” e a primazia da racionalidade.

A antropologia filosófica em Platão retrata uma concepção de homem dualista e dicotômica, onde a principal dialética está entre o corpo e a alma. A concepção aristotélica do homem está em um mundo material animado pelo conhecimento, no qual o homem tem lugar de destaque na estrutura hierárquica do ser e da realidade. (VAZ, 1998)

A person is sitting on a ledge, looking up at a series of bright, out-of-focus circular lights (bokeh) against a dark blue background. The person is seen from the side, wearing a light-colored top and dark pants. The overall mood is contemplative and serene.

UNIDADE III

**FILOSOFIA CRISTÃ E A
CONCEPÇÃO DE HOMEM**



OBJETIVOS

- Compreender as concepções de homem da Filosofia Helenística;
- Conhecer as principais escolas de pensamento do helenismo;
- Identificar as características e concepções de homem da Filosofia Cristã Medieval;
- Identificar os principais elementos do pensamento dos filósofos da era Cristã;

FILOSOFIA CRISTÃ E A CONCEPÇÃO DE HOMEM

A Filosofia Cristã contextualizada na Idade Média, momento demarcado entre os séculos V a XV faz parte da grande tradição religiosa cultural do ocidente a qual permanece vigorosa até os dias atuais. Mas, como acontece a passagem da Filosofia Clássica, uma Filosofia da razão grega para a Filosofia Cristã-teológica?

Para compreender essa trajetória precisamos falar do terceiro período da Filosofia na antiguidade: o período Helenístico, de suas principais escolas, características e desdobramentos.



Terceiro período: helenístico

A Filosofia Helenística é uma das menos conhecidas e comentadas da história. Há também alguns desacordos quanto a delimitação específica deste momento. Alguns autores como Vaz (1998) consideram apenas os séculos de III – I a.C, outros como Japiassu e Marcondes (2001) compreendem sua extensão como mais ampla incorporando o início da Filosofia Medieval.

O Helenismo, segundo Japiassú e Marcondes (2001), se refere de maneira geral a toda influência da cultura grega na região do Oriente Próximo (Mediterrâneo oriental: Síria, Egito,

Palestina, Pérsia e Mesopotâmia) após a morte do governante Alexandre em 323 a.C. Destacam ainda, como sendo um período que vai da morte de Aristóteles (322 a.C.) ao fechamento das escolas pagãs de filosofia no Império do Oriente pelo imperador Justiniano (525 d.C.).

Com batalhas ganhas e a consequente ampliação de territórios, o imperador Alexandre levou hegemonia cultural e a linguística grega para muitas regiões. O império de Alexandre foi curto e posteriormente a sua morte, toda região foi dividida entre seus principais generais. Essa continuidade, possibilitou que "a cultura grega entrasse em contato com outras culturas, produzindo assim um certo sincretismo cultural." (MARCONDES, 2008, p. 94).

A cidade de Alexandria, capital do Egito, foi a principal referência cultural desta época e símbolo do desenvolvimento do conhecimento. O **Museum**, templo das Musas e divindades da arte e do saber, construído no século III a.C contemplou a maior biblioteca da Antiguidade com mais de 500 mil volumes (rolos de papiros). Mas, seu valor foi muito mais amplo pois durante os dois séculos iniciais foi lugar de intensa produção de ciência. O **Museum** foi incendiado por ocasião da conquista do Egito por Júlio Cesar e, 47 a.C e posteriormente mais duas vezes, em 390 pelo Bispo Cristão Teófilo e em 642 na conquista do Egito pelos árabes. (MARCONDES, 2008).

O desenvolvimento científico em Alexandria ocorreu em variadas áreas, conforme aponta Marcondes (2008). O quadro abaixo sintetiza a produção de conhecimento e ciência daquele momento:

Pensadores e cientistas	Período	Áreas
Euclides	Final séc. IV a.C	Matemática e geometria
Arquimedes de Siracusa	287-212 a.C	Geometria e mecânica
Herófilo	Séc. III a.C	Descoberta sobre as funções do cérebro
Aristarco de Samos	320-250 a.C	Formulou um modelo heliocêntrico de cosmo e uma hipótese da rotação da terra.
Hiparco de Niceia	190-120 a.C	Autor da primeira gramática da língua grega
Cláudio Ptolomeu	100-178 d.C	Criador do modelo geocêntrico de cosmo que prevalecerá até seu questionamento por Copérnico (1543)
Diofanto	250 d.C	Autor de um tratado de álgebra

Ao longo de dois séculos o pensamento platônico e aristotélico estiveram presentes nos comentadores helenísticos, mas paulatinamente o conhecimento produzido em Alexandria caracterizou-se por uma passagem das questões metafísicas para as questões empíricas das ciências naturais. (MARCONDES, 2008).



INDICAÇÃO DE FILME

O contexto do filme é Alexandria, capital do Egito de final do século IV e os conflitos políticos e religiosos entre pagãos, cristãos e judeus. A personagem principal é a matemática, filósofa e astrônoma Hipátia que buscará defender a produção racional do conhecimento.



A filosofia da idade helenística está fortemente marcada, como nos indica Marcondes (2008) pelos acontecimentos sociais e políticos que levaram a dissolução dos ideais da *polis* grega, “(...) o homem grego teria perdido sua principal referência ético-política, a vida na comunidade a que pertencia como cidadão, com suas leis, tradições e práticas culturais.” (p. 96)

Temos neste momento da historiografia filosófica uma nova concepção de homem na qual o indivíduo plenamente integrado a vida comunitária, a qual nutria todas as suas aspirações não existe como antes. Essa conjuntura vai transformar os cidadãos da antiga Atenas em indivíduos do mundo grego. Mas, adverte Vaz (1998, p. 43) “o individualismo helenístico tem características próprias que o tornam um capítulo da concepção do homem clássico, e seria um erro tentar compreendê-lo à luz do individualismo moderno.”

O individualismo helenístico é a tentativa do antigo cidadão da *polis* em buscar novas respostas para satisfação de seus anseios. Assim, a questão da busca da felicidade por meio da razão e da virtude constitui-se o centro das reflexões. Essa busca aparece como uma eudamonia. (VAZ, 1998).



PARA SABER

EUDEMONISMO (do gr. eudaimonia: felicidade) Doutrina moral segundo a qual o fim das ações humanas (individuais e coletivas) consiste na busca da felicidade através do exercício da virtude, a únicas a nos conduzir ao soberano bem, por conseguinte, à felicidade.

Escolas representantes do período helenístico: estoicismo e epicurismo

A Filosofia Helenística caracteriza se pelos seguintes traços fundamentais (MARCONDES, 2008):

- a. Organizada por escolas de pensamento que agrupam filósofos com perspectivas semelhantes e não destaca nomes como no período Socrático.
- b. Posição dogmática e doutrinaria das escolas de pensamento, com ausência das características argumentativas e polêmicas que marcaram o pensamento de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles.
- c. Ecletismo e conciliação de posições e ideias aparentemente divergentes na mesma escola de pensamento.
- d. O indivíduo em busca da auto realização no centro da problemática filosófica.
- e. Postulam como principio básico a felicidade (eudamonia).
- f. Discussão da ética no sentido prático do “bem viver” no centro das proposições.

Destacam se duas vertentes que conformaram escolas de pensamento para refletir e interpretar sobre o processo em busca da eudamonia.

A Escola Estoica foi segundo Marcondes (2008) uma das que mais compôs o ecletismo. Associaram em sua doutrina desde aproximações com a filosofia aristotélica a elementos que influenciaram o desenvolvimento do cristianismo.

A sistematização do estoicismo parte da consideração que o homem é parte do universo e da natureza e articula a física, a lógica e a ética. Essa relação é ilustrada e trazida por Marcondes (2008) pela analogia com a árvore:



A física = Raiz

A Lógica = Tranco

A Ética = Fruto

A ética seria o bem e propósito maior que orientaria o homem à eudamonia (em direção à felicidade), sendo a ética também o que assegura a harmonia e equilíbrio do homem à realidade e à natureza. A ação ética de acordo com a natureza pressupõe para os estoicos três virtudes básicas: a inteligência, a coragem e a justiça. A inteligência, “ que consiste no conhecimento do bem e do mal; a coragem, ou o conhecimento do que temer e do que não temer; e a justiça, o conhecimento que nos permite dar a cada um o que lhe é devido.” (MARCONDES, 2008, P. 101)

A eudamonia para os estoicos relaciona-se à tranquilidade ou ausência de perturbação que são conquistadas por meio do auto controle e repressão da rigidez. Se por um lado a ação ética envolve avaliação e julgamento da realidade, por outro os preceitos éticos encontram limites em ideias de destino e resignação. A ideia de destino indica que não se poderia mudar a realidade ou natureza exclusivamente pela ação ética. Quanto a resignação, as virtudes relativas à ética recomendam paciência e aceitação ainda que alguns acontecimentos que não possam ser racionalizados e compreendidos.



PARA REFLETIR

Os estoicos ilustram a aceitação por meio de um famoso exemplo: Alguém está em um lago se afogando. Uma pessoa vê e tenta ajudar. Porém, após muitas tentativas de auxílio o afogamento acontece. Os estoicos diriam que tendo acontecido, o afogamento era inevitável.

E você, o que pensaria sobre essa situação e outras parecidas?

A Escola Epicurista teve menos influência e repercussão que a escola dos estoicos. Possuiu em comum com o pensamento estoico a eudaimonia como princípio orientador das reflexões, entretanto divergiu dos meios pelos quais se alcançaria a felicidade.

Os epicuristas consideravam que a atitude ética do homem contemplava a ambiguidade e conflitos entre a razão e paixão, e inclusive os desejos e impulsividades não deviam ser ignorados. A ética para a felicidade não estaria na supressão desses aspectos que seriam naturais e próprios ao homem, mas na moderação e sobriedade das paixões visando a harmonia e equilíbrio.

O neoplatonismo como transição para a filosofia cristã medieval

Antes de passarmos a descrição da Filosofia Cristã vale mencionar o movimento do Neoplatonismo como importante demarcador na transição entre a Filosofia da Antiguidade Clássica e a Filosofia Cristã-Teológica.

Plotino (205-270 d. C), foi o principal representante do neoplatonismo por sua autenticidade na elaboração de um sistema que desenvolveu uma metafísica a partir de Platão e Aristóteles, mas “rompeu sob vários aspectos com a tradição racionalista clássica, devido à influência mística e espiritualista do pensamento neopitagórico e alexandrino, e procurou levar a metafísica às suas últimas consequências.” (MACONDES, 2008, p.100)

Marcondes (2008) nos indica que a metafísica de Plotino explica o real em três noções:

1. Uma parte inacessível e perfeita que gera transbordamento e exterioriza-se sem no entanto esgotar ou perder sua unidade. O sol seria uma metáfora para essa instância, o Uno da realidade.
2. Um Intelecto, correspondente ao mundo das ideias e contemplaria o Uno.
3. Uma Alma que a partir do Intelecto é o princípio do movimento e da diversidade.

O pensamento do neoplatonismo foi interpretado e difundido até o século VI e embora sua obra tenha se oposto ao pensamento cristão, sua visão espiritualista de Platão influenciará a Filosofia de Santo Agostinho que foi leitor de Plotino.

A filosofia cristã medieval

Tendo percorrido a Filosofia Helenística e descrito brevemente as características do Neoplatonismo compreendemos seus significados e impactos no sentido da passagem de uma Filosofia alinhada aos valores estritos da cultura grega para uma abordagem filosófica mais ampliada e intercambiável com os valores da cultura Oriental. Mas como se constitui uma Filosofia alinhada aos valores do Cristianismo?

O primeiro marco na constituição do cristianismo como religião independente e dotada de identidade própria é a pregação de São Paulo, um judeu helenizado, funcionário do Império Romano, que se converte e passa a pregar e difundir a religião cristã em suas viagens por alguns dos principais centros do Império Romano. É em São Paulo que encontramos a concepção de uma religião universal, não só a religião de um povo, mas de todo o Império, de todo o mundo então conhecido. (...) A possibilidade de se pensar e defender uma religião universal, entretanto, talvez só faça sentido em um contexto como o do helenismo, em que há uma língua comum e uma cultura hegemônica (...) Pode-se dizer então que a concepção de uma religião universal corresponde no plano espiritual e religioso à concepção de império no plano político-militar. (MARCONDES, 2008, p 117-118).

Os séculos iniciais do Cristianismo caracterizaram-se por momentos de instabilidade. Além do contexto de ruína do Mundo Antigo e a decadência do Império Romano, coexistiam ainda as religiões pagãs e politeístas. Assim, para a consolidação e hegemonia da religião Cristã seria necessário vencer os hereges e os argumentos de uma racionalidade questionadora dos princípios cristãos.

Nesse sentido, surge a importância dos Padres, considerados os pais da Igreja Cristã, para defender e promover o Cristianismo frente às ameaças e obstáculos ao seu desenvolvimento. Os padres filósofos inauguram a Patrística, primeira escola da Filosofia Medieval Cristã.

A patrística de santo agostinho



Aurélius Agostinho (354-430), bispo de Hipona, nasceu em Tagaste, hoje Argélia. Estudou em Cartago, depois em Roma e Milão, foi professor de retórica. Reconverteu-se ao cristianismo, que fora a religião de sua infância, aos 32 anos, após ter passado pelo maniqueísmo e pelo ceticismo. Regressou então à África (388), fundando uma comunidade religiosa. Suas obras mais conhecidas são *As confissões* (400), de caráter autobiográfico. e *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427.

Figura 5 - Fonte: <https://conhecimentocientifico.r7.com/santo-agostinho-biografia/>

A Patrística Agostiniana é considerada a primeira grande síntese entre a Filosofia Clássica e o pensamento Cristão, por meio, principalmente, da incorporação da obra de Platão. Essa articulação ficou conhecida como Platonismo Cristão.

Três eixos fundamentais da Filosofia de Santo Agostinho estão organizados em Marcondes (2008):

1. Formulação das relações entre teologia e filosofia, entre razão e fé.

Agostinho considerava que o conhecimento da realidade é limitado pelo mundo dos sentidos (uma referência ao mundo sensível platônico) e que a Filosofia Clássica é insuficiente para uma verdadeira “sabedoria do mundo”. Assim, seria necessário o ensinamento teológico para alcançar uma compreensão legítima da realidade. É dedicando-se à Teologia que o homem preparava a salvação de sua alma. A filosofia seria o instrumento que prepara a alma para compreender uma verdade que provém de Deus, “primeiro acreditar para depois compreender.”

No pensamento agostiniano não há impossibilidade de relações entre a Teologia e Filosofia, entre a razão e a fé. Contudo, destaca a subordinação da Filosofia à fé.

2. Teoria do conhecimento ou Teoria da Iluminação Divina

Santo Agostino questionava: como poderia a mente humana sendo falível atingir a verdade eterna? A resposta agostiniana estava em sua Teoria da Iluminação Divina, a qual apoia-se

na teoria da reminiscência de Platão. A ideia da reminiscência platônica não é incorporada como um todo, mas Santo Agostinho aceita que existe algo que pressupõe o conhecimento e estaria na interioridade do homem. O homem como imagem e semelhança do criador possuiria uma parte, um fragmento do intelecto de Deus e dessa forma interiorizaria a verdade divina que se revelaria pela iluminação.

Santo Agostinho pode ser considerado assim o primeiro pensador em nossa tradição a desenvolver, com base em concepções neoplatônicas e estoicas, uma noção de interioridade que prenuncia o conceito de subjetividade do pensamento moderno. (MARCONDES, 2008, P.124)

3. Teoria da história em *Cidade de Deus*

Cidade de Deus é considerada pelos pesquisadores e comentadores filosóficos como a obra monumental de Santo Agostinho. Constitui uma interpretação sobre a história da humanidade na qual a história é explicada como um processo sucessivo de aproximações e rupturas entre o homem e o criador.

Agostinho argumentava que se Deus é exclusivamente perfeição e bem, o mal não poderia ser criação divina. Então, o mal estaria representado pela quebra da aliança com Deus, fazendo parte da vida terrena ou Cidade dos homens. Assim, a Cidade de Deus estaria para os momentos de aliança com a vontade de Deus e a Cidade dos Homens estaria para os tempos de ruptura com os desígnios divinos. O conflito entre essas duas cidades foi representado pela expulsão do Paraíso, Caim e Abel, a Arca de Noé e o cativeiro da Babilônia. “Finalmente a vinda de Cristo e o Novo Testamento preparam a redenção e o juízo final quando, só então, a cidade celestial triunfará definitivamente.” (MARCONDES, 2008, p.125). nesse contexto, a Igreja para Agostinho é incumbida de guardar as chaves da Cidade de Deus.

A passagem do tempo para Agostinho não é vista como na Antiguidade com uma concepção grega que narrava o tempo como circular, sem início e fim. O transcorrer do tempo na perspectiva agostiniana era vista como linear e sequencial, e tinha um sentido singular que é o encontro com Deus.

O desenvolvimento teórico agostiniano da Iluminação Divina e sua concepção de História foi significativa tanto para a Teologia como para a Filosofia, tornando-se fundamental na conversão dos bárbaros, na base da doutrina Cristã e na manutenção do poder monárquico. (Marcondes, 2008).

A escolástica de São Tomás de Aquino

A Escola denominada Escolástica tem seu surgimento aproximadamente no século X, tendo passado cerca de cinco séculos desde a Patrística agostiniana. Nesse intervalo a Europa encontrava-se fragmentada por sucessivas batalhas e invasões e vivenciava momentos de instabilidade política e econômica.

A Igreja representava a única instituição estável, responsável pela educação e cultura, porém a ortodoxia religiosa limitava o desenvolvimento da Filosofia à seus interesses. (MARCONDES, 2008).

Um contexto mais promissor para a Filosofia ocorreu a partir do século IX com o Império de Carlos Magno, que foi o primeiro governante consagrado pelo Papa. Marcondes (2008) registra que para reestruturar a Europa o Imperador buscou na Antiguidade greco-romana as possibilidades de uma nova identidade política e cultural.

Nesse momento aconteceu a criação de Academias e Universidades para o ensino da Filosofia e de áreas como a Administração e Educação necessárias ao governo. Escolas da Igreja e Mosteiros franciscanos e dominicanos foram criados para o ensino da Teologia e formação do Clero.

São Tomás de Aquino é o principal representante da Escolástica e da própria Filosofia Medieval-Cristã. Mas antes dele é importante mencionar São Anselmo como o filósofo precursor da Escola em início do século XI.

Santo Anselmo foi o primeiro nome da Escolástica e seguiu a tradição agostiniana aproximando Filosofia e Teologia e mantendo o princípio do “Crer para compreender”. Anselmo argumentava a existência ontológica de Deus e “pretende, assim, passar do plano lógico, ou seja, do plano das definições, para o plano ontológico, defendendo a existência do



ser definido como necessário (perfeito) como uma consequência dessa definição.” (JAPIASSÍ E MARCONDES, 2001, p. 143).



Tomás de Aquino nasceu na cidade de Nápoles em 1224, filho de família nobre. Participou da ordem dos Dominicanos, estudou em Paris onde posteriormente foi professor. Lecionou também em Universidades da Itália. Sua obra é constituída principalmente por suas notas pessoais de aula. Em sua trajetória filosófica foi de condenado a consagrado pela Igreja. É considerado um dos 36 doutores da Igreja durante o período medieval.

Figura 6 - Fonte: https://br.freepik.com/fotos-premium/santo-tomas-de-aquino-padroeiro-dos-educadores-alunos-e-aprendizagem-gerativa-ai_46465082.htm

São Tomás de Aquino encontrou no século XIII uma Europa mais próspera e melhor aderente ao desenvolvimento da sua Filosofia. Em várias regiões europeias, conforme descreve Marcondes (2008) acontecia uma passagem paulatina de um sistema feudal fechado e hierárquico ao desenvolvimento das cidades, do comércio e a consequente migração de pessoas para as novas metrópoles. Esse contexto além da nova ordem política e econômica promoveu relações sociais mais complexas, maior mobilidade social e maior demanda por educação. Todos esses aspectos tornaram possível ressurgir o interesse pelas preocupações científicas e empíricas.

A Filosofia tomasiana representa a retomada desses aspectos a partir do pensamento de Aristóteles.

Características gerais da Obra de Tomás de Aquino

- a. Grandeza argumentativa e conceitual
- b. Sistematiza tanto questões Teológicas e Filosóficas de sua época
- c. Retoma a Filosofia aristotélica para o desenvolvimento da Filosofia Cristã
- d. Um de seus argumentos mais fundamentais está em “As vias ou Prova da existência da Deus”

“As vias ou Prova da existência da Deus”

Na obra “As vias ou Prova da existência da Deus” Tomás de Aquino buscou na física e na metafísica de Aristóteles as vias para afirmar a existência racional de Deus, por meio de uma Filosofia caracterizada pela autonomia do dogma mas ao mesmo tempo em harmonia com os valores cristãos. (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2008).

O caminho tomasiano começou examinando as teses a favor da existência auto evidente de Deus, tais quais representadas pela patrística de agostinho e do conhecimento ontológico de Deus de Anselmo.

A síntese de refutação tomasiana das teses anteriores consistiu no desenvolvimento do argumento de que a existência de Deus no plano do intelecto não implica em sua existência no plano da realidade. Sua sistematização, como destaca Marcondes (2008), resgata a teoria da Causalidade de Aristóteles, arrematando que: a) Deus é o primeiro motor de tudo, b) Deus é a primeira causa eficiente de tudo, c) Deus é a origem de toda a necessidade e d) Deus é a finalidade última da natureza e da homem.

Como conclusão Tomás de Aquino indicou que a existência de Deus não é auto evidente, pois Deus não pode ser conhecido de forma direta. A existência divina só poderia ser demonstrada por meio do que os homens conhecem de Deus. Assim, o sentido e significado do nome de Deus só pode ser constituído por seus efeitos.

A Filosofia de Tomás de Aquino é considerada a mais original e autêntica de toda a Filosofia Medieval-Cristã, como enfatizam Marcondes (2008) e Araújo e Costa (2023). Estes últimos autores marcam inclusive que em contexto mais amplo o tomismo possui um significativo valor para a psicologia.

Ainda que não exista na obra tomasiana o uso da psicologia ligado ao conceito que este termo tem a partir do século XVI, Araújo e Costa (2023), a partir de comentadores de Tomás de Aquino, destacam que os estudiosos ao se referirem a uma certa psicologia tomasiana indicam um conjunto de temas sobre a natureza, corpo, alma e as propriedades desta última, configurando o que se poderia chamar de uma ciência da alma.

O tomismo e sua relação com a psicologia aparecem revisitados no trabalho de Araújo e Costa (2023) por meio das seguintes perguntas de pesquisa:



LEITURA COMPLEMENTAR

Para finalizar esta unidade de ensino recomendamos a leitura do trabalho de Araújo e Costa (2023), no qual buscam demonstrar com foco no conceito de

vontade que existe em Tomás de Aquino uma psicologia genuína, indicando caminhos futuros para esta articulação.

<https://www.researchgate.net/publication/372433618>



RESUMO DA UNIDADE

Nesta Unidade de Ensino conhecemos o pensamento filosófico da Idade Média, passando por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino; compreendemos as concepções predominantes da Patrística e da Escolástica e refletimos sobre a importância da Filosofia Tomasiana para ciência e a psicologia.

UNIDADE IV

**FILOSOFIA HUMANISTA E
EXISTENCIAL E A
CONCEPÇÃO DE HOMEM**



OBJETIVOS

Compreender as concepções de homem da Filosofia Humanista e Existencial;
Conhecer as principais características do Renascimento como período histórico;
Identificar as repercussões do ideário humanista no desenvolvimento da Filosofia Moderna;
Identificar as características da Filosofia Humanista e da Filosofia Existencial
Compreender as concepções de homem da Filosofia Humanista e Existencial;
Conhecer as principais características do Renascimento como período histórico;
Identificar as repercussões do ideário humanista no desenvolvimento da Filosofia Moderna;
Identificar as características da Filosofia Humanista e da Filosofia Existencial.

FILOSOFIA HUMANISTA E A CONCEPÇÃO DE HOMEM

Percorremos, até este momento da disciplina, várias concepções sobre o homem, situadas cada qual em um momento da história filosófica. Da Filosofia dos Pré-socráticos, que atrelava o entendimento do homem aos elementos da natureza, passando pela Filosofia Clássica, que buscou uma compreensão do homem por meio da racionalidade maiêutica, dialética e metafísica, até a Filosofia Medieval Cristã que apresentou uma concepção de homem sempre em referência aos valores teológicos.

Chegamos a um momento da disciplina no qual abordaremos uma Filosofia nomeada como Humanista. E por que esta qualificação de Filosofia? Qual a particularidade dessa nova concepção de homem? Teria a Antropologia Filosófica um momento privilegiado em seu campo de saber em uma Filosofia que se nomeia como Humanista?

O RENASCIMENTO: CONTEXTUALIZANDO O HUMANISMO



Figura 7 - A Florença contemporânea

A Itália foi o espaço tanto do Renascimento como do Humanismo e foi também parâmetro para seu desenvolvimento nos demais países da Europa.

O termo "Renascimento" foi utilizado em 1860 pelo historiador da arte Jacob Burhard, um suíço, em sua obra "A Civilização do Renascimento na Itália". Posteriormente, outros historiadores de arte também empregaram o termo. Portanto, "Renascimento" inicialmente está relacionado ao movimento artístico e cultural que nasceu na cidade italiana de Florença no século XV e foi até o século seguinte, tornando-se parte da identidade dos florentinos.

O entendimento do Renascimento como um período histórico situado entre a Idade Medieval e a Idade Moderna, com características próprias em outras áreas da vida social, como na política e na filosofia, foi incorporado apenas posteriormente pela historiografia. Porém, permanece ainda nos dias atuais como o período histórico com menos estudos e registros (MARCONDES, 2008).

Podemos dizer que os séculos XV e XVI são mais referenciados ao Movimento Humanista do que ao Renascimento. Assim, o Humanismo constitui a melhor expressão da Idade da Renascença.

Mas o que renasce nesse contexto? De maneira ampla e sintética, podemos dizer que o que renasce são os valores e conhecimentos da cultura greco-latina (JAPIASSÍ; MARCONDES, 2001).

Outra característica geral do Renascimento é constituir-se como um período que foi simultaneamente de muitas conciliações, rupturas e transformações. A Europa compartilhou posturas diversificadas a respeito dos costumes, das religiões, da política e da Filosofia (GHIRALDELLI, 2010).

Humanismo renascentista do século XV é apontado por Marcondes (2008) como um dos quatro fatores históricos, dos quais participam também as grandes navegações, a Reforma Protestante e a Revolução Científica Moderna, que influenciaram o surgimento e o desenvolvimento da Filosofia Moderna. Passemos a uma breve compreensão desse contexto que promoveu e delineou o Humanismo.

As grandes navegações expressaram, além de poder político e econômico, uma concepção de homem desbravadora e empreendedora, disposta a transformar e assumir riscos. O processo de exploração de outros continentes, que começou a acontecer por volta de 1492, abalou o conhecimento que se acreditava ter do mundo e do homem. A imagem de mundo da tradição Medieval foi estremecida pelo conhecimento que se teve a partir de então, e muitas ilusões foram dissolvidas quando os europeus obtiveram informações a respeito da dimensão e formato da Terra, da existência de outras culturas que habitavam o mundo e da diversidade da fauna e flora de outras localidades.

Essas constatações fragilizaram e desautorizaram a ciência antiga e, ao mesmo tempo, revelaram a necessidade de elaboração de novos conhecimentos na botânica, na geografia e em muitas áreas das ciências.

O encontro com outros povos fez estremecer o imaginário de uma suposta universalidade do que era o homem. Entretanto, as grandes navegações, em sua “missão civilizatória”, impuseram etnocentricamente os valores cristãos europeus, construindo fantasiosas representações acerca da humanidade dos povos explorados.

A Reforma Protestante, como movimento de crítica geral à institucionalização da Igreja Católica, ocorreu de forma pulverizada durante toda a Idade Média, mas seu auge, consistência e sistematização vieram com Martin Lutero (1483-1546), que se tornou a grande liderança. A Reforma difundiu-se por toda a Europa e sua ampliação era evidente: em 1527, era inaugurada a primeira Universidade Protestante; em 1534, a oficialização da Igreja Anglicana na Inglaterra; em 1560, a Escócia converteu-se ao Calvinismo e, em 1566, a Igreja Calvinista tornou-se oficial na Holanda. Os pontos centrais da crítica à Igreja Católica Tradicional eram sobre sua excessiva autoridade e institucionalização, incluindo a dimensão política e a ausência da valorização individual dos fiéis em suas práticas. Foram exatamente sob esses aspectos que a ética protestante foi edificada e consolidou os valores da predestinação, do espírito crítico, da liberdade individual e da livre iniciativa. Esses princípios foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de uma burguesia protestante que também alçou poder político.



Galileu Galilei (1564-1642) – cientista, astrônomo e filósofo. Trouxe contribuições significativas para a astronomia, física e matemática.

A Revolução Científica Moderna, em seu ponto de partida, pode ser localizada em torno da defesa matemática de Nicolau Copérnico (1543) de seu Sistema Heliocêntrico, no qual o Sol é o centro do universo e os demais astros circulam em torno de sua órbita, inclusive a Terra.

Esse acontecimento por si mesmo é um marco das rupturas “mais marcantes no início da modernidade, uma vez que ia contra uma teoria estabelecida há praticamente vinte séculos, constitutiva da própria maneira pela qual o homem antigo e medieval via a si mesmo e ao mundo ao qual pertencia” (MARCONDES, 2008, p. 168). Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Galileu Galilei como ápice do processo

de distanciamento do pensamento místico e sagrado da Idade Média para transformações das concepções de ciência, de mundo e de homem que se consolidariam no Iluminismo do século XVIII.

O humanismo artístico e cultural



Figura 8 - O nascimento de Vênus (1486), Sandro Botticelli

Como vimos, o Renascimento foi inicialmente localizado no campo da Arte. Assim, o Humanismo é inaugurado como um movimento artístico e cultural. A Florença Renascentista era uma metrópole movimentada, de comércio abundante e rico, com muitos artesãos e banqueiros, e uma República de governantes cultos e pragmáticos. Esse cenário promoveu intenso investimento nas artes, além de esforços políticos para construir uma nova estrutura de cidade e de identidade que viriam a caracterizar o homem da Renascença (MARCONDES, 2008).

A Arquitetura foi a primeira expressão artística do Humanismo. Na reconstrução física da cidade, após a Guerra dos Cem Anos, as catedrais góticas e os monumentos sagrados passaram a conviver com edifícios, capelas e prédios públicos inspirados nas linhas geométricas harmoniosas e simétricas da arquitetura clássica grega. Essas características também estiveram presentes nas pinturas e esculturas que exibiam imagens de um corpo humano belo e vigoroso, representações do ideal de dignidade humana.

Na pintura, uma revolução de novas técnicas trouxe cores, dimensões, perspectivas, profundidades e nuances nunca realizadas na arte até então. Ainda que a referência religiosa não tenha sido totalmente abandonada neste momento, as produções artísticas retratavam cenas cotidianas, pessoas comuns e os ricos comerciantes da burguesia em formação, que,

inclusive, eram patronos dos artistas. "A Mona Lisa", de Leonardo da Vinci, é um exemplo de uma cidadã comum retratada nas artes.

A genialidade e a diversidade de conhecimentos de Leonardo da Vinci (1452-1519) fizeram dele o maior expoente da arte e dos valores do Humanismo Renascentista. Ele foi inventor de máquinas e instrumentos, estudou e foi ilustrador de anatomia, pintor de técnicas sofisticadas e deixou sua marca nas obras mundialmente conhecidas "A Última Ceia" e "Mona Lisa". Sua criatividade, inquietude, seu espírito de homem empreendedor e de liberdade são a própria representação dos ideais do Humanismo.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Para conhecer a vida e obra de Leonardo da Vinci e compreender seu significado para o movimento Humanista Renascentista, assista ao envolvente vídeo documentário Leonardo da Vinci - o homem que inventou o futuro em: https://www.youtube.com/watch?v=3iGPclkn_8&t=27s

Você pode também ouvir na plataforma Spotify, em Podcast

O Humanismo também se fez repercutir na Política, que buscou na moderação e no equilíbrio dos estoicos e epicuristas os valores da nova moral de governança. Marcondes (2008) indica que os escritos e manuais que orientavam as monarquias europeias sobre o exercício do poder propunham a independência política em relação à religião, liberdade de pensamento, racionalidade, redução das hierarquias, valorização das virtudes espontâneas e individuais e tolerância religiosa.

O pensador político mais influente e prestigiado foi Nicolau Maquiavel (1469-1527), que escreveu um clássico da teoria política: "O Príncipe". Essa obra, que analisou historicamente diferentes governos que confiscaram ou perderam o poder, tem como tese a divisão entre política e moral para o exercício eficaz do poder por meio do desenvolvimento de virtudes como coragem, habilidade e persistência.

A filosofia humanista: continuidade e rupturas

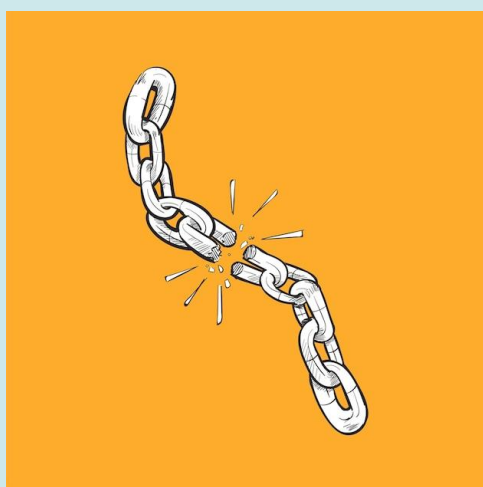
É mais no contexto contemporâneo que a historiografia filosófica atribui valor específico ao pensamento filosófico do Renascimento e, portanto, à existência de uma Filosofia Humanista. Entre as características gerais de sua identidade, podemos advertir que a Filosofia Humanista é marcada simultaneamente por certa continuidade do pensamento Medieval e por rupturas

fundamentais que seriam as bases para a Filosofia Moderna, entretanto, sem confundir-se com esta (MARCONDES, 2008).

Outra característica geral da Filosofia Humanista Renascentista também foi a busca e valorização dos clássicos, com várias obras de Platão e Aristóteles sendo relidas, reinterpretadas e publicadas em latim, acompanhadas do aumento do fluxo de especialistas gregos para o Ocidente. A Filosofia Helenística também foi retomada, por meio das escolas epicuristas e estoicas.

Procurava-se reviver no pensamento filosófico uma cultura Greco-romana idealizada. Houve a criação da Academia Florentina ao modelo da Academia Platônica. Como ponto de partida, Marcondes (2008) destaca a recuperação do filósofo sofista Protágoras em sua afirmação de que "o homem é a medida de todas as coisas". Essa célebre afirmação remete ao ponto de ruptura da Filosofia Humanista em relação à Filosofia Medieval.

O sincretismo e o ecletismo podem ser apontados como uma terceira característica geral da Filosofia Humanista. Segundo Marcondes (2008), vertentes filosóficas distintas poderiam ser colocadas lado a lado, como Protágoras e Platão.



Barros (2021) aborda a história do Humanismo Filosófico como um campo de complexidades que envolvem tanto permanências quanto rupturas.

Em termos de continuidade, alguns historiadores advogam um Humanismo de fins da Idade Média que, a partir da dinâmica social da época, teria mais características de adaptação, abertura e prenúncio do que propriamente descontinuidade em relação à Escolástica. Naquele momento, há uma relativização da ruptura, indicando que, desde

o século XIII, existiriam elementos contextuais e uma diluição paulatina dos valores escolásticos, em que uma nova intelectualidade, que logo se tornaria humanista, já se anunciava. Enquanto ruptura, esta filosofia ligada ao Renascimento já se apresentava como descontinuidade contrastante com a Filosofia Cristã Medieval. Nesse sentido, constituiu uma alternativa intelectual que ampliou a argumentação tradicional, interligou campos de conhecimento e adotou estilo mais literário que científico-metodológico.

Em sua materialização, a Filosofia Humanista toma como princípio central o tema da "dignitas hominis" (dignidade do homem), que adquire novo sentido, opondo-se ao tema medieval da

"miseria hominis" (a miséria do homem), o ser caído, descendente de Adão, marcado pelo pecado original (MARCONDES, 2008, p. 155).

A Antropologia Filosófica, no contexto do Humanismo, encontra as possibilidades de seu desenvolvimento específico. É designada por Vaz (1998) como uma antropologia de ruptura e transição: "ruptura com a imagem cristão-medieval do homem e transição para a imagem racionalista que dominará os séculos XVII e XVIII" (p. 81). A complexidade acerca das concepções de homem que passaram a ocupar a Filosofia do século XV resulta tanto de uma intrincada natureza da própria filosofia quanto do contexto sócio-histórico que, ao se desenhar, colaborou para a significativa mudança.

O termo humanismo, em princípio, possui uma característica que indica simultaneamente um novo olhar sobre o homem e a retomada da literatura clássica latina, considerada a maior expressão dos valores do Humanismo. Foi nesse momento que surgiu o livro impresso, contribuindo para a propagação da literatura e dos valores humanistas.

Vaz (1998) situa que, em antropologia, os escritos eram numerosos e um amplo campo pode ser contemplado a partir do movimento Humanista. O destaque é dado a Nicolau de Cusa pela sua dimensão exemplar em relação ao Humanismo em desenvolvimento.

Seu pensamento representa a dissolução das sínteses metafísicas vigentes até o século XIII e outras, como a Segunda Escolástica, que se estenderam até o século XVI. Nicolau de Cusa aborda a "individualidade humana confrontada dinamicamente com a infinitude cósmico-divina". Ele anuncia, assim, a ideia de indivíduo que alguns veem como a chave do pensamento e da sensibilidade renascentistas (p. 79).

O tema da dignidade humana teria sido o mais característico do Humanismo. Os autores da Renascença celebram a dignidade humana por meio da originalidade em transitar da contemplação e da teoria para a ação. A capacidade de transformar seu mundo é a principal característica do homem. A partir da ideia de dignidade humana, tornam-se possíveis as concepções de consciência humana, características essenciais do homem e sua universalidade. A abstração de um homem universal e a ideia de natureza humana acendem o interesse pela observação empírica acerca do ser humano (VAZ, 1998).

Filósofo	Origem	Principais argumentos e contribuições
Nicolau de Cusa (1401-1464)	Holanda	Valorizou a liberdade humana, defendeu o homem como centro da Criação e atribuiu-lhe uma dignidade natural, inerente à sua própria natureza enquanto ser humano. O homem é visto como um microcosmo que reproduz em si a harmonia do cosmo.
Lorenzo Vala (1407-1457)	Itália	Especialista em retórica e oratória, discutiu e interpretou textos clássicos, e defendeu uma moral inspirada no epicurismo.
Pico della Mirandola (1463-1494)	Itália	No "Discurso sobre a dignidade do homem" (1486), afirmou: "O homem não é um Deus em sentido absoluto; no entanto, enquanto ser humano, ele é um Deus humano". Distanciou-se da ideia predefinida do Homem e abordou o ser humano como autor do seu próprio destino, cuja marca distintiva é o exercício da liberdade.
Erasmus de Roterdã (1469-1536)	Holanda	Enquanto representante de uma Filosofia Política, em "Elogio da Loucura", questionou o racionalismo hermético da escolástica e defendeu uma sabedoria intuitiva e natural.
Michel de Montaigne (1533-1595)	França	Inaugurou o ensaio como gênero literário e propôs reflexões sobre a individualidade como característica humanista. Apresentou seus pensamentos como fruto de uma experiência pessoal, sem qualquer pretensão sistemática ou teórica.



PARA REFLETIR

Os valores Humanistas apresentam uma concepção de homem idealizada, na qual a autonomia, a liberdade e a independência são suas características quase que naturalizadas ou instintuais.

Mas seria possível pensar em uma humanidade desatrelada às questões sociais e históricas?

A CRÍTICA À HERANÇA HUMANISTA

Vimos que os séculos XV e XVI possibilitaram uma grande transformação acerca da concepção de homem em comparação com os séculos precedentes, moldando e preparando o imaginário da cultura ocidental. A Filosofia Humanista do Renascimento desdobrou-se, na Idade Moderna, em campos variados, tais como: Filosofia Humanista Marxista, Filosofia Humanista Positivista, Filosofia Humanista Pragmática, Filosofia Humanista Evolutiva e

Filosofia Humanista Existencialista. Conforme Ribeiro (2022), toda essa herança filosófica humanista possui, ao menos, um ponto de crítica em comum à Filosofia Humanista da Renascença: uma concepção de homem idealizada, abstrata e naturalizada.



Figura 9 - Fonte: <https://manuel3865.wixsite.com/psicologia/teora-humanista>

Na atualidade, Ribeiro (2022) considera ser necessário reposicionar esses valores originais do Humanismo, indagando-os e propondo um Humanismo renovado. A partir das transformações da sociedade contemporânea, a Antropologia Filosófica tem angariado, por meio de alguns autores, tanto críticas quanto proposições indispensáveis para a renovação do Humanismo. O destaque é atribuído a quatro autores e seus respectivos trabalhos, que contribuem para pensar novos diálogos e possibilidades para o Humanismo na atualidade:

Charles Taylor (As Fontes do Self: A Construção da Identidade Moderna, 1997): critica a ideia naturalizada de humanidade. Destaca que, mesmo sendo seres de interioridade, liberdade e individualidade, vivemos como agentes morais e de identidades ligadas aos valores morais.

Paul Ricoeur (O Si-mesmo como Outro, 2014): ressalta que a existência é vivida em um mundo histórico, político, ético e moral. Enfatiza a questão da alteridade; assim, o homem é influenciado pela história, cultura e relações. Esse mundo de relações também expõe o homem às fragilidades.

Henrique Claudio Vaz (Antropologia Filosófica, 1991): vê o humano como um ser tanto de estruturas quanto de relações. As estruturas do ser humano são compostas por um esquema que envolve estruturas, relações e realizações. Alasdair MacIntyre (Animais Racionais Dependentes: Por que os seres humanos precisam das virtudes?, 1999): critica a figura humana idealizada representada pelo adulto racional, autônomo, livre e independente. Resgata a ideia do humano como também um ser de dependência, vulnerabilidade, sofrimento, mas com capacidade de florescimento e desenvolvimento.

A partir da síntese dessas contribuições e do que elas propõem à reflexão atualizada sobre a investigação "o que é o homem?", um Humanismo renovado deve, segundo Ribeiro (2022):

- Considerar a diversidade humana em todos os seus aspectos;
- Promover, por meio da educação, o desenvolvimento de capacidades e habilidades voltadas para uma visão de humanidade diversa;
- Fomentar sociedades acolhedoras e responsáveis pela diversidade, que trabalhem pelo florescimento do bem comum, isto é, pela humanização do humano;
- Propor um discurso Humanista que enfrenta as desigualdades sociais, opressões e injustiças;
- Contemplar, em um discurso Humanista, a discussão sobre a tecnociência, a internet, a virtualidade e as relações daí decorrentes, visto que impactam na vida humana;
- Abordar, também em um discurso Humanista, a urgente e emergente justiça ambiental.

Enfim, busca-se um Humanismo atualizado e revigorado que esteja atento à existência humana, mas também ao sentido que as formas de existir revelam e desvelam ao longo da história.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Neste vídeo, O Lado Sombrio do Iluminismo e a Desumanização dos Povos, um humanismo radical é discutido pelo pesquisador e escritor Renato Nogueira, a partir das contribuições do filósofo Frantz Fanon.

<https://www.youtube.com/watch?v=IARUQI32slc>

Filosofia existencial e a concepção de homem

Para descrever a Filosofia Existencial, passaremos pelo período caracterizado pela Filosofia Moderna, marcado entre os séculos XVII e XVIII pelo Racionalismo Clássico, e nos situaremos na Filosofia Contemporânea.

A Filosofia Contemporânea consiste no pensamento filosófico a partir de meados do século XIX até os dias atuais. Chauí (2000) alerta que, ainda que a proximidade temporal imponha alguns desafios à compreensão, é possível distinguir algumas questões que caracterizam o arcabouço filosófico de nossos tempos. Temas como a historicidade do homem, as críticas à ideia de progresso, ao otimismo racionalista e científico-tecnológico, às utopias

revolucionárias e o interesse pela multiplicidade e diferença caracterizam, de forma genérica, essa Filosofia em curso.

EXISTÊNCIA, EXISTENCIALISMO E FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA

Você já teve uma crise existencial ou conhece alguém que teve?

Quais seriam as características de uma crise existencial?



Talvez conhecer alguns autores que trataram das questões da existência a partir de meados do século XIX possa ajudar você a pensar e refletir sobre o tema por meio de uma atitude filosófica.

"Existência" deriva do latim *existentia* e refere-se a algo que “está fora”, “está aí”, equivalendo à realidade e indicando qualquer coisa ou situação.

Considerando a Filosofia Clássica, pode-se afirmar que apenas em Aristóteles, com a ideia de substância das coisas — nas quais matéria e forma, potência e ato tiveram papel fundamental —, foram pesquisados os requisitos da existência de algo. Assim, verifica-se, segundo Mora (1996), os parâmetros iniciais que trazem a relação entre a existência e a essência. Alguns representantes da Filosofia Medieval Cristã, como São Tomás de Aquino, destacaram a existência enquanto sua atualidade, ou seja, é a presença atual da coisa na ordem física, na ordem real, em sua finalidade e inteligibilidade que a define.

Entretanto, a inclinação a inventariar o que seria a existência humana, para além de sua descrição no campo das ciências positivistas, é radicalizada no pensamento filosófico contemporâneo. Nesse contexto, o termo "existência" é delimitado e pode ser utilizado em dois sentidos, segundo Mora (1996):

- a) Um conjunto de filósofos e modos de fazer filosofia que têm como tema central a existência humana ou a realidade humana, significando uma existência peculiar que difere de todas as demais. Desse modo, “natureza humana não tem, de modo algum, a natureza de nenhuma coisa, tanto coisa física quanto a coisa mental” (p.260).

- b) Filosofia da existência como referência a alguns filósofos que, pelo menos em parte de suas obras, dedicaram-se à teorização sobre a existência humana, tais como Karl Jaspers, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Ortega e Gasset e Gabriel Marcel.

O existencialismo é designado, segundo Reynolds (2014), como um movimento filosófico e literário desenvolvido especialmente na França do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, intensificaram-se as preocupações em torno de temas como responsabilidade, liberdade e morte.



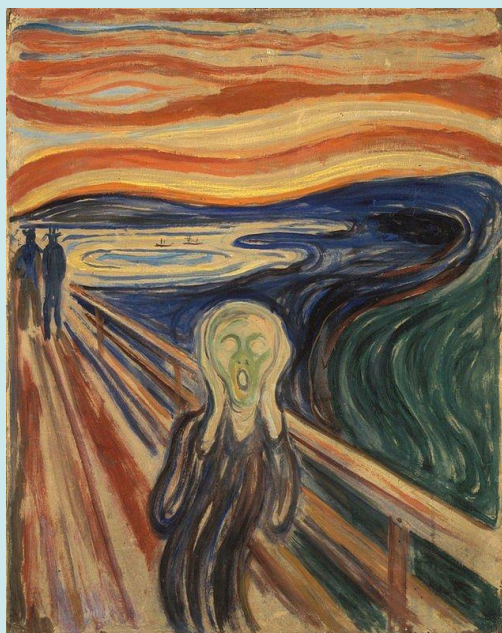
O termo "existencialismo" não fez parte do vocabulário dos filósofos considerados existencialistas, pois não consta em nenhum dos textos de referência dessa tradição filosófica. Portanto, não é possível afirmar que o existencialismo seja um movimento filosófico único e de identidade bem delimitada.

Percussores da filosofia existencial

Para contextualização e compreensão dos principais conceitos da Filosofia Existencial, abordaremos algumas influências do pensamento de Soren Kierkegaard e da fenomenologia de Edmund Husserl que precederam esta filosofia (REYNOLDS, 2014).

O filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard (1813-1855) é considerado o antecessor do existencialismo. Embora fosse um filósofo cristão, Kierkegaard criticou a racionalidade iluminista e o filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831). Esta última crítica baseou-se na ideia de que a ênfase excessiva na dialética hegeliana obscurecia o significado da existência individual. Ele também rejeitou o cristianismo doutrinário e ortodoxo, que estabelecia verdades e significados pré-concebidos para as pessoas, e salientou a incompatibilidade entre fé e razão.

O conceito de existência é central na obra de Kierkegaard e propõe que a existência humana não é determinada, mas construída por meio de empenho, risco, decisão, fé e responsabilidade.



Obra: O Grito do artista norueguês Edvard Much, pintada em 1893.

Figura 10 - Fonte: <https://www.culturagenial.com/quadro-o-grito-de-edvard-munch/>

Kierkegaard foi um dos primeiros a escrever sobre a importância filosófica da experiência humana, como o desespero. Uma experiência que, quando refletida, dilui as certezas e, invariavelmente, nas situações de escolhas individuais e nos atos de autodeterminação, encontra o temor. Essa ideia seria precursora da angústia em Martin Heidegger. O desespero é uma questão que atravessa a obra de Kierkegaard. Ele faz parte da ambiguidade que constitui a síntese de querer livrar-se de si mesmo e querer ser si mesmo. O desespero pode manifestar-se de formas variadas, tanto como raiva, furor e cólera, quanto como segurança e tranquilidade. Portanto, a ninguém caberia afirmar nada acerca da síntese entre desejar ser o que se é e querer livrar-se de si. A saída para o desespero não passa pelo conhecimento, objetividade, mediação, sistema

e prática ética. Esse diagnóstico filosófico entende que o desespero pode não ser necessário a todos, mas indica que é certo que ninguém está completamente livre do desespero (ROOS, 2022).

Kierkegaard aborda a questão de uma vida autêntica e uma vida inautêntica. Uma vida autêntica não se aproxima de uma moralidade universal, pronta e instituída, na qual, para evitar o desespero advindo de uma escolha, a maioria se alia. A vida autêntica e sua moralidade residiriam nas atitudes da pessoa que age e não em uma moral utilitarista que serve a toda uma sociedade. O indivíduo seria o fundamento da moralidade.

Assim, há um protesto contra qualquer provisão de atributos externos e objetivos, como partido, riqueza ou estado, para as decisões pessoais. Ninguém que se denomine existencialista será um “cavaleiro da boa consciência”, pregando verdades morais prescritivas a todos (REYNOLDS, 2014, p. 24).

A existência foi compreendida em Kierkegaard como abertura e processo, em que não há parâmetros objetivos para a realização de tornar-se si mesmo. O conhecimento é importante, mas não pode ser o fundamento das decisões existenciais (ROOS, 2022).

A Fenomenologia de Edmund Husserl também marca os antecedentes da Filosofia Existencial. Edmund Husserl nasceu em 1859, na atual República Tcheca. Concentrou seus estudos na matemática e, só posteriormente, nos anos de 1880, por sua aproximação com o psicólogo e filósofo Franz Brentano, desenvolveu sua carreira filosófica.

Um interesse singular na trajetória de Husserl está em contrapor a ideia de que as ciências naturais poderiam fornecer uma descrição completa e exaustiva da realidade. Esta crítica husserliana, como um antinaturalismo, é mais bem situada por Cerbone (2014), indicando que a divergência ao naturalismo "equivale à afirmação de que existem verdades e princípios que as ciências naturais pressupõem, mas que elas próprias não podem explicar. Nem toda verdade é uma verdade científica natural" (p. 29). O termo Fenomenologia adquire particularidade no pensamento de Husserl e, nesta disciplina, o abordaremos especialmente como um método e seus princípios gerais. No dicionário de Mora (1996), fenomenologia é indicada como "um 'método' de ver e uma 'maneira de ver'". (p. 291). Essa maneira de ver busca apreender o objeto como puras significações quando esse objeto se apresenta.

Para empreender essa depuração do objeto, deve-se suspender o mundo natural, colocando entre parênteses todas as crenças e proposições relativas ao objeto e aos dados da realidade. Isso quer dizer que o método procede a uma abstenção de juízos. Essa atitude consiste em reconsiderar todos os conteúdos da consciência, da cognição, não interessando avaliar se são reais ou não, se são ideais ou imaginários. "Portanto, a fenomenologia nada pressupõe: nem o mundo natural, nem o senso comum, nem as proposições da ciência, nem as experiências psíquicas. Coloca-se antes de toda crença e de todo julgamento para explorar simplesmente o dado" (MORA, 1996, p. 292).

A descrição acima reflete a Fenomenologia como um método de redução eidética, no qual busca-se as "unidades ideias significativas", ou "unidades de sentido" ou ainda "objetos sentidos". Husserl concebeu o método de redução eidética como uma ciência das essências e, portanto, como fundamento para todas as demais ciências.



PARA SABER

Eidética (al. eidetisch, do gr. eidetikós: que concerne ao conhecimento).

1. Termo de utilização recente, notadamente na fenomenologia de Husserl, para caracterizar aquilo que se refere às essências, em oposição ao suporte fático que depende de outras ciências. A fenomenologia não deve preocupar-se mais com a existência dos "vivos de consciência" do que a geometria com a existência das figuras traçadas no quadro. "A geometria e a fenomenologia, enquanto ciências de

essência, não comportam nenhuma contestação referente à existência mundana" (Husserl). Assim, por oposição às coisas mesmas, a eidética é a "ciência" das formas das coisas no espírito.

2. Ciências eidéticas são aquelas que tomam por objeto as relações entre as essências ideais, como a lógica e a geometria. É a intuição eidética que nos permite apreender as essências. A redução eidética consiste em passar do fenômeno empírico ou existencial à sua essência.

JAPIASSÚ Hilton, MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Mora (1996) nos lembra que é pertinente mencionar que, em uma perspectiva mais geral, a Fenomenologia pode também ser entendida como um movimento no qual muitos autores, de Heidegger e Paul Ricoeur, contribuíram para reelaborar, modificar e alguns casos superar a fenomenologia husserliana.

Antes de procedermos à exposição de alguns elementos do pensamento de Martin Heidegger e Jean Paul Sartre, em linhas gerais, indicamos os princípios que compõem os temas e argumentos presentes na Filosofia Existencial:

1. A existência precede a essência;
2. Rejeição de qualquer determinação externa de moralidade, valor e crença;
3. Ênfase na experiência vivida;
4. Temas existenciais fundamentais: liberdade, finitude, autenticidade e responsabilidade, disposições (angústia, náusea, tédio);
5. Toda percepção é uma interpretação, um objeto nunca é puro em si.



A analítica existencial de Martin Heidegger (1889 – 1976)



Para Martin Heidegger, o problema filosófico mais fundamental seria a questão do ser. Tema que, segundo ele, foi ignorado por toda uma tradição filosófica que apenas postulou a presença das coisas como realidade última, preocupada que estava em responder "o que é". Ao contrário, conforme indica Reynolds (2014), esse filósofo, em sua ontologia fundamental, esteve interessado no ser.

Assim, a problematização e o significado do ser seriam os questionamentos filosóficos mais urgentes e encontram justificativa à medida que se verifica uma tensão entre a compreensão vivida do ser e a explicação da filosofia tradicional sobre o significado do ser.

Para substituir a antissubjetividade da essência, em que a essência precederia a existência, na obra "Ser e Tempo" (1927), o filósofo emprega o termo "Dasein", traduzido como "ser aí". A ideia de Dasein é o que mais representa o pensamento existencial de Heidegger, pois é por meio dele que seria possível ter acesso à análise do ser.



PARA SABER

Dasein (al.: existência, ser-aí): Termo heideggeriano que significa realidade humana, ente humano, ao qual somente o ser pode abrir-se. Por ser ambíguo e correr o risco de abrir uma brecha para o humanismo, Heidegger prefere utilizar a expressão "serie". Na linguagem corrente, Dasein refere-se à existência humana. Contudo, Heidegger procura pensar o que separa o homem dos outros entes. Enquanto os entes são fechados em seu universo circundante, o homem está, graças à linguagem, no lugar onde surge o ser. Assim, o Dasein é o ser do existente humano enquanto existência singular e concreta: "A essência do serie (Dasein) reside em sua existência (Existenz), isto é, no fato de ultrapassar, de transcender, de ser originariamente ser-no-mundo".

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Dasein, como termo específico que distingue o ser, é utilizado para assinalar a distinção entre o humano e o não humano. Seu significado particular indica o ser que está envolvido com seu próprio ser, colocando sua própria existência em questão. O dasein seria um termo de

abertura, do lançar-se às possibilidades. Trata-se de uma existência que está fora da imersão do mundo e não tem essência nem natureza predeterminada.

Para Heidegger, segundo análise de Reynolds (2014), o dasein tem a característica peculiar de também possuir a propriedade do não-ser. Heidegger argumenta que a metafísica, na tradição filosófica ocidental, buscou estabelecer a realidade para além das aparências, assumindo uma metafísica da presença. Como consequência, ignorou a possibilidade de ausência do ser, ou seja, o não-ser.

O dasein tem ainda a propriedade de denotar uma especificidade e individualidade, porém sem um sentido duradouro ou permanente. A estrutura do dasein alude à ideia do ser-no-mundo, pois todo ser estaria no mundo e seria inseparável dele. “Ser-no-mundo”, na análise de Heidegger, relaciona-se com o habitar o mundo, distinguindo-se de uma mera localização. Implica em manusear as coisas e envolver-se na prática da experiência vivida e concreta, distanciando-se de uma cognição meramente teórica.

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO DASEIN, CONFORME REYNODS (2014)

- a) Disposição (ou estado de ânimo): são fundamentos do dasein e referem-se às paixões e desejos, que também são condições necessárias para a razão e o conhecimento. Incluem disposições opressivas da existência, como ansiedade, culpa, tédio e medo. Em geral, estão atreladas ao passado.
- b) Compreensão: refere-se ao dasein voltado para o futuro e abrange uma liberdade possível. Trata do reconhecimento e projeção de possibilidades e potencialidades. A compreensão da busca por possibilidades é sempre incerta sobre o caminho e o destino almejado.
- c) Discurso e decadência: refletem a necessidade de não realizar uma análise negativa da vida inautêntica, já que essa dimensão também faz parte do ser. Decadência é a tendência de individualidade e singularidade se perderem ou serem reabsorvidas no anonimato da vida ordinária, bem como o modo pelo qual o dasein inevitavelmente foge de sua finitude e encobre o ser-lançado.

A LIBERDADE E A EXISTÊNCIA DO OUTRO EM JEAN PAUL SATRE

Jean-Paul Sartre (1905-1980) foi um filósofo e professor que marcou intensamente o século XX. Também foi ensaísta e dramaturgo, escrevendo peças para o teatro, dentre as quais a mais conhecida é "Entre Quatro Paredes" (1943), que trouxe a célebre frase "o inferno são os outros". Teve uma extensa produção filosófica e foi um intelectual engajado em causas sociais e políticas. Foi indicado ao Nobel de Literatura em 1964, porém o recusou. Em 1980, mais de 100 mil pessoas acompanharam seu cortejo pelas ruas de Paris. Segundo Reynolds (2014), isso evidencia a magnitude que o existencialismo assumiu após a Segunda Guerra Mundial na Europa, tanto na sociedade acadêmica quanto para o público em geral.

Os pesquisadores e comentadores do existencialismo e da Filosofia da Existência veem em Sartre um cânone, seja por ele ter-se autoproclamado um existencialista, seja pelo vigor com o qual defendeu que a existência humana precede a qualquer essência.

Os humanos não têm essência, aspecto característico dos animais e objetos. Nos humanos, como a existência não está pré-determinada, é pela vida em curso que a essência se constitui (REYNOLDS, 2014). Como não há uma essência da existência humana, seu único fundamento seria a liberdade de compor-se no transcorrer da vida. O único destino humano, para Sartre, é a "condenação de ser livre". Ainda que haja o que Sartre denomina de "faticidade", referindo-se ao conjunto de circunstâncias físicas e sociais nas quais se está

inserido, a liberdade permanece, pois esses aspectos são o contexto para o exercício da liberdade.



A radicalidade da liberdade humana implica uma responsabilidade absoluta. Reynolds (2014), ao comentar "O Ser e o Nada", sintetiza que esse reconhecimento mútuo entre liberdade e responsabilidade pode gerar a experiência de angústia. Assim como

Kierkegaard e Heidegger, Sartre diferencia a angústia do medo. O medo relaciona-se à identificação de um perigo externo, enquanto a angústia surge da necessidade de responder às situações, porque trata-se de uma compreensão reflexiva da liberdade humana.

A PROVA FENOMENOLÓGICA DO OUTRO

Uma dimensão do pensamento sartreano sobre a existência aponta que não podemos conhecer ou acessar o outro diretamente. Isso se dá porque estamos sempre em relação ao outro, pautados pelos projetos e finalidades que temos em relação a esse outro. Como então reconhecer a existência do outro? A fenomenologia, por si só, não soube responder. Esse é um dos questionamentos que Sartre faz em "O Ser e o Nada" (REYNOLDS, 2014).

Reynolds (2014) extrai da obra sartreana citada uma síntese que nos ajuda a entender essa problemática. Sartre propõe que a questão requer uma prova fenomenológica do outro, examinando os três principais modos pelos quais percebemos a existência do outro.

Os três tipos de relações com o outro são:

1. O outro pode ser um objeto do qual se apropria e usa-se como instrumento para um propósito específico. Nesse tipo de relação, não se percebe a existência concreta do outro, pois ele é tratado como objeto. Exemplo: entrar em uma loja e perguntar o preço de um produto.
2. O outro pode influenciar a forma como percebemos objetos e situações, alterando nossa própria perspectiva. Nesse contexto, a presença do outro muda o ambiente e reorienta a percepção inicial que se tem de si mesmo, do espaço e do outro. Exemplo: estar sozinho em um parque ou sala e perceber a chegada de alguém.
3. Esse modo de relação primária ou original refere-se ao olhar do outro, um olhar que pode julgar. Aqui, mesmo que permeada por uma experiência alienante, experimenta-se a objetividade do ser, no sentido de ser-para-o-outro.

O princípio norteador dos pontos a e b da prova fenomenológica do outro argumenta que, se a experiência de existir é afetada pela presença do outro, é porque o outro existe. Assim, poder-se-ia afirmar a existência do outro pela influência deste na nossa experiência de existir.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Assista, nesse vídeo, imagens do Funeral de Sartre em Paris, 1980.

<https://www.youtube.com/watch?v=Fe91KVvGG2I>

Ainda que a ênfase ao subjetivismo ou individualismo esteja presente no existencialismo, este não pode ser atrelado à ideia liberal e capitalista de livre escolha. Isso porque a liberdade, no existencialismo, é uma liberdade radical que faz exigências também radicais no âmbito da responsabilidade. O existencialismo pode ser um recurso filosófico, uma forma de interpretar e questionar as muitas "ofertas" em campos variados que nos são disponíveis e que

demandam posicionamentos de liberdade e responsabilidade. Em outubro de 1945, Jean-Paul Sartre proferiu uma conferência nomeada por ele como "O Existencialismo é um Humanismo". Em linguagem coloquial e mais acessível, a fala tem a intenção de responder às críticas e esforça-se por apresentar a coerência de sua filosofia.

A seguir, são apresentados alguns fragmentos da conferência para que se conheça de forma mais sintética, ainda que em panorama, o pensamento do filósofo expresso por ele mesmo.

“ (...) Que significa, aqui, que a existência precede a essência? Significa que o homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo, e se define em seguida. Se o homem na concepção do existencialismo não é definível, é porque ele é, inicialmente, nada. Ele apenas será alguma coisa posteriormente, e será aquilo que ele se tornar. ”

“ (...) Mas se realmente a essência aprehe a existência o homem é responsável pelo que é. assim, a primeira decorrência do existencialismo é colocar todo homem em posse daquilo que ele é, e fazer repousar sobre ele a responsabilidade por sua existência.”

“ (...) O existencialista costuma declarar que o homem é angústia, isso significa o seguinte: o homem que se engaja e dá conta de que ela não é apenas o que escolhe e ser, mas também é um legislador que escolhe o mesmo tempo o que será a humanidade inteira, não poderia furtar-se do sentimento de sua total e profunda responsabilidade. ”

“ (...) É essa espécie de angústia, que é a que descreve o existencialismo, veremos que ela se explica, além disso, por sua responsabilidade direta em relação aos outros homens envolvidos pela escolha. ”

“ (...) Dito de outra forma, o sentimento se constrói pelas ações que realizamos, não posso, portanto, consultá-lo para me guiar por ele. Isso quer dizer que não posso nem buscar em mim mesmo o estado autêntico que me impulsionará a ação, me procurar em uma moral os conceitos que me permitirão agir. ”

“ (...) o quietismo é a atitude daqueles que dizem: “os outros podem fazer aquilo que eu não posso”. A doutrina que lhes apresento é exatamente o contrário do quietismo, pois ela afirma: “só existe realidade na ação, e ela vai mais longe acrescentando: “o homem não é nada mais que seu projeto, ele não existe se não na medida que se realiza e, portanto, não é outra coisa senão o conjunto de seus atos, nada mais além de sua vida. ”

“ (...) está é a única teoria a atribuir uma dignidade ao homem, e a única que não o considera um objeto. ”

“(...) Além disso, embora seja impossível encontrar em cada homem uma essência universal que seria a natureza humana, existe, no entanto, uma universalidade humana de condição.”

“(...) temos que encarar as coisas como elas são. E, além disso, dizer que nós determinamos os valores não significa outra coisa senão que a vida não tem sentido, *a priori*. Antes de começarmos a viver, a vida, em si, não é nada, mas nos cabe dar-lhe sentido, e o valor da vida não é outra coisa senão o sentido que escolhemos.”

“(...) o existencialista nunca tomará o homem como um fim, pois ele sempre está por fazer-se. E não devemos em uma humanidade a ser cultuada, à maneira de Augusto Comte. O culto à humanidade culmina no humanismo fechado sobre si mesmo de Comte e, devemos dizer no fascismo. Trata-se de um humanismo que não desejamos. Existe, no entanto, um outro sentido para o humanismo, que significa, no fundo o seguinte: o homem está constantemente fora de si mesmo, é projetando-se e perdendo-se fora de si que ele faz o homem existir e, por outro lado, é perseguindo fins transcendentais que ele é capaz de existir (...) Essa ligação de transcendência, como constitutiva do homem – não no sentido em que Deus é transcendente, mas no sentido de sua superação – e da subjetividade, no sentido em que o homem não se encontra encerrado nele mesmo, mas sempre presente num universo humano, é o que denominamos de humanismo existencialista ”

O existencialismo é um humanismo, Jean Paul Sartre, 1945.



LEITURA COMPLEMENTAR

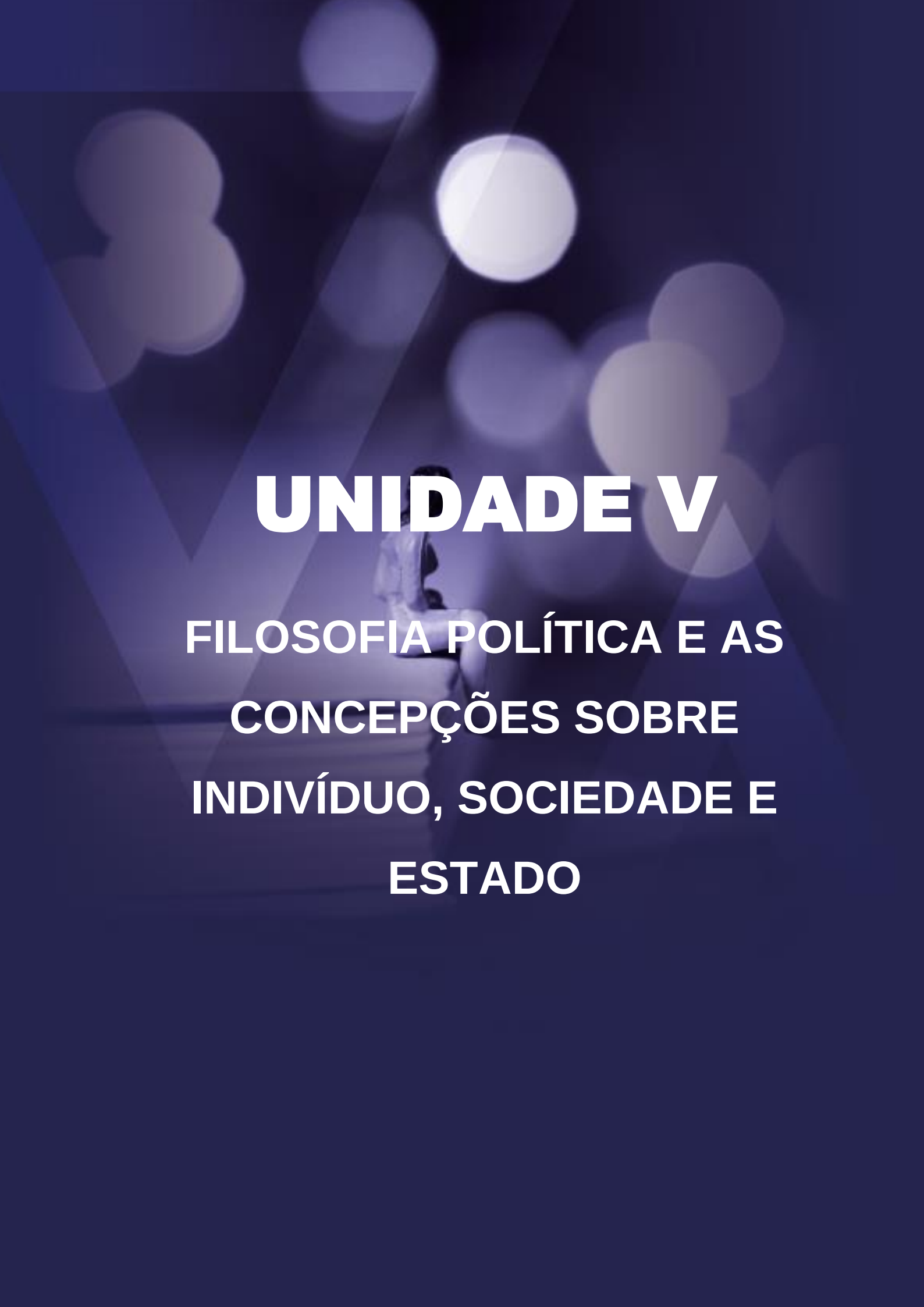
Para finalizar esta unidade de ensino, leia a bibliografia complementar que indicamos e que apresenta a Fenomenologia existencial como caminho para pesquisa qualitativa em psicologia.

<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol09.n03artigo17>



RESUMO DA UNIDADE

Nesta Unidade de Ensino, conhecemos as principais características do Renascimento como período histórico e suas expressões na cultura; compreendemos o desenvolvimento de uma Filosofia Humanista nos séculos XV e XVI e conhecemos os princípios da Filosofia Existencial de Heidegger e Sartre no contexto da Filosofia Contemporânea.

A person is sitting on a bench in a park, looking away from the camera. The background is filled with out-of-focus lights, creating a bokeh effect. The overall color palette is dark blue and purple.

UNIDADE V

**FILOSOFIA POLÍTICA E AS
CONCEPÇÕES SOBRE
INDIVÍDUO, SOCIEDADE E
ESTADO**



OBJETIVOS

Compreender a Filosofia da Ilustração e as concepções que marcaram os séculos XVII e XVIII;

Conhecer a Filosofia Política Moderna como campo de investigação e teoria;

Identificar os principais conceitos que formaram a Filosofia Política Moderna;

Identificar e compreender os principais argumentos da contratualidade em Hobbes, Locke e Rousseau.

O ILUMINISMO, A FILOSOFIA DA ILUSTRAÇÃO E A CONCEPÇÃO DE HOMEM

Para alcançar os objetivos desta unidade de ensino, qual seja, apresentar algumas concepções acerca das relações entre indivíduo e sociedade na Idade Moderna, precisamos contextualizar alguns aspectos filosóficos, culturais, econômicos e políticos da sociedade europeia dos séculos XVII e XVIII.

O racionalismo do século XVII

O começo do século XVII é herdeiro e devedor do Humanismo Renascentista. Porém, a valorização do homem a partir desse momento traz uma nova ideia que transforma a compreensão e autocompreensão do homem, configurando um novo estilo da cultura do ocidente. Algumas transformações ocorridas no século citado redirecionam o foco na racionalidade como centro regulador do homem e da vida em suas amplas dimensões.

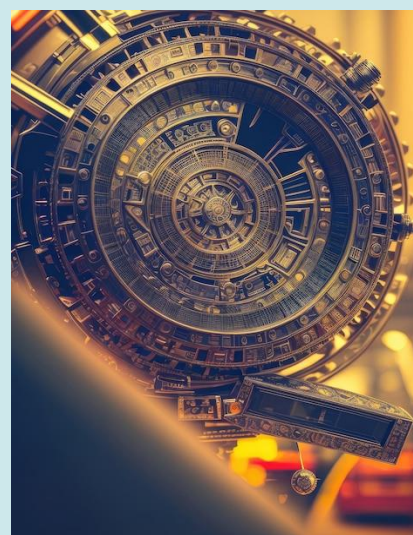
Duas revoluções no campo filosófico e da ciência do século XVII podem ser indicadas como determinantes para a valorização de uma razão específica. A primeira revolução no campo científico é demarcada por Ferrari (2019) pelas descobertas de Galileu Galilei e Kepler, que consolidaram a Revolução Copernicana e romperam com a ideia de que um ordenamento da natureza seria fundamento suficiente para a explicação da política e do conhecimento.

A segunda revolução, no campo filosófico, com René Descartes (1596-1650), é considerada como a maior expressão de uma Antropologia Racionalista, ou seja, uma concepção de homem constituída pela razão, sendo a partir de então o homem cartesiano como sinônimo

de homem. A revolução cartesiana é operada, segundo Vaz (1998), por meio de duas inversões. A primeira delas caracteriza a construção do saber segundo regras próprias, as regras do método científico. A segunda inversão recoloca o problema do saber acerca da relação corpo e alma, na qual são entendidos em interação, mas como sendo de naturezas completas e distintas entre si. Não se trata mais de uma alma contemplativa, mas de uma alma que está disponível para conhecer e dominar o mundo.

Essa inversão cartesiana, somada à influência das doutrinas filosóficas do Mecanicismo, Reduccionismo e Determinismo, trazem a representação do mundo e do homem como máquinas, os quais podem ser analisados, aplicados, explicados e reproduzidos pelo modelo matemático.

Assim, com o século XVII a dignidade do homem residiria na razão, no pensamento e no método, vinculando-se à uma concepção de homem otimista frente a capacidade de conhecer e agir sobre o mundo e sobre a natureza. Essas novas características acerca do humano o tornam também objeto de estudo, repercutindo no desenvolvimento das chamadas ciências do homem, ciências da linguagem e ciências históricas. (VAZ, 1998)



Ideias e concepções do homem ilustrado

A Europa do século XVIII, como nos indica Chauí (2000), viveu um período que a historiografia nomeou de Iluminismo. Seu nome e outros derivados, como Idade das Luzes, são indicadores da oposição e ruptura, que naquele momento estaria consolidada em relação ao mundo feudal, teológico e do conhecimento tradicional.

O Iluminismo configura-se como parte fundamental do pensamento do ocidente, gerando um projeto de iluminar o mundo e desafiando a filosofia, a moral, a política, a ciência, a pedagogia para responder às novas necessidades e demandas da sociedade europeia.

Vaz (1998) enumera algumas ideias fundantes que irão compor a imagem do homem ocidental para si mesmos e para as demais culturas:

- a) O progresso como sinônimo de razão – trata-se de uma concepção de uma razão universal, homogênea e infalível no sentido de uma certeza teórica. A razão torna-se um indicador de interpretação da história humana, ligando progresso e evolução de uma sociedade ao desenvolvimento desse conceito de razão.
- b) A ideia de humanidade desloca-se de sua relação com o divino e dá lugar a uma perspectiva da relação dos homens com os outros homens, “a assunção dos indivíduos na majestosa hipótese da Humanidade (...)” (p. 93). O homem reivindica, dessa forma, sua descrição no sistema da natureza.
- c) Civilização é um termo do século XVIII e significa ao mesmo tempo um fato e um valor, indicando um estágio avançado em termos de pensamento e técnicas da história e da coletividade humana. Faz parte do ideal de progresso e descreve a passagem de um estado de natureza para um estado de cultura.
- d) A tolerância, que já estava presente nas ideias do Humanismo Renascentista, no século XVIII estende-se a grupos discriminados da sociedade civil, tais como mulheres, judeus, negros, indígenas e crianças, e torna-se uma bandeira da ilustração.
- e) Revolução também foi uma expressão significativa do Iluminismo e transpôs o campo da Revolução Científica, passando a significar mudanças e transformações mais amplas na sociedade, configurando também transformações no sentido político.

O Iluminismo proclama a razão como elemento fundamental para a evolução e progresso do homem no sentido de conquistar a liberdade e a felicidade social e política. O progresso estava atrelado à expansão das ciências, especialmente as ciências naturais. A ideia de progresso também estava ligada ao campo das artes, pois as expressões artísticas eram indicadoras do progresso de uma “civilização”. As aspas indicam aqui todo um imaginário do Ocidente como modelo de civilização que precisava chegar aos continentes e povos colonizados.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Para ampliar os conhecimentos sobre o Iluminismo e compreender como as ideias desse momento histórico tiveram um grande impacto na política e filosofia até os dias atuais, assista ao vídeo “O que foi o iluminismo?”.

<https://www.youtube.com/watch?v=08xvk0XIUys>

A filosofia política moderna: concepções sobre as relações indivíduo, sociedade e estado



Essa pergunta redundante nos condiciona a responder lá indicando como simultâneas e intrínsecas a Filosofia e a Política, já que desde Sócrates temas como a vida na cidade (*Polis*), o debate público e a justiça, dentre tantos outros assuntos políticos compuseram a Filosofia Clássica.

Tanto a ética quanto a política, tal como as concebemos hoje, nasceram nas cidades gregas, entre os séculos VI e IV antes da era corrente. Não é por acaso que ainda as designamos com palavras gregas: ética vem do grego *ethos* (algo como “costumes”) e política de *polis* (algo como “cidade”). (...) A eliminação da referência à autoridade exterior entre homens iguais e a necessidade de argumentar com todos os demais deu nascimento a novas formas de pensamento, dentre as quais a mais influente historicamente foi a Filosofia, e, nela, a Ética e a Política, tais como as concebemos desde então” (LOPES; ESTAVÃO, 2021, p. 7).

De tal modo, uma Filosofia Política já existia nos períodos Medieval e Renascentista, mas vinculada às relações com a religião e tinha característica concreta e histórica, conforme a realizada por Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*, no século XVI.

Nesta unidade de ensino a Filosofia Política da qual trataremos é aquela qualificada como Moderna, ou seja, aquele campo da Filosofia que a partir dos séculos XVII concentrou-se em refletir, investigar e teorizar acerca da nova complexidade das relações entre os indivíduos, a sociedade e o Estado. Abordaremos uma Filosofia Política que ocupou-se em racionalizar e

normatizar as questões em torno das relações políticas, discutindo temas como poder, formas de soberania, organização da sociedade, liberdades, direitos e deveres.

Filosofia política moderna e seu contexto

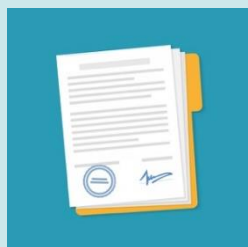
Um conjunto de fatores de ordem social, econômica e política tornou mais complexas as relações nas cidades da Europa Ocidental desde o século XVI (Chauí, 2000; Marcondes, 2008):

1. A Reforma Protestante e sua ética liberal;
2. O desenvolvimento econômico das cidades;
3. O crescimento de uma burguesia comerciante e mercantil;
4. O aumento do número de trabalhadores fora do modelo feudal;
5. A diluição do poder transmitido por linguagens e por sangue;
6. O desenvolvimento do Liberalismo econômico e político.

Esse cenário de transformações trouxe vários questionamentos sobre a liberdade e os direitos individuais, configurando as principais perguntas de filósofos que se dedicaram a responder às questões emergentes, tais como: por que os conflitos existem na sociedade? Como o poder se constitui? Qual o papel do Estado? Por que indivíduos aceitam submeter-se ao poder político e às leis?

Essas são algumas das problemáticas que compõem o pensamento dos três filósofos mais representativos da Filosofia Política Moderna: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Com a finalidade de conhecermos seus principais argumentos, faz-se necessário delinear alguns elementos para o entendimento de suas estruturas teóricas.

Alguns conceitos para compreender a filosofia a filosofia políticas moderna



Antes de abordarmos a política como um campo de conhecimento, ou seja, de teorização, cabe elucidar o termo "política" de maneira mais precisa e localizar qual a dimensão de política será a privilegiada na análise de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Três significados de política, conforme Chauí (2000):

1. Política como governo, que administra o poder público sob a forma do Estado. O governo está ligado a projetos e programas que identificam uma gestão específica, e o Estado, como o conjunto de instituições (Executivo, Legislativo e Judiciário), que possibilitam a ação dos governos.
2. Política como atividade realizada por especialistas, na figura dos partidos políticos e seus representantes. Indica um sentido no qual a sociedade estaria distante da política, já que se trata de assunto de especialistas.
3. Política com significado pejorativo. Este sentido aproxima a política de conduta secreta, de interesses particulares e, por vezes, ilegítimos ou até mesmo ilícitos. A desconfiança é um eixo dessa percepção de política.

Essas três dimensões inter-relacionadas podem gerar paradoxos e contradições na relação dos governos, Estado, sociedade e indivíduos. Por exemplo, ao considerar apenas os significados b e c, os cidadãos comuns exoneram-se de participar e comprometer-se na vida política de sua cidade.

A Filosofia Política Moderna tem como objeto de estudo a política em seu sentido de governo, que administra o poder público sob a forma do Estado.



PARA REFLETIR

Qual dos sentidos de política apresentados mais representa a sua forma de ver e agir na vida em sociedade? Qual o impacto de sua concepção de política para a sua vida? Qual o impacto de sua concepção de política para a coletividade?

Passemos a outros conceitos fundamentais para compreender as relações entre indivíduos e Estado que serão exploradas pela Filosofia Política Moderna.

Estado de Natureza pode ser definido, de forma genérica, como uma hipótese interpretativa sobre como seria a organização da vida social entre os homens antes de organizarem-se em sociedade; uma hipótese sobre a origem das relações. Constitui uma situação pré-social ao surgimento do Estado, indicando uma ideia anterior à constituição de um corpo político (CHAUÍ, 2000; BARROS, 2021).

O Contrato Social é um conceito estruturante para a Filosofia Política Moderna, embora não seja exclusivo à Idade Moderna. Outros tempos históricos e culturas diversas experimentaram formas de contrato social, porém caracterizados por não ter estrutura jurídica. No contexto da Europa dos séculos XVII e XVIII, o contrato social designa o modo de passagem do Estado de Natureza para a formação do Estado Civil da sociedade. Assim, "Contrato Social" nomeia o instrumento jurídico, prescritivo e normativo que dá legitimidade ao poder político,

constituindo-se em ordenador deste poder, nomeado por Ferrari (2019) como uma ferramenta de racionalidade.

O contrato social é constituído por um conjunto de relações, nas quais fazem parte indivíduos, instituições sociais e o Estado. O contrato social é o que possibilitou a formação do Estado Moderno. A visão e a concepção sobre o papel do Estado nesse contexto vão depender da perspectiva teórica de cada filósofo.

O Direito Natural, derivado dos princípios do Direito Romano, passa a constituir, a partir do século XVII, o pensamento político moderno e surge como ideia adjacente ao contrato social, demarca Chauí (2000). Este argumento considera que todos os indivíduos nascem com direitos à vida e à liberdade e, desde que estes sejam livres e iguais, podem voluntariamente transmitir seus direitos naturais a alguma forma de soberania. Na teoria do direito natural e do contrato social, a ideia de comunidade, significando uma coletividade natural ou divina, una e homogênea em crenças, é substituída pela ideia de sociedade, na qual indivíduos isolados e independentes voluntariam-se em um sistema de trocas recíprocas.

A Soberania adquire características ligadas ao modo de organização do poder em cada sociedade ao longo da história, fazendo-se mais ou menos absoluta. No "Dicionário de Política", Bobbio (2010, p. 1180) define soberania, em sentido amplo, como o conceito político-jurídico que indica "o poder de mando de última instância numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo". A Soberania pode ser traduzida, no contexto da Modernidade, como a racionalização para transformar força em poder legítimo.

A partir do legado do Humanismo Renascentista, em conjunto com as transformações sociais, econômicas e políticas nos séculos XVII e XVIII, vimos conformar novas práticas e concepções acerca das relações entre indivíduo-natureza e indivíduo-sociedade. Uma síntese desse movimento na Idade Moderna é dada por Chauí (2000, p. 373):

a partir do século XVIII, Cultura passa a significar os resultados daquela formação ou educação dos seres humanos, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a Filosofia, os ofícios, a religião e o Estado. Torna-se sinônimo de civilização, pois os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação aparecem com maior clareza e nitidez na vida social e política ou na vida civil (a palavra civil vem do latim: cives, cidadão; civitas, a cidade-Estado). (...) No segundo sentido, isto é, naquele formulado a partir do século XVIII, tem início a separação e, posteriormente, a oposição entre Natureza e Cultura. Os pensadores consideram, sobretudo a partir de Kant, que há entre o homem e a Natureza uma diferença essencial: esta opera mecanicamente

de acordo com leis necessárias de causa e efeito, mas aquele é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins. A Natureza é o reino da necessidade causal, do determinismo cego. A humanidade ou Cultura é o reino da finalidade livre, das escolhas racionais, dos valores, da distinção entre bem e mal, verdadeiro e falso, justo e injusto, sagrado e profano, belo e feio.

O contratualismo moderno

Referimos acima que Contrato Social não é reservado à Idade Moderna, porém, a partir daquele momento, vê-se uma perspectiva original no sentido de que sua principal característica é **a contratualidade como racionalidade para análise do poder**.

O Contratualismo moderno contempla toda teoria que explica a origem da sociedade e do poder político a partir de um acordo tácito e explícito de contrato no qual aceita-se fazer parte dessa sociedade e obedecer ao poder em questão.

(BARROS, 2021).

O Contratualismo obteve, com as filosofias de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, o estatuto de uma corrente de pensamento na qual a política apareceu como objeto de conhecimento sistematizado.

Os filósofos contratualistas, ainda que destoem uns dos outros em suas análises, compartilham a necessidade de amparar as relações sociais e políticas por instrumentos formais ou de conferir ao pacto, ao acordo formal, a condição protocolar de existência jurídica do Estado. Diferentemente da teoria política de Maquiavel, que considerava em seus argumentos as dimensões históricas da manutenção do poder, os contratualistas teorizam sobre as relações políticas. Nesse sentido, não descrevem as formas de poder da realidade concreta, como o poder se faz na historicidade, mas normatizam, teoricamente, uma prescrição de como o poder deveria ser.

A imagem de Estado, como um conjunto de relações entre partes e instituições, legitimadas em termos de direitos e deveres, é consequência dos argumentos da corrente contratualista. Limongi (2021, p. 45) comenta:

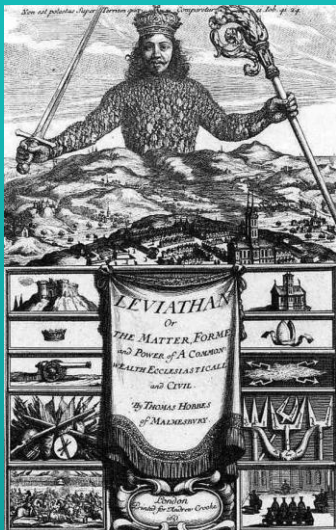
É isso o que está em jogo no moderno conceito de Estado, que substitui as expressões clássicas, como polis ou civitas (cidade), para designar a forma de associação especificamente política. O Estado se define como um conjunto de relações de poder pensadas e legitimadas em termos de direitos e deveres. Os autores contratualistas contribuíram diretamente para a formação desse conceito. (...) O poder político é, assim, senão aquele que efetivamente foi fundado por contrato, o que se pode pensar ter sido.

A ressalva é fundamental. Ela indica que as relações políticas não estão sendo pensadas pelos contratualistas nos termos das relações efetivas de poder que os homens têm uns com os outros, mas nos termos de como devem ser pensadas para que se adequem a certo conceito de política.

Para além da síntese comum de Hobbes, Locke e Rousseau, esses filósofos trazem diferentes tradições e orientações sobre a política e o poder. As singularidades de cada pensamento serão abordadas abaixo, focalizando suas posições sobre o Estado de Natureza, o Contrato Social e a Função do Estado.

Thomas Hobbes (1588 – 1679)

O Leviatã (1651)



Thomas Hobbes nasceu na Inglaterra, em 5 de abril de 1588. Filho de um clérigo, o autor teve seus estudos custeados pelo tio. Por volta dos 14 anos, ingressou em Magdalen Hall, em Oxford. Em 1608, foi indicado para ser preceptor do filho de William Cavendish, futuro primeiro Conde de Devonshire. Em 1610, empreendeu com seu aluno sua primeira viagem à França e à Itália. Dedicado aos estudos de idiomas estrangeiros, literatura e história, Hobbes traduziu a obra de Tucídides, "História da Guerra do Peloponeso", publicada em 1624.

De 1621 a 1626, como secretário de Francis Bacon, iniciou sua incursão pela filosofia. De 1631 a 1642, novamente a serviço da família Cavendish, Hobbes fez sua segunda viagem ao continente europeu. Nesse período, o contato com intelectuais próximos ao padre Mersenne, mentor de Descartes na França, e com Galileu, na Itália, foi extremamente importante para sua filosofia. Hobbes retornou à Inglaterra em 1637, às vésperas da guerra civil. Decidiu publicar primeiro o "De Cive", que circulou em cópia manuscrita em 1640 com o título "Elementos da Lei Natural e Política". Em 1640, retirou-se para Paris, onde passou os 11 anos seguintes. Procurou o círculo de Mersenne, escreveu "Objecções às Meditações de Descartes" e, em 1642, publicou "De Cive". Quatro anos depois, o príncipe de Gales, o futuro Carlos II, em Paris, convidou-o para ensinar-lhe matemática, e Hobbes voltou para os temas políticos (FERRARI, 2019, p. 78).

Uma singularidade de Hobbes ao tratar da política, apontada em Ferrari (2019), é a influência das doutrinas filosóficas do mecanicismo e do empirismo em sua argumentação do Estado como artifício da razão. Nesse sentido, Hobbes busca o modelo matemático para pensar a política como racionalidade; portanto, a considera um campo lógico que não pode ser extraído da história.

Thomas Hobbes questiona a sociabilidade harmoniosa em um estado de natureza e considera que, nesta situação, são a satisfação das paixões e a preservação da vida que orientam a ação humana. "O homem é o lobo do homem" faz a fusão de sua concepção na qual, em

condições de igualdade de força e de poder, não existiriam garantias de sobrevivência, pois os iguais estariam sempre desconfiados e com medo, resultando em conflitos permanentes.

O contrato social, a partir desse contexto, seria para Hobbes uma invenção necessária que visa forjar uma desigualdade de poder, na qual a concentração de forças em um poder soberano garantiria a sobrevivência. Nesse sistema, Barros (2021) evidencia que, para Hobbes, os indivíduos em estado de natureza, vivendo em constantes ameaças, transferem voluntariamente seus direitos, esperando a segurança como um bem maior.

O Estado seria criado pelo interesse que os homens teriam de proteção e tem a função de ser um tipo de fiador do contrato social. Conforme expõe no "Leviatã", o sistema de direitos e deveres combinados no contrato só é possível de ser fundado e sustentado por meio de um sistema de poder soberano, personalizado em poder absolutista, de monarquia ou outro tipo também absolutista. Hobbes entende a soberania do poder protegida de decisões arbitrárias por meio da racionalidade técnica das leis e contratos.

Hobbes coloca a noção de contrato a serviço de uma justificação da soberania do Estado, fazendo derivar dos termos do contrato os direitos absolutos da soberania.

Quando a multidão reunida pactua de modo a ceder a um homem ou assembleia de homens o direito de representá-la, ou, o que dá no mesmo, quando autoriza todos os atos desse homem ou assembleia como se fossem seus, ela está, por este mesmo ato, reconhecendo que este poder não pode: 1. ser transferido para outrem sem seu consentimento; 2. ser confiscado; 3. ser protestado pela minoria uma vez tendo sido declarado pela maioria; 4. ser acusado de injúria; 5. ser punido. No conjunto, tais direitos conferem ao poder político um caráter absoluto, posto que juridicamente incontestável, no que concerne ao direito de exercer todos os seus atos. O Estado é esse poder soberano e absoluto na medida em que instituído por e derivado do contrato (LIMONGI, 2021, p. 46).

A propriedade privada não constitui um direito natural para Hobbes e sua configuração só poderia ser extraída do contrato social, portanto, como consequência das decisões do poder soberano absolutista.



PARA SABER

Leia um fragmento de *O Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes, sobre os direitos naturais e os contratos em:

https://www.fafich.ufmg.br/~labfil/liberdade_determinismo_arquivos/hobbes_leviata.pdf

Jhon Locke

Goldwin (2013) apresenta as bases do pensamento de John Locke, indicando que, para esse filósofo, todos os homens nasceriam livres e que os poderes de todo e qualquer governo estariam circunscritos ao consentimento da sociedade de indivíduos.

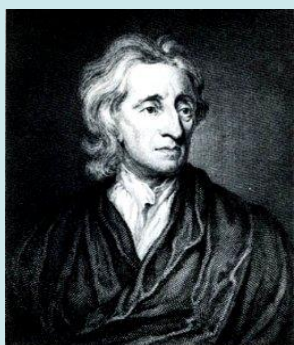


Figura 11 - Fonte: https://www.ebiografia.com/john_locke/

A visão de Locke acerca do estado de natureza é mais otimista se comparada a Hobbes, pois avalia que, nesse estado, os homens viveriam harmoniosamente em igualdade e liberdade, governados por uma lei natural que contemplaria a todos com direitos de vida, liberdade e propriedade. A perspectiva de Locke sobre a expressão estado de natureza remete a homens vivendo mediados pela razão e sem nenhuma autoridade maior de um sobre os outros.

Portanto, tem caráter mais abrangente à condição pré-política do homem, e não se refere apenas a contextos antes da constituição da sociedade cível.

É uma forma específica de relacionamento humano; sua existência, quando ocorre, não tem relação com o grau de experiência política dos homens que nele estão; e pode existir em qualquer momento na história da humanidade, incluindo o presente (GOLDWIN, 2013, p. 441).

A defesa de direitos naturais, os quais abrangem a propriedade posicionou Locke alinhado aos interesses do liberalismo e à legitimidade da burguesia emergente na Europa. Chauí (2000) marca que na perspectiva de Locke a propriedade privada foi legitimada como um direito natural a partir do trabalho e tem por base uma explicação divina.

Deus, escreve Locke, é um artífice, um obreiro, arquiteto e engenheiro que fez uma obra: o mundo. Este, como obra do trabalhador divino, a ele pertence. É seu domínio e sua propriedade. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe o mundo para que nele reinasse e, ao expulsá-lo do Paraíso, não lhe retirou o domínio do mundo, mas lhe disse que o teria com o suor de seu rosto. Por todos esses motivos, Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural (CHAUÍ, 2000, p. 519).

Em Locke, a lei natural é entendida como um preceito divino e anterior a toda forma de poder político, e esse aspecto de sua argumentação vai impactar em sua visão de contrato social e da função do Estado (BARROS, 2021).

Foi na obra "Dois Tratados sobre o Governo" (1690) que Locke aborda e contesta o direito natural dos reis e apresenta sua ótica sobre o contrato social e poder político. O segundo tratado, conforme destaca Marcondes (2008), teve grande influência no liberalismo do século XVIII, à medida que argumenta que a sociedade civil é produto da reunião de indivíduos que visam assegurar seus direitos à vida, à liberdade e à propriedade privada.

A tese de Locke era que, até certo ponto da história, o entendimento racional dos homens foi suficiente para viverem exclusivamente pelas leis naturais, com direitos e deveres; porém, à medida que a sociedade se tornou mais complexa, foi necessário incorporar o contrato social para garantir os direitos naturais. A concepção de contrato social considera uma sociedade horizontal e tem as ideias de pessoa, trabalho e propriedade como valores fundamentais. Essas características, para Chauí (2000), anunciam os signos da Revolução Francesa.

A partir desses argumentos, o papel do Estado consistiria em garantir, por meio da formulação de legislação, os direitos naturais dos indivíduos, especialmente o direito à propriedade privada.

O poder político na filosofia de John Locke é consequência do consentimento dos indivíduos e, dessa forma, pode ser retirado caso o Estado não cumpra sua função no interesse da maioria. O poder político pode ser estabelecido em forma de democracia representativa ou uma monarquia constitucional.

Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778)

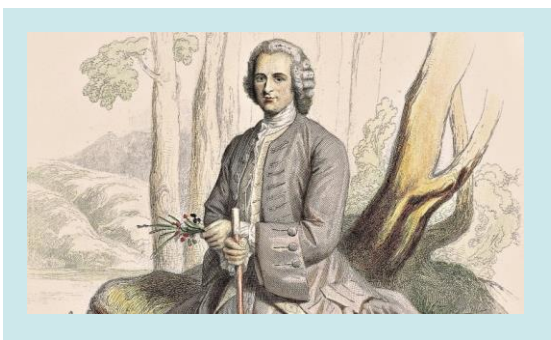


Figura 12 - Fonte: https://www.repubblica.it/robinson/2021/04/02/news/rousseau_e_l_arte_di_coltivare_il_proprio_giardino-294817044/

BIOGRAFIA E PRINCIPAIS OBRAS

Jean-Jacques Rousseau nasceu em 28 de junho de 1712 em Genebra, na Suíça. Órfão de mãe, foi educado por seu pai até os 10 anos. Nessa ocasião, seu pai teve de deixar sua cidade natal e, a partir de então, a educação de Rousseau foi entregue a um pastor, a um tio e, posteriormente, a um artesão para que aprendesse o ofício de gravador. Mas, em 1728, ele deixa Genebra e parte para Annecy, onde encontra Madame de

Warens, que, a partir de então, encarrega-se de sua educação. Envia-o ao seminário de Turim, onde se converte ao catolicismo, mas não se interessa pela carreira eclesiástica. Nos

anos passados junto a ela entre Annecy, Chambéry e as Charmettes, mesmo com algumas interrupções, Rousseau dedica-se a sua formação e desenvolve um novo sistema de anotação musical. Mas, com o fim desse idílio intelectual e amoroso, parte para Veneza e depois para Paris. Nessa fase, conhecerá o sucesso. Entra em contato com a intelectualidade, escreve os artigos sobre música para a Encyclopédie de D'Alembert. Em 1749, redige o Discurso sobre as Ciências e as Artes. Em 1752, compõe O Adivinho da Aldeia e, no ano seguinte, o Discurso sobre a Origem da Desigualdade. Embora esses textos, principalmente o primeiro discurso, tenham provocado a saída do anonimato, os temas ali tratados também provocaram a ira de seus contemporâneos. Ao mesmo tempo, sua produção atinge grande maturidade: redige A Nova Heloísa, O Contrato Social e Emílio. Mas suas críticas não foram bem aceitas e estas duas últimas obras, de 1762, foram condenadas e queimadas em Paris e em Genebra. Começa a escrever as Confissões para melhor responder aos seus inimigos. Para não ser preso, deixa a França em direção à Suíça, sem sucesso. Aceita a oferta de Hume e parte para a Inglaterra (1765), mas lá permanece somente alguns meses, voltando à França. Entre 1772 e 1776, redige Rousseau, Juiz de Jean-Jacques. No ano seguinte, trabalha nos Devaneios de um Caminhante Solitário, mas não termina sua redação. Morreu em 2 de julho de 1778 (PISSARRA, 2019, p. 115).

O pensamento sobre o estado de natureza em Jean Jacques Rousseau ficou conhecido pelo imaginário do “bom selvagem” ou uma representação paradisíaca de uma idade de ouro da humanidade. Sua exposição da vida em estado da natureza descreve uma condição na qual os homens viviam livres e iguais em florestas e orientados principalmente pelos sentidos, sem a existência de nenhum tipo de hierarquia (PISSARRA, 2019).

Para Rousseau, a perda da autonomia e da liberdade intrínsecas ao estado de natureza, assim como a existência da desigualdade eram atribuídas à invenção da propriedade privada e aos desdobramentos de uma sociedade civil que teria transformado direito legítimo em direito arbitrário. Foi um severo crítico às ideias Iluministas de Progresso e Civilização e, portanto, seu pensamento é bastante discordante de Hobbes e de Locke.

“O homem nasce bom, a sociedade o corrompe.”

“O homem nasce livre e por toda a parte encontra-se acorrentado.”

O contrato social no pensamento de Rousseau seria um produto da articulação e participação livre dos homens para garantir segurança e bem-estar na vida em sociedade. Em seu contrato social, a soberania do poder político pertenceria ao conjunto da sociedade, traduzido também com vontade geral.

A vontade geral não seria o somatório da vontade de cada um dos indivíduos, pois isso seria equivalente à vontade particular, de interesses específicos. Não haveria no pensamento de Rousseau direitos naturais, já que todos os direitos são efeito do que os cidadãos conseguem elaborar no contrato social. Em uma sociedade de cidadãos é o interesse coletivo e o bem comum que deveriam orientar a vontade geral e, conseqüentemente, estar representada no contrato social. Assim, Rousseau teoriza um contrato social, no qual a centralidade está na ética e na responsabilidade coletiva (MARCONDES, 2008).



PARA SABER

Vontade Geral. Esta expressão indica, no "Contrato Social" de J. J. Rousseau, a vontade coletiva do corpo político que visa ao interesse comum. Ela emana do povo e se expressa através da lei, que é votada diretamente pelo povo reunido em assembleia; assim, é garantida e não limitada a liberdade do cidadão. De fato, este, enquanto participante da Vontade Geral, pode considerar-se soberano e, enquanto é governado, é súdito, mas súdito livre, porque, obedecendo à lei que ele ajudou a fazer, obedece assim a uma vontade que é também a sua autêntica vontade, o seu natural desejo de justiça. Onde o homem e o povo não obedecem às leis, devem ser obrigados a isto, o que, para Rousseau, significa serem obrigados a ser livres. A liberdade natural é assim substituída pela liberdade civil, que consiste em obedecer somente à lei e em aquiescer à Vontade Geral e jamais a uma vontade particular. Isto implica uma sociedade de pequenas dimensões, uma cidade-Estado (Rousseau pensava em Genebra), na qual seria possível uma democracia direta. Somente assim o homem pode realizar sua virtude plena, tanto ética quanto civil (BOBBIO, 2010, p. 1298).

Em Rousseau, a soberania pertence aos cidadãos e exprime a vontade geral e dos indivíduos que agem moralmente e não de forma utilitária. Trata-se de uma soberania popular na qual o Estado tem a função de ser o representante desse poder para gerir o bem comum, o bem público. Dessa forma, a teorização desse poder político apenas seria possível em um modelo de democracia direta e participativa.

Embora o Contratualismo em Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau tenha se configurado em corrente teórica sobre o poder político, ainda assim,



os argumentos e perspectivas dos três filósofos impactaram em diferentes teorias e práticas políticas desde a Modernidade aos tempos atuais.

Na atualidade, Ferrari (2019) propõe pensar a ideia de contrato social menos como rótulo e mais como parâmetro para discussões no campo específico da política e em diálogos com outras áreas. Lembra que eventos dos últimos anos do século XX e início de XXI, tais como a mundialização do capitalismo, a queda do Muro de Berlim, o ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos da América e a crise contemporânea do cientificismo fizeram renascer a Filosofia Política juntamente com a Filosofia Moral e a Filosofia do Direito.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Assista, na produção Hobbes e Rousseau: a sociedade em debate, a um resgate dos temas abordados nesta unidade e como seria um diálogo entre os dois filósofos.

https://www.youtube.com/watch?v=t0hsNj_GzfQ



LEITURA COMPLEMENTAR

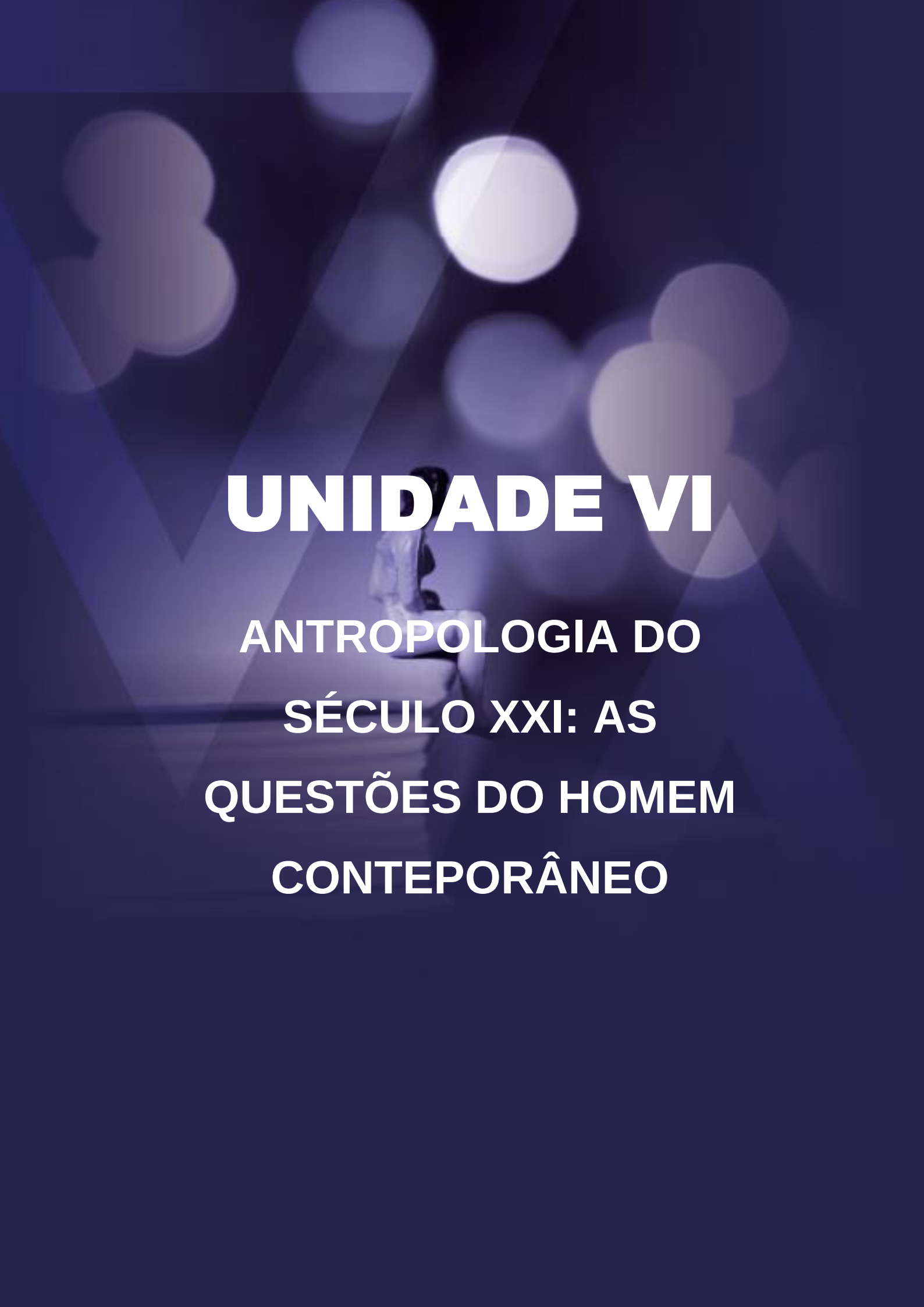
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as Ciências e as Artes seguido de Cartas sobre a Polêmica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2019. E-book. ISBN 9789724422473. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724422473/>. Acesso em: 19 out. 2023.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724422473/pageid7>



RESUMO DA UNIDADE

Nesta Unidade de Ensino conhecemos os séculos XVII e XVIII como contexto para o desenvolvimento de uma Filosofia Política Moderna, compreendemos os conceitos fundamentais da corrente contratualista sobre o poder político e conhecemos os argumentos da contratualidade em Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau.

A person is sitting on a bench in a park, looking down. The background is filled with out-of-focus lights (bokeh) in shades of purple and blue. The overall mood is contemplative and serene.

UNIDADE VI

**ANTROPOLOGIA DO
SÉCULO XXI: AS
QUESTÕES DO HOMEM
CONTEMPORÂNEO**



OBJETIVOS

Compreender a antropologia do século XXI e as questões contemporâneas que são objetos de sua investigação;

Compreender as concepções de homem na contemporaneidade;

Conhecer os principais desafios da antropologia na atualidade;

Conhecer as principais áreas da antropologia contemporânea.

DA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA À ANTROPOLOGIA DO SÉCULO XXI: AS QUESTÕES DO HOMEM CONTEMPORÂNEO.

Pensar e refletir sobre o tempo no qual vivemos, nas questões filosóficas e antropológicas do momento atual, é sempre mais desafiante, pois nos falta a perspectiva temporal necessária para análises mais duradouras. Entretanto, esta é uma provocação que precisa ser enfrentada. Nesta Unidade de Ensino, vamos contextualizar os desafios de uma Antropologia contemporânea, bem como situar sua reconfiguração a partir dos novos cenários e concepções sobre as formas de viver do século XXI.



Antes de trazermos um panorama dos elementos da contemporaneidade que impactam nas concepções sobre o humano e a sociabilidade, vamos brevemente retomar as características acerca das concepções de homem do Renascimento e da Modernidade.

O Humanismo Renascentista, do século XVI, trouxe o tema da dignidade humana, no qual

a capacidade de transformação de seu mundo foi a principal característica. Essa antropologia traz a ideia de uma natureza humana e de uma universalidade do homem.

O pensamento de René Descartes, no século seguinte, marca a racionalidade e o método nos quais tanto o mundo como o homem seriam representados como máquinas e poderiam ser analisados e explicados pelo modelo matemático.

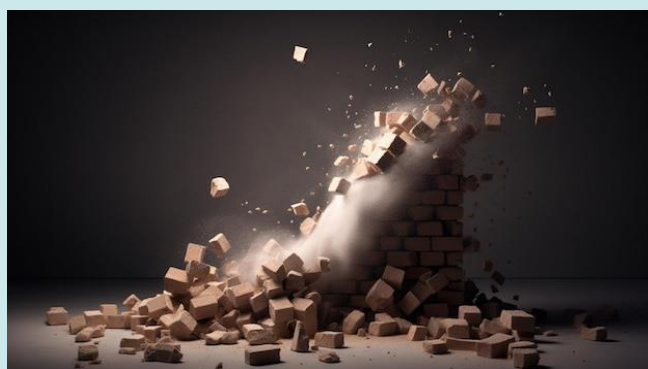
O projeto de iluminar o mundo, do século XVIII, consolidou a confiança na infalibilidade da razão e na concepção otimista de ciência e do homem frente à capacidade de conhecer e agir sobre o mundo e sobre a natureza.

Assim, as concepções de homem, constituídas a partir do século XVI e ao longo do período moderno, consolidaram um imaginário no qual a ênfase antropológica foi marcada pela

centralidade na subjetividade como individualidade e na valorização do homem, sua universalidade e racionalidade.

Porém, como demarcado por Marcondes (2008), essa visão construída ao longo de três séculos foi também problematizada, e a centralidade do homem sofreu abalos a partir de três rupturas que o autor denomina de revoluções. A primeira foi a revolução copernicana, já no século XVI, que, ao deslocar a Terra do centro do universo, também abalou a centralidade do homem nesse ordenamento. A segunda revolução foi a darwiniana, no século XIX, ao revelar que o homem é consequência de uma evolução natural, sendo apenas mais uma espécie entre tantas, demovendo a ideia de superioridade humana. E, finalmente, a terceira revolução, empreendida por Sigmund Freud e sua descoberta do Inconsciente na virada do século XIX para o século XX, indica que o homem não seria definido apenas por sua racionalidade.

À medida que a ideia da universalidade e centralidade do homem tornam-se cada vez mais instáveis frente ao desenvolvimento e diversificação das ciências, Vaz (1998) aponta que as antropologias filosóficas contemporâneas passaram a adotar a



pluridimensionalidade de sentidos para construir um saber mais ampliado e coerente sobre a totalidade da experiência humana. “Nesse caso, não é a centralidade de um lugar único gerador de sentido (como o lógos clássico ou o Cogito cartesiano), mas a pluralidade de lugares de sentido que permite igualmente a pluralidade dos discursos antropológicos” (p. 141).



PARA REFLETIR

Quais as concepções de homem vigoram na atualidade?

A partir de sua percepção, você saberia listar algumas características?

Quais de suas características pessoais poderiam refletir os modos de ser e conviver dos dias de hoje?

Modernidade e Ambivalência

O sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman (1925 – 2017), polonês radicado na Inglaterra, por meio de seu argumento de liquidez da modernidade, nos ajuda a compreender as concepções de homem, as formas de sociabilidade e os valores em jogo na contemporaneidade.

A metáfora da liquidez indica como principal característica da sociedade atual a ambivalência, tal qual a água que mantendo suas particularidades e essenciais pode apresentar-se em variados estados da matéria: líquido, sólido e gasoso.

O Filósofo Zygmunt Bauman.

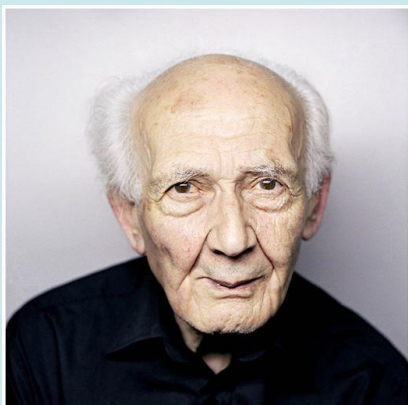


Figura 13 - Fonte: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/issue/archive/2>

Foi no livro *Modernidade Líquida*, o autor sintetiza que “(...) ‘fluidez’ ou liquidez’ como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade” (BAUMAN, 2001, p. 9). Os moldes e configurações do período pré-moderno foram substituídos por outros na modernidade sólida e, na modernidade líquida, foram substituídos por muitos padrões e códigos simultâneos que se chocam e se contradizem na sociedade.

A partir da obra citada de Bauman, com sua metáfora de liquidez, e recolhendo em outras de suas publicações sobre o tema demarcam-se algumas características e consequências das novas representações do ser e do conviver em sociedade:

- A constituições da ideia de sujeitos de direitos;
- Enfraquecimento da proteção Estatal;
- Separação entre poder e política;
- Novos sintomas subjetivos e sociais frente a incerteza do contemporâneo;
- Diluição das identidades como fixas;
- Diluição das estruturas de solidariedade;
- Aumento da disputa e competição;
- Fracasso atribuído ao plano individual;
- Busca da afirmação social.



INDICAÇÃO DE VÍDEO

Veja o vídeo “O que é a modernidade líquida de Bauman” para compreender a ideia de liquidez no escopo do pensamento do filósofo e, de modo mais específico, como articulá-lo em relação à fragilidade dos laços sociais.

<https://www.youtube.com/watch?v=cRN9kInWlxw&t=207s>

Os desafios da Antropologia no século XXI



Figura 15 - <https://www.estadao.com.br/brasil/arquivo>



Figura 15 - <https://www.bbc.com/portuguese/internacional>

O processo de certa diluição do discurso moderno acerca do homem, somado a um conjunto de transformações nos séculos XX e XXI no campo socioeconômico, tecnológico, biológico e os novos movimentos sociais, desafiaram a Antropologia a revisitar seus pressupostos e metodologias, reconduzindo esse campo do conhecimento às questões contemporâneas.

Marconi e Presotto (2019) recolhem de alguns autores antropólogos as críticas que a antropologia deveria enfrentar e as proposições para que se coloque como um campo do conhecimento pertinente à sociedade do século XXI.

Uma crítica inicial aborda a dimensão epistemológica e problematiza o objeto de estudo que, antes era o 'outro' exótico e distante, e que posteriormente contemplou objetos-temas marginais não tão distantes nem tão distintos dos(as) pesquisadores(as).

A atualidade traz a problemática da relação entre pesquisador e pesquisado e o compartilhamento de ambos no cenário da prática antropológica, além do reconhecimento da importância dos sujeitos pesquisados na construção das teorias. Um segundo ponto da crítica passa por revisar outras possibilidades metodológicas que não fiquem limitadas à etnografia e passem a considerar a análise e reflexão científico-social. A terceira crítica, articulada à anterior, recai sobre aspectos que articulam teoria e metodologia antropológica. A tradição

antropológica privilegiou a cultura para analisar os povos estudados e teve no trabalho de campo sua identidade simbólica, concentrando esforços de pesquisa no local geográfico.

Angariadas as críticas, a antropologia, em tempos de espaços e comunicação virtuais nos quais pessoas e culturas estão em movimento constantes, necessita ser revisada e ampliada. Nesse sentido, as abordagens metodológicas de coleta e análise podem ser ampliadas na atualidade e incluir entrevistas, análise de jornais, documentos e meios de comunicação. 'Na sociedade do século XXI, o antropólogo nunca estará "fora do campo"' (MARCONI; PRESOTTO, 2019, p. 280).

Para superar os desafios históricos de uma antropologia que tradicionalmente ocupou um 'nicho selvagem' nas ciências humanas a partir de uma perspectiva ocidentalizada dos povos, a pesquisa de Marconi e Presotto (2019) indica que uma antropologia renovada deve buscar resposta para a seguinte questão: em que consiste a natureza do local como experiência vivida no contexto de um mundo globalizado e desterritorializado?



As respostas aos desafios da Antropologia na atualidade podem ser sintetizadas por:

Olhar para fora. Procurar aspectos vitais para a sociedade e para o conhecimento aos quais a Antropologia pode contribuir além da própria disciplina e da academia.

Trabalho. Fazer essas contribuições.

Liderança. Assumir papel de liderança no trabalho com pessoas de outras áreas além da disciplina e da academia.

Algumas evidências desse movimento para uma antropologia renovada às questões do século XXI podem ser verificadas por meio das articulações com outras áreas. Em 2012, a categoria de antropólogos e pesquisadores da área estiveram envolvidos em reunião do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para refletir sobre o papel da antropologia diante do esforço nacional para o desenvolvimento. A ação visava elaborar e promover conjuntamente pesquisas e atividades para contemplar a proteção da população, o reconhecimento social e cultural de várias comunidades tradicionais e a preservação ambiental.



PARA SABER

Conheça a publicação desse encontro por meio de várias entrevistas realizadas com antropólogos(as) brasileiros(as) em *Os antropólogos e o desenvolvimento*.

https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios072_completa.pdf

Áreas da Antropologia Contemporânea



Vamos destacar três correntes atuais da Antropologia como vertentes que buscam responder a uma disciplina em diálogo com o século XXI, a saber: a Antropologia da Globalização, a Antropologia das Redes Sociais e a Antropologia Feminista. (MARCONI; PRESOTTO, 2019).

A antropologia da globalização

A Antropologia da Globalização faz parte das disciplinas emergentes na antropologia e será situada nesta unidade de ensino como tal e também na perspectiva contextual aos desafios e as transformações do conhecimento científico, e consequentemente para a área em questão.



PARA REFLETIR

A foto acima representa um assentamento de refugiados. Reflita sobre outras circunstâncias que estão relacionadas direta ou indiretamente à globalização.

Quais acontecimentos poderiam ser investigados na perspectiva da antropologia da globalização?

O sociólogo Antony Giddens, no final dos anos de 1990, em 'O mundo na era da globalização', faz um panorama do processo de globalização, conceituando e demarcando suas características. "A globalização é uma política, tecnológica e cultural, além de econômica. Acima de tudo, tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação registrado a partir do final da década de 1960" (p. 22).

(...) é um erro pensar que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não é apenas uma coisa que anda por aí, remota e afastada do indivíduo. É também um fenômeno interior, que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas (GIDDENS, 2000, p. 23)..

Marconi e Presotto (2019) destacam que uma característica do processo de globalização é o alongamento dos acontecimentos, decisões e atividades de certa região do mundo para indivíduos e regiões distantes geograficamente. Ocorre uma intensificação da interdependência das relações entre o global e o local.

O avanço de um mundo globalizado acentua-se a partir de 1989 com o esgotamento do comunismo soviético e com a queda dos regimes nos países que constituíam o bloco soviético. Marconi e Presotto (2019) apontam como um segundo fator de intensificação da globalização o aumento dos mecanismos internacionais e regionais de governo em fóruns políticos comuns, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia. Completa o quadro a expansão das organizações não governamentais internacionais em diversos países.

Na atualidade, a neoglobalização impõe um cenário de incertezas econômicas, políticas e sociais no qual o esgotamento ou escassez de recursos como água potável, alimentos, serviços de saúde, desemprego e precarização dos empregos, catástrofes humanas e ambientais, intensificação e internacionalização dos conflitos e a afirmação dos nacionalismos e fundamentalismo constituem ameaças que exigem análises e respostas.

A Antropologia da Globalização, conforme indica o levantamento de Marconi e Presotto (2019), deve a partir do reconhecimento e da análise histórica, descrever o que é a globalização e contribuir para explicar as novas realidades, fenômenos socioculturais, fluxos complexos e interdependência entre os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, familiares e comunitários. Assim, a antropologia da globalização surge como campo que investiga as relações entre cultura, política e economia.



LEITURA COMPLEMENTAR

Você pode conhecer a articulação entre trabalho, globalização e antropologia no artigo de Rosana Eduardo da Silva Leal

<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1727/1162>

Antropologia Feminista

Uma Antropologia das Mulheres precedeu à Antropologia Feminista, e é indicada por Bonetti (2012) como uma primeira fase na qual o fundamento principal estava na relação entre as mulheres e a antropologia. Nessa origem, o questionamento recaía sobre o androcentrismo na antropologia, ou seja, a invisibilidade das mulheres tanto no âmbito acadêmico quanto nas pesquisas que excluía as mulheres dos estudos. Promoveu reflexões sobre a variabilidade cultural do sentido da categoria 'mulher'. Porém, essa inovação que interroga a universalidade da mulher, ainda mantinha como pressuposto naturalizado e transcultural a subordinação feminina.

A Antropologia Feminista é uma disciplina recente, com pouco mais de 30 anos, e tem seu desenvolvimento especialmente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. A adjetivação feminista está ligada ao ativismo feminino e aos movimentos sociais feministas, que aconteceram a partir do final do século XIX até a atualidade.

Embora muitas antropólogas brasileiras se identifiquem como feministas, no cenário nacional, conforme adverte Bonetti (2012), a afirmação e o desenvolvimento de uma antropologia feminista ainda é modesto. A autora atribui possíveis impasses às confusões de sentido no que é entendido como feminismo, à rejeição da dimensão política do conhecimento proposta por essa disciplina, além da pouca disposição de enfrentamento acadêmico das antropólogas.

O feminismo é um movimento social que luta pela igualdade social, econômica e política



O desenvolvimento de uma antropologia feminista está ligado aos movimentos sociais feministas e às teorias feministas. Estas teorias organizam temporalmente tais movimentos a partir de suas pautas e discursos em três momentos fundamentais, designados ondas ou vagas do feminismo (NUREMBERG, 2008).

A primeira onda corresponde ao período mais extenso, de meados do século XIX até os anos de 1960. Essa onda do feminismo caracterizou-se pela luta por direitos civis, políticos e no trabalho.



INDICAÇÃO DE FILME

No início do século XX, após décadas de manifestações pacíficas, as mulheres ainda não possuem o direito de voto no Reino Unido.

Um grupo militante decide coordenar atos de insubordinação, quebrando vidraças e explodindo caixas de correio, para chamar a atenção dos políticos locais à causa. Maud Watts (Carey Mulligan), sem formação política, descobre o movimento e passa a cooperar com as novas feministas. Ela enfrenta grande pressão da polícia e dos familiares para voltar ao lar e se sujeitar à opressão masculina, mas decide que o combate pela igualdade de direitos merece alguns sacrifícios.



Fonte:
<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-222967/>

A segunda onda, que vai dos anos de 1960 a 1980, foi marcada por grande mobilização e atividade, trazendo particularidades nas demandas e temas. Compuseram as principais discussões a distinção entre sexo e gênero, as ideias de opressão e desigualdades de condições, a micropolítica (interpessoal, famílias, trabalho), políticas de saúde sexual e reprodutiva, que também foram incorporadas na esfera acadêmica. A segunda vaga reflete uma antropologia da mulher mais que uma antropologia feminista.

A terceira onda tem sua configuração a partir de meados de 1980 e estende-se até o momento atual. Sua particularidade assinalou abordagens teórico-metodológicas mais críticas, e como consequência desse aspecto, articulou outras categorias, tais como raça, classe, etnia e localidade, como elementos geradores de desigualdades. Incorporou também a análise das diversas formas de construção e representação do poder.



PARA SABER

O conceito de interseccionalidade refere-se à interação complexa e interdependente de diversas categorias de identidade, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, habilidades, entre outras. Desenvolvido na teoria feminista, o termo foi introduzido pela professora de direito Kimberlé Crenshaw, em meados da década de 1980. A interseccionalidade busca compreender como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam e afetam as experiências e oportunidades de indivíduos ou grupos (ASSIS, 2019).

Marcadores sociais interseccionados colocam mulheres negras em lugares específicos, impondo a estas uma hierarquização social em relação às mulheres brancas. Assim, torna-se fundamental a compreensão de que as pautas dos movimentos sociais, tal como o feminista, necessitam considerar a racialidade em suas perspectivas. O conceito de interseccionalidade é um recurso teórico-metodológico importante para a visibilidade das necessidades e demandas das mulheres negras e pode ser um instrumento para diagnóstico e planejamento de ações em políticas de gênero.

A ideia de intersecção já estava no pensamento de teóricas feministas do movimento negro brasileiro, dentre as mais representativas está Lelia Gonzales. Mineira, nascida em 1935 e falecida em 1994, foi historiadora, geógrafa e filósofa. Teve intensa participação no Movimento Negro Brasileiro. Sua produção teórica tardou a ser reconhecida.

Em sua obra 'Racismo e sexismo na cultura brasileira' (1984), expõe, por meio das imagens de controle atribuídas à mulher negra na sociedade, a intersecção gênero e raça: mulata,



Figura 16 - Fonte: <https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-mulher-negra-na-historia-do-brasil>

mucama e mãe preta. Explorou o papel da colonialidade-colonialismo como marcador social de análise e cunhou o termo 'amefricanidade' para discutir questões geopolíticas das experiências distintas de homens e mulheres negras no mundo. Seu pensamento dialogou com a psicanálise de Sigmund Freud, Jacques Lacan e Franz Fanon (ASSIS, 2019).

É possível vislumbrar, conforme Perez e Ricoldi (2023), uma quarta onda de movimento feminista, caracterizada pela interseccionalidade, diversidade de feminismos, mobilização digital, organizada em forma de coletivos de organizações fluidas e discursivamente diferentes das organizações tradicionais.



PARA REFLETIR

Você consegue pensar a utilidade do conceito de interseccionalidade para elaboração e implementação de políticas públicas?

De que maneira poderia impactar nas experiências educacionais e de saúde de jovens negras periféricas?

A Antropologia Feminista foi-se configurando a partir de uma revisão crítica das seguintes dimensões (BONETTI, 2012):

Revisão crítica do imperativo biológico do gênero,

Revisão crítica da universalidade da opressão-subordinação e das vítimas oprimidas de cada sociedade,

Revisão crítica sobre o trabalho de campo e sobre a pesquisa qualitativa,

Revisão crítica sobre os cânones do pensamento antropológico.

O interesse investigativo da antropologia feminista incide sobre como cada sociedade organiza seus sistemas de valores de gênero e como estes impactam em estruturas de desigualdades. As estruturas de gênero são problematizadas em termos das relações de poder que podem tornar diferenças em sobreposição (camadas) em desigualdades.

Ainda que a antropologia feminista parta do conceito de gênero para sua constituição, nem todo estudo de gênero na antropologia é feminista. Com isso, Bonetti (2012) destaca que o gênero é incorporado não apenas como referindo-se a papéis sociais, mas sobretudo como uma estrutura organizadora da vida social, uma categoria que diferencia hierarquicamente o poder.



Bonetti (2012) explicita que a marca da Antropologia Feminista e sua contribuição às Teorias Feministas ocorre, especialmente, por meio da pesquisa etnográfica, com suas comparações transculturais que destituem a universalidade biológica da opressão-subordinação de gênero.

Antropologia das rede sociais e internet



Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma posição bipolar entre a Rede e o Ser (CASTELLS, 1999, p. 41)

Para o sociólogo Manuel Castells (1999), em 'A Sociedade em Rede', as redes de comunicação digital tornaram-se o que as infraestruturas energéticas foram para a sociedade industrial. O autor destaca cinco aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação contemporânea:

Constituem tecnologias para agir sobre a informação e não apenas informações novas para agir nas

tecnologias.

- A ampla infiltração de seus efeitos.
- A lógica de organização em redes.
- Flexibilidade e grande capacidade de reconfiguração.
- Convergência de tecnologias em sistemas altamente integrados.

Marconi e Presotto (2019) destacam algumas mudanças sociais conformadas pelo novo paradigma tecnológico, tais como manifestações culturais dominantes, interativas e eletrônicas, que tornam-se referências para o processamento simbólico, conformando uma cultura da virtualidade real. Outro aspecto social derivado de um mundo ordenado por mercados e redes seria a crise e o esvaziamento do papel de instituições como o Estado e a família, o que promove a busca por afirmações identitárias coletivas.

Com a difusão da sociedade em rede, e com a expansão das redes de novas tecnologias de comunicação, dá-se uma explosão de redes horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio das mídias e dos governos, o que permite a emergência daquilo que chamei “comunicação de massa auto comandada”. É comunicação de massas porque é difundida em toda a internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É auto comandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles mesmos, sem a mediação do sistema de mídia. Por exemplo, a explosão de blogs, vlogs (videoblogs), podcasts, streaming e outras formas de interatividade. A comunicação entre

computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas se comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante. Assim, a sociedade em rede constitui comunicação socializante para lá do sistema de mídia de massa que caracterizava a sociedade industrial (p. 293).

Na atualidade existem redes sociais de quase tudo: de comunicação, de intercâmbio de conteúdo, de organização de conteúdo, de fóruns de debates, redes de compra, redes acadêmicas etc.



PARA REFLETIR

O que você pensa sobre o uso da internet? Qual é a influência dela nos diversos campos de sua via?

Diante desse panorama, muitas iniciativas têm sido pensadas para regular o uso das novas redes tecnológicas de comunicação. Na realidade brasileira, destaca-se a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet. Este instrumento regulador estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, além de determinar as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação ao assunto. Porém, essa normativa não consegue alcançar todos os aspectos do uso da internet e das redes sociais na atualidade. Recentes constatações e reflexões alertam sobre seus limites, e propostas de revisão são discutidas na sociedade ampliada, nas instituições e organizações, e nas instâncias legislativas.

E a antropologia nos novos cenários tecnológico e de redes sociais?

A antropologia, frente às tecnologias e redes sociais do século XXI, investiga tanto o surgimento de novos saberes e fazeres científicos e não científicos, bem como as novas representações do homem no contemporâneo e nas chamadas ciberculturas, que colocam uma nova ordem do espaço e da realidade.

Um dos desafios empreendidos pela antropologia das redes sociais consiste em ampliar a tradição etnográfica, buscando novas formas e contextos metodológicos. No cenário contemporâneo, as metodologias na rede e em redes também envolvem o antropólogo.

Este pesquisador está simultaneamente dentro e fora das redes. Nessa área emergente da antropologia, a condição digital é a representação de um fenômeno social contemporâneo, com muitas e diferentes repercussões em culturas, grupos e gerações específicas.

A defesa entre a filosofia e antropologia é apresentada por Serrão (2018) ao indicar que responder à questão do homem será dependente de como a pergunta será formulada.



seja pela essência, pela natureza, pelas capacidades, pelas identidades. A circularidade própria de um saber reflexivo coloca a antropologia filosófica ao abrigo do reducionismo e do perigo de se ver confinada a uma ou a um conjunto de ciências empíricas. É a própria filosofia quando procurar inquirir para melhor o compreender, mas também para promover o valor da humanidade (p. 34).

Os comentários de Serrão apontam a abertura e o movimento para o qual campos dos conhecimentos, tais como a filosofia e a antropologia, se desenvolvem, articulando-os não só à sua historicidade, mas também ao tempo vivo atual.



RESUMO DA UNIDADE

Nesta Unidade de Ensino, conhecemos as características e desafios da antropologia contemporânea; compreendemos os contextos econômicos, sociais, tecnológicos e políticos que configuraram novas áreas para esse campo e conhecemos as características de vertentes renovadas da antropologia.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

CHAUI. Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática. São Paulo. 2000.

LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodologia Científica. Grupo GEN, 2021.

E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>.

OLIVEIRA, Paula Ramos de. Filosofia para formação da criança. Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522126118. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126118/>.

SERRÃO, Adriana V. (2019). "O que é o homem? Introdução na Antropologia filosófica", Philosophica, Lisboa, 53 (2019), 21-35. Disponível em
<https://cful.letras.ulisboa.pt/praxis/publications/page/2/>

VAZ, Henrique C. de Lima. Antropologia Filosófica I. 4 edição. Edições Loyola. São Paulo. 1998.

CHAUI. Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática. São Paulo. 2000.

_____. Marilena. Introdução a historia filosofia. Dos pré-socráticos a Aristóteles. Volume 1. Cia das Letras. São Paulo. 2002.

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3 edição. Jorge Zahar. Riao de Janeiro. 2001.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à Historia da Filosofia. Dos Pré-Socráticos à Wittgenstein. 13 edição. Zahar. Rio de Janeiro. 2008.

POLITO, Antony e FILHO, Olavo. A filosofia da Natureza dos Pré-socráticos. Caderno Brasileiro de Ensino da Física. Florianópolis. V.30. n. 2. 2013. Disponível em
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2013v30n2p323>

VAZ, Henrique C. de Lima. Antropologia Filosófica I. 4 edição. Edições Loyola. São Paulo. 1998.

ARAUJO, Saulo & COSTA, Ailana. (2023). Sobre a Psicologia em Tomás de Aquino: Uma Análise da Vontade na Suma de Teologia. Memorandum: Memória e História em Psicologia. 40. 10.35699/1676-1669.2023.39938. Em
<https://www.researchgate.net/publication/372433618>

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3 edição. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2001.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia. Dos Pré-Socráticos à Wittgenstein. 13 edição. Zahar. Rio de Janeiro. 2008.

VAZ, Henrique C. de Lima. Antropologia Filosófica I. 4 edição. Edições Loyola. São Paulo. 1998.

BARROS, J. D. (2021). O humanismo e suas origens pre renascentistas. *Historie*, 12(1), 250–260. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/11876>

CERBONE, David R. Fenomenologia. 3 Ed. Vozes. Petrópolis. 2014.

CHAUI. Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática. São Paulo. 2000.

GHIRALDELLI, Paulo. A Aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche. Editora Manole, 2010. E-book. ISBN 9788520443408. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520443408/>

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3 edição. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2001.

SARTRE, Jean Paul. O existencialismo é um humanismo. 4 edição. Petrópolis. Vozes. 2014.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia. Dos Pré-Socráticos à Wittgenstein. 13 edição. Zahar. Rio de Janeiro. 2008.

MORA, José Ferrater. Dicionário de Filosofia. 2 Ed. Martins Fontes, São Paulo. 1996.

REYNOLDS, Jack. Existencialismo. 2 Ed. Vozes. Petrópolis. 2014.

RIBEIRO, E. V. (2022). Uma breve narrativa sobre o humanismo. *Sapere Aude*, 13(25), 10–21. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2022v13n25p10-21>

ROOS, Jonas. 10 Lições sobre Kierkegaard; 2 Ed. Vozes. Petrópolis. 2022.

VAZ, Henrique C. de Lima. Antropologia Filosófica I. 4 edição. Edições Loyola. São Paulo. 1998.

BARROS, A. R. G. de; MELO, R. S.; LOPES, M. da S. et al. Manual de filosofia política. Saraiva: [s.l.], 2021. E-book. ISBN 9786555595673. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595673/>. Acesso em: [data de acesso].

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Ed.). Dicionário de política. Brasília: Editora UnB, 2010. v. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf. Acesso em: [data de acesso].

CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

ESTEVIÃO; LOPES. O nascimento da Filosofia Política. In: BARROS, A. R. G. de; MELO, R. S.; LOPES, M. da S. et al. Manual de filosofia política. Saraiva: [s.l.], 2021. E-book. ISBN 9786555595673. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595673/>. Acesso em: [data de acesso].

FERRARI, S. C. M. Filosofia política. Saraiva: [s.l.], 2019. E-book. ISBN 9788571440197. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440197/>. Acesso em: [data de acesso].

GOLDWIN, R. A. John Locke. In: STRAUSS, L. História da Filosofia Política. Grupo GEN: [s.l.], 2013. E-book. ISBN 9788530992019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992019/>. Acesso em: [data de acesso].

LIMONGI. Os Contratualistas. In: BARROS, A. R. G. de; MELO, R. S.; LOPES, M. da S. et al. Manual de filosofia política. Saraiva: [s.l.], 2021. E-book. ISBN 9786555595673. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595673/>. Acesso em: [data de acesso].

MARCONDES, D. Iniciação à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos à Wittgenstein. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

PISSARRA. Montesquieu e Rousseau. In: FERRARI, S. C. M. Filosofia política. Saraiva: [s.l.], 2019. E-book. ISBN 9788571440197. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440197/>. Acesso em: [data de acesso].

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre as Ciências e as Artes seguido de Cartas sobre a Polêmica. Grupo Almedina: [s.l.], 2019. E-book. ISBN 9789724422473. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724422473/>. Acesso em: [data de acesso].

VAZ, H. C. de L. Antropologia Filosófica I. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. Interseccionalidades. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019. Ebook.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropología Feminista no Brasil? Reflexiones y desafíos para un campo en construcción. Cuad. antropol. soc., Buenos Aires, n. 36, p. 51-67, dic. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2012000200004&lng=es&nrm=iso.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

GIDDENS, Antony. O mundo na era da globalização. Lisboa: Editora Presença, 2000.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia. Dos Pré-Socráticos à Wittgenstein. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia M. Antropologia - Uma Introdução. [Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022681. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022681/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NUERNBERG, Adriana Henrique. Reflexões sobre Gênero e psicologia no Brasil. In: LAGO, Maria Coelho de Souza et al. Gênero e pesquisa em psicologia social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PEREZ, O.C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista no Brasil. Revista Estudos Feministas. v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3D7wfT8QmwRfJmV38PrG4tN/#>.

SERRÃO, Adriana V. O que é o homem? Introdução à antropologia filosófica. Philosophica, Lisboa, 53 (2019), 21-35. Disponível em: <https://cful.letas.ulisboa.pt/praxis/publications/page/2/>.

VAZ, Henrique C. de Lima. Antropologia Filosófica I. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

Todas as imagens não indicadas as fontes estão em: <https://br.freepik.com>